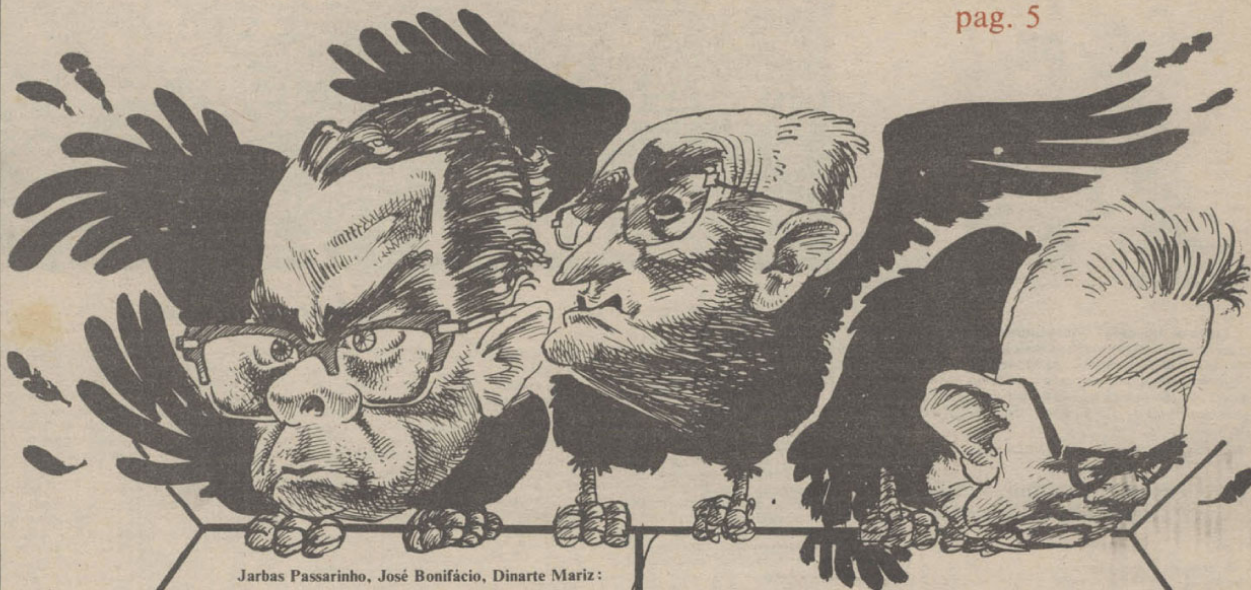


MOVIMENTO

18 DE AGOSTO DE 1975 Nº 7 Cr\$ 5,00

O FESTIVAL DE BESTEIRAS QUE ASSOJA O PAÍS

pag. 5



Jarbas Passarinho, José Bonifácio, Dinarte Mariz:

QUAL A TAXA DE DEMOCRACIA DO BRASIL?

MDB: autênticos novos, autênticos velhos, perspectivas da convenção deste fim de semana, pag. 6

Entrevistas: Teotônio Vilela, a distensão e os arenistas que sonhavam; Thales Ramalho, a distensão e os emedebistas que acreditavam, pag. 7

A situação dos trabalhadores do campo (um porta-voz de 11,5 milhões de famílias, pag. 11

O Partido Socialista Português ganha alguma coisa com a queda de Vasco Gonçalves? pag. 17

Afinal, quem é Giordano Bruno? pag. 20



Um beijo para Ulysses



A nota do deputado Ulysses Guimarães sobre o discurso do presidente Geisel provocou as mais inesperadas reações, não apenas nos meios políticos. Da Móoca, bairro de São Paulo, Ulysses recebeu de uma moça uma carta nos seguintes termos: "Ao término da leitura do seu manifesto, ontem publicado no *Jornal da Tarde*, não resisti e beijei a sua fotografia".

Ulysses, Valentina, Florença, Uruguaita e os Anais

O deputado Dalton Canabrava (MDB-MG) sentiu o rigor de critérios da Assembleia Legislativa mineira quando tentou transcrever nos seus anais a nota recentemente publicada pelo presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães a respeito do discurso do Presidente da República. Sem contar com apoio regimental (seis deputados) para apresentar a proposta de transcrição do discurso de 1º de Agosto do presidente Geisel, Canabrava fez uma explanação pessoal onde incluiu os textos completos dos dois presidentes. Dizia ter "a finalidade única de avivar o debate político muito ausente dessa Casa, especialmente em debates políticos".

Mas a Mesa da Assembleia condenou a nota do presidente desrespeitoso ao presidente da República. A proposta de Canabrava causou sensível mal estar nos pomposos corredores e gabinetes da Assembleia. O próprio MDB, através de seu líder Emílio Hadad, considerou "infeliz e totalmente pessoal" o pronunciamento de seu deputado.

Aprovam-se enxurradas de transcrições e votos nos anais da Assembleia mineira. Até mesmo votos de louvor às vacas "Valentina, Florença e Uruguaita" justificados porque as vacas, agora eminentes, cumpriram seu milenar dever de produzir leite.

Uma opinião vai por água abaixo

Além de por a nu as precariedades da defesa da cidade contra as cheias, a última inundação de Recife também serviu para modificar pontos de vista precários. Quando a barragem Tapacurá estava sendo construída, o sociólogo Gilberto Freyre escreveu um ufanístico folheto exaltando suas virtudes, entre as quais a garantia de perfeito abastecimento de água e do fim das cheias "até o ano 2000", que o "triunfo da engenharia brasileira" iria trazer. Além de continuar deixando 70% dos recifenses sem água nas torneiras, a barragem não impediu que, entre outras coisas, a inundação arrastasse 33 mil raros volumes da biblioteca do Instituto Joaquim Nabuco, do qual o sociólogo é fundador e seu filho, presidente. O que levou Gilberto Freyre, de sua mansão em Apipicós (não atingida pelas águas), a investir contra a monumental obra: "os responsáveis por Tapacurá estão na obrigação de pedir perdão a Deus pelo terrível pecado contra a vida de tantos de seus irmãos".

Os recifenses não devem ter ficado muito surpresos, pois não é a primeira vez que o "Mestre de Apipicós" muda de ideia radicalmente. Depois de ter se demitido em 1945 do Diário de Pernambuco, em protesto contra a censura interna que Assis Chateaubriand tentou impor a uma matéria sua, de caráter democrático, Freyre trocou de opinião, anos depois

A volta dos proscritos

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul decidiu, na semana passada, que três membros do Diretório Metropolitano do MDB em Porto Alegre — cuja eleição fora impugnada pela procuradora da República porque os três tiveram os direitos políticos suspensos em 1964, por 10 anos — agora podem voltar à atividade política. A decisão abre a questão da duração das punições através de atos institucionais.

A procuradora da República, Luíza Cassales, entendeu que Sereno Chaise (ex-prefeito de Porto Alegre, ligado ao ex-governador Brizola), Ajadil de Lemos (vice de Sereno) e Wilson Vargas (ex-deputado), eleitos para o diretório municipal em julho, não podiam ter se filiado ao partido. Ela se baseava no artigo 62, inciso II, da Lei Orgânica dos Partidos, que diz: "Somente poderá filiar-se aos partidos brasileiros quem não tenha sofrido a suspensão de seus direitos políticos, com fundamento em ato institucional". E os três opositoristas foram atingidos pelo AI-1, em 1964, na grande cassação pelo ex-presidente Castello Branco. A punição, segundo a Lei dos Partidos, seria eterna?

O advogado do MDB, Otávio Brochado da Rocha, afirmou ao tribunal que a lei só impede a filiação durante o período que durar a punição, isto, impedia até 1974. Com isso concordou o relator do processo, Juiz Roberto Nicolau Frantz. Ele explicou que a lei, quando fala em "suspensão" e não em "perda" de direitos políticos, limita os impedimentos ao tempo que durar a punição. E lembrou que há duas ordens de punições, uma constitucional e outra institucional. A primeira está no artigo 149 da Constituição, mas deve ser regulamentada por lei complementar. "E essa lei não saiu", disse o juiz Frantz. "No caso da punição institucional, pelo AI-5, somos levados a concluir que, passados os 10 anos de suspensão dos

direitos políticos, o cidadão recupera seus direitos, pois a força do artigo 4 do AI-5 não pode ser ampliada por lei ordinária, que é o caso da Lei Orgânica dos Partidos. Uma lei ordinária não poderia conter uma punição indefinida".

A procuradora Cassale não só acha o contrário como entende que os três cidadãos não podem reaver os direitos suspensos enquanto o AI-5 estiver em vigor. "A pena imposta a eles tem a vigência do AI-5. Pergunta-se: uma revolução é constitucional? Não, não é. Logo, enquanto vigirem os atos institucionais, nossa ordem jurídica será institucional".

A decisão do tribunal gaúcho, primeira no gênero no país, certamente será apreciada pelo Superior Tribunal Eleitoral. Se for mantida pelo tribunal superior, ficará firmada a jurisprudência e esclarecido o texto ambíguo da Lei Orgânica dos Partidos. A mesma imprecisão repete-se no artigo 185 da Constituição Federal, que diz: "São inelegíveis para os cargos de presidente e vice-Presidente da República, de governador e vice-governador, de prefeito e vice-prefeito, e demais cargos eletivos, os cidadãos que, mediante decreto do presidente da República, com fundamento em ato institucional, hajam sofrido a suspensão dos seus direitos políticos".

A parte a discussão da inelegibilidade de quase todo o país para os quatro primeiros cargos — e para os dois últimos, se as eleições forem nas capitais dos Estados —, todas elas indiretas, resta a abrangência da expressão "e demais cargos eletivos". Se for levado ao pé da letra, isso significaria que os ex-presidentes Juscelino Kubstschek e Jânio Quadros, por exemplo, não podem ser eleitos diretores das empresas que dirigem atualmente? E este artigo da Constituição tem validade limitada ao período de vigência do AI-5? São questões que o Superior Tribunal Eleitoral terá de esclarecer.

Os direitos humanos em escala estadual

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro poderá ser a primeira do país a contar com uma Comissão dos Direitos do Homem, em caráter permanente. A ideia é do deputado estadual Délio dos Santos, e deverá ser apresentada em próxima sessão do plenário. A emenda tão logo seja discutido o projeto de Regimento Interno, que regulará o funcionamento da Casa.

Segundo o deputado, a Comissão dos Direitos do Homem deverá ter a competência de realizar pesquisas e estudos visando observar a eficácia das normas e regras que asseguram esses direitos, e também de promover debates e opinar sobre qualquer reclamação que lhe for encaminhada por deputados, pessoa física ou órgão de classe, denunciando a violação dos direitos humanos. Na prática, essa comissão (constituída por cinco deputados) deverá funcionar como qualquer outra comissão técnica da Assembleia, dando o seu parecer e o encaminhando ao plenário. Este poderá aprovar a matéria e solicitar indicação ao Poder Legislativo (caso fosse este o poder responsável pelo abuso) requerendo as medidas cabíveis.

Embora a medida seja inédita na área estadual, em Brasília o deputado Humberto Lucena, do MDB, apresentou este ano um projeto idêntico, pedindo a inclusão de uma Comissão de Direitos Humanos no elenco de comissões técnicas da Câmara Federal. Délio acredita que, também por haver esse precedente, a criação da Comissão dos Direitos do Homem contará com o apoio da maioria dos deputados do MDB, e até mesmo alguns da Arena. Ele não informa se a sua preocupação, que consta do programa oposicionista, não será barrada pelo grupo de deputados emedebistas ligados a Chagas Freitas, que como se viu no episódio da nota de Ulysses Guimarães, muitas vezes não apoiam teses do programa da oposição.

Produzindo fantasmas

A polícia federal baiana está às voltas com mais um caso de fraude na contabilidade de hospitais que mantém convênio com o INPS, para atendimento de vítimas de acidentes de trabalho. Desta vez são as Clínicas Socorros Médicos Ltda., Clínica de Acidentados Serravele, Urgências Médicas de Candeias e Clínica Ortopédica e Traumatológica. Apesar da ineficiente fiscalização da Superintendência Regional do INPS da Bahia, se descobriu que esses hospitais tinham superfaturamento e desfalques no órgão previdenciário.

A coisa é antiga, e já vinha sendo denunciada de maneira sistemática desde 1970, pelo então chefe do Grupamento de Acidentes do Trabalho do INPS da Guanabara, Wellington Cavalcanti de Albuquerque. Na ocasião, depois de apontar a existência de "uma quadrilha que vinha agindo na falsificação e adulteração de documentos" para fraudar a previdência social, Wellington passou a ser atendido pelos ambulatórios do próprio INPS, na região da orla marítima. É interessante notar que o número de acidentes de trabalho registrados em 1971, no extinto Estado da Guanabara, sofreu uma redução de 9%, e o número de diárias pagas aos acidentados decresceu em 48%, em relação ao ano em que foi tomada a providência de Wellington. Considerando-se que não houve uma grave recessão econômica naquele ano (o crescimento econômico foi esti-

mado em 10%), nem melhoraram as condições de segurança, mantendo-se o crescimento dos acidentes em todo o Brasil, só se pode chegar a uma conclusão: os hospitais contratados pelo INPS não se contentam em fazer com que seus internados passem às vezes à condição de fantasmas, graças ao atendimento geralmente péssimo. Eles produzem fantasmas diretamente nas páginas de sua contabilidade.

A impunidade dos hospitais fraudulentos é difícil de evitar, e não apenas pela inépcia da fiscalização previdenciária. No ano passado, o INPS gaúcho descobriu que o Grupo Hospitalar Conceição levava seus cofres há mais de dez anos, mas não pode suspender ou punir seus hospitais pois eles representam mais da metade da rede assistencial de Porto Alegre. A única "solução" encontrada foi a de pedir ao Ministério da Previdência Social a intervenção no Grupo Conceição, pela desapropriação de 51% de suas ações. Entretanto, foi mantido o regime de pagamento aos médicos por unidade de serviço prestado, fonte de corrupção e distorções na prática da medicina.

O crescimento do número de acidentes de trabalho no Brasil é sabidamente um problema dramático. Mas a manutenção do sistema de convênio do INPS, com hospitais particulares empenhados em conseguir super-lucros, tende seguramente a agravá-lo. Mesmo nos casos em que os acidentes não ocorram.

Correndo atrás da classe média

O que deve fazer um partido artificial como a Arena para defender a revolução de 1964? Qual é a tábua de salvação para um partido que se diz "em busca de representatividade popular"? O senador Luís Viana Filho, ex-chefe da Casa Civil do governo Castello Branco e ex-governador da Bahia, pensa em indicar na próxima reunião da Comissão Executiva da Arena um novo caminho: "Partir em busca das classes médias", como diz.

"Profissionais liberais, estudantes, donas de casa, funcionários públicos, assalariados — a classe média em geral — estão se proletarianizando. Precisam de um órgão político que exprima suas aspirações, que lute por eles. E a Arena não pode permitir que apenas o MDB sensibilize esta faixa de opinião, que é uma das maiores do País".

O Senador acredita que um partido político deve procurar representar as diversas camadas sociais do país. "Mas não se pode querer ser ao mesmo tempo canalizador das aspirações da classe capitalista, da classe média e do proletariado. É preciso fazer algumas opções".

É esta é a opção mais importante, segundo o Senador: "A Arena deve deixar de ser apenas contra a oposição, para ser também a favor de alguma coisa. É a única forma de vencer a insatisfação que levou ao voto contrário ao governo nas últimas eleições".

A ideia não é muito nova: desde os anos 30 se tenta criar um movimento de massa de classe média no Brasil, preconizado por teóricos como Virgílio Santa Rosa, ou por alguns intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, no fim da década de 50. Mas, mesmo contando com possibilidades mais amplas de expressão e com um Congresso que possuía mais atribuições, ninguém conseguiu criar um partido basicamente representativo dos setores intermediários. O senador arenista espera atingir o objetivo fazendo entre outras coisas, a defesa do consumidor. Resta saber se o eleitorado vai acreditar que deputados eleitos pela ARENA irão defendê-lo, por exemplo, contra remédios prejudiciais à saúde.

A ARENA, desprezada nas eleições de novembro pela classe operária, vista com desconfiança mesmo pelo empresariado, tenta correr atrás da classe média. O difícil vai ser definir a faixa que se enquadre nessa denominação e não seja assalariada, nem pequena proprietária, nem se sinta prejudicada pelo imposto de renda nem se queixe de aluguéis ou dos problemas do ensino, etc. Porque esses setores todos demonstraram em 15 de Novembro que não estão desafiados com a situação nem com seu partido.

Os últimos funcionários de um prédio de escritórios na avenida Ipiranga, no centro de São Paulo, saem apressadamente do elevador. A sua frente, esperando para subir, encontram um grupo de senhores bem vestidos, ativos, acompanhados de senhoras em trajes de noite. Todos sobem até o décimo andar. Em três pequenas salas, no fundo do corredor, o movimento é grande. Os convidados assinam o livro de presença, cumprimentam velhos amigos e procuram um bom lugar para assistir à cerimônia.

O bispo Dom Ernesto de Paula, representante do cardeal Paulo Evaristo Arns, entroniza a imagem de Cristo na sala. O mestre de cerimônias Cunha Bueno (deputado estadual cassado, por corrupção, em 68) lê um trecho da carta que recebeu do cardeal: "Agradeço-lhe o interesse mostrado com a colônia portuguesa, tão numerosa e simpática. Sabemos das suas aflições e da ansiedade com que acompanham os acontecimentos na pátria distante. Esperamos que dias melhores venham confortar a eles e a nós".

Benzida a imagem, Cunha Bueno nomeia uma comissão para acompanhar o bispo até a porta e em seguida assume o comando da cerimônia que marcou solenemente a inauguração da sucursal paulista do "Movimento de Apoio aos Imigrantes Portugueses" - MAIP, na semana passada.

"Quero agradecer em primeiro lugar, a presença das autoridades, como o deputado federal Antonio Henrique da Cunha Bueno (seu filho). Peço desculpas por não citar os nomes de todos os comendadores aqui presentes, pois posso não me lembrar de todos". Desculpado, Cunha Bueno passa a ler as mensagens recebidas, como a do rabino-mor Ertitz Pink, da Congregação Israelita Paulista: "...me identifico com mais esta nobre iniciativa..."

Em seguida, Cunha Bueno faz um agradecimento "aos principais órgãos da imprensa, principalmente à revista 'Manchete', pela colaboração que vem dando ao movimento". Informa que "José Maria Homem de Montes, um dos principais homens do jornal 'O Estado de S. Paulo', está integrado no diretório nacional do nosso movimento" e lê o trecho de um editorial publicado por aquele jornal sobre a situação portuguesa.

"Recebemos também uma carta de um brasileiro ilustre, como é mesmo o nome dele, Edy?" Dona Edy sorri para Cunha Bueno: "Alberto Prado Guimarães". Encerrada a lista de congratulações, o ex-deputado passa a falar da angariação de fundos.

"Até as bandeiras do Brasil e de Portugal que estão aí na parede nos foram emprestadas, por dona Adelaide da Silva. E ela quer essas bandeiras de volta, logo, logo. Mas tenho esperanças de que deixe as bandeiras conosco por pelo menos mais 15 dias. E essas duas mesinhas? Foram emprestadas pela Companhia Nacional de Seguros...". As duas cadeiras também, lembra uma voz anônima, que logo é apresentada aos presentes. Trata-se de Conceição da Costa Neves, deputada estadual como Cunha Bueno, cassada em 68, também na rubrica de corrupção. A ex-deputada balança a cabeça, compungida, com a informação que Cunha Bueno passa a dar: "Nos últimos seis meses, mais de 100 mil portugueses e angolanos já desembarcaram no Brasil, na maioria aqueles que já passaram dos 50 anos. Eles terão muitas dificuldades para conseguir empregos, pois este é um país de jovens, não se dá muito valor aos velhos..."

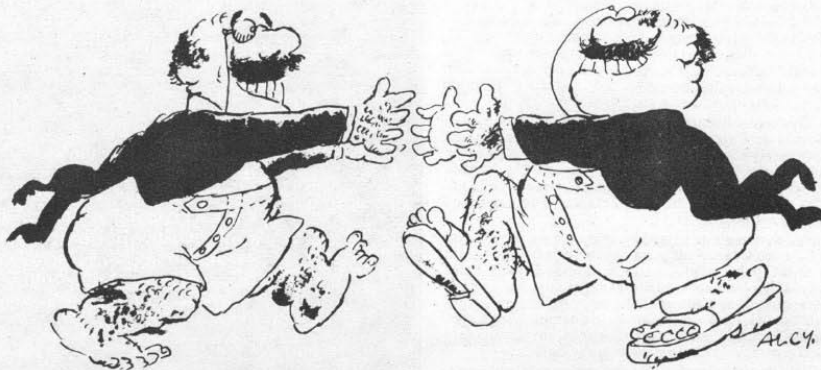
De fato, a média de idade, pelo menos dos imigrantes presentes à solenidade, vai além dos 50. E o caso de Turza Ferreira, ex-proprietário de fazendas de gado e café em Angola, que pede a palavra em nome dos angolanos presentes. A elegância de Turza e sua boa aparência provocam um comentário de Cunha Bueno, "O Turza, você está mais é com jeito de capitalista e não de fazendeiro... Os fazendeiros daqui tiveram um problema com a geada..." Turza Ferreira: "Não é pelo desespero de perder o que tenho, mas o de perder a pátria, que vale mais do que tudo o que tenho (...). Sou militar desde pequeno, mas não como outros que se deixaram embalar por ideologias demagogas, contra nossos interesses (...). Não fui salazarista, mas muito menos sou comunista (...)"

Uma declaração de princípios que contraria os postulados do MAIP, pelo menos os declarados numa circular distribuída durante a cerimônia: "O MAIP é basicamente

CENA BRASILEIRA

No centro de São Paulo, um grupo de ex-proprietários reúnem-se para fundar o "Movimento de Apoio aos Imigrantes Portugueses".

COMENDADORES IMIGRANTES



uma sociedade civil, de fins de solidariedade cristã e de amor ao próximo, constituída nos termos das leis vigentes. Assume, pois uma função de caráter social e de solidariedade humana, rigorosamente desligado de qualquer finalidade política ou econômica".

Conceição da Costa Neves, uma das mentoras e líderes do MAIP em São Paulo, parece não concordar com essa pureza de princípios. "Quero me dirigir primeiro ao meu irmão espiritual Cunha Bueno. Ele sabe que quando os invasores pagos invadiram nossas províncias eu me pus à frente de um movimento, para defender nossos laços culturais, sociais. E que fosse mesmo pelos nossos interesses materiais (...) Aquele comunismo que invadiu Portugal e as colônias ultramarinas pode cair também no Norte do Brasil, se não tomarmos cuidado. Nós não estamos aqui para brincar, estamos aqui para fazer". "Mas o Brasil acordou, podem estar certos". E, virando-se para a imagem recém-entronizada, cita Santo Inácio de Loyola e se retira "para importante compromisso no interior", segundo Cunha Bueno.

A cerimônia prossegue com a entrega de um diploma ao comendador Anelio Augusto Borges, proprietário de uma empresa de terraplanagem, por ter sido o primeiro a contribuir na campanha de angariação de fundos. Cunha Bueno: "Ele não quer dizer quanto foi, por uma questão de humildade. E, olhem, que ele não é dono de uma grande fortuna, apenas uma razoável fortuna. Receba esse diploma, feito apressadamente. Não é um diploma tão importante como o que os comendadores recebiam do governo de Portugal que não existe mais, mas é de coração".

Antonio Henrique, o deputado federal filho de Cunha

Bueno, é chamado para fazer um relato do seu encontro com o Ministro da Justiça, Armando Falcão.

"De fato, estive com o ministro Falcão e soube dele que estão sendo feitos todos os esforços no sentido de apressar os processos para a regularização dos imigrantes portugueses o mais rápido possível. Mas, além de todos os problemas burocráticos, o Ministro me informou que as denúncias sobre infiltração de comunistas entre os imigrantes também tem atrasado os processos. O governo está tomando todo o cuidado para evitar essa infiltração dos que se aproveitam do movimento de imigração para vir subverter a ordem aqui no Brasil."

Cunha Bueno, pai, completa as informações do deputado:

"Talvez por cortesia o Antonio Henrique não tenha tocado no assunto. Mas nós mesmos estamos enfrentando esse problema. Numa reunião preliminar, realizada na minha residência, conseguimos identificar dois comunistas, encarregados de preparar relatórios para o consulado ou o governo de Portugal. E não duvido que aqui também estejam presentes comunistas, anotando tudo. Mas nós não temos tempo para perder com eles".

O Rotary, a Igreja ("dom Eugenio Salles, do Rio, colocou-se à disposição") e várias entidades já se dispuseram a colaborar com o movimento, garante Cunha Bueno. Antes de encerrar a solenidade, ele comunica a presença do banqueiro Teixeira Pais: "Vejam esse homem. Era dono do maior banco de Angola, tinha mais de cinco milhões de cruzeiros em depósitos. Agora, não tem mais nada. Com esse volume de depósitos, no Brasil, ele poderia ser o sexto banqueiro do país".

A VOLTA AOS MOCAMBOS

Depois da enchente, os flagelados voltam aos mocambos no Recife

Ivan Maurício

"Você vai ver o que é rebulição," diz sorridente Margareth, assistente social da Comissão de Defesa Civil de Pernambuco. A estrada esburacada faz balançar o caminhão, empastado pela Sudeene, repleto de material de construção. Na sua frente segue uma kombi com gêneros alimentícios. Na porta da Escola Professora Fontainha de Abreu, no bairro do Engenho do Meio, no Recife — onde estão morando há 19 dias 148 desabrigados das enchentes — cerca de 20 crianças estão brincando de "pega". E todas correm em direção ao caminhão. O motorista solta um palavrão e lamenta a buzina estar quebrada.

"Olhe moça, faça tudo mas não deixe de me levar, quero ir para casa, arrumar minhas coisas, aqui eu tô lavando banheiro, limpando cocô de menino do chão, varrendo, fazendo tudo, gosto de ver as coisas limpas por isso quero voltar pro meu canto". A assistente social ouve

o pedido e faz uma pequena reunião com os desabrigados: "O material de construção chegou, ainda não é tudo, mas vai se completando. Agora, comida só tem para seis famílias levar, vocês tenham paciência, amanhã eu volto e trago mais. Eu também perdi tudo em casa e estou aqui trabalhando".

Todos querem ir, mas por proximidade de morada ficam selecionadas seis famílias do bairro do Cordeiro, o mais atingido pelas cheias. A correria é geral. As crianças reclamam porque vão ter que ficar no abrigo enquanto os pais arrumam as casas. Quando o caminhão dá partida, a assistente social faz a contagem e descobre que tem duas famílias a mais. Ela reclama: "Vocês vieram porque quiseram, só para passar, pois vão voltar, não tem comida para tudo".

O caminhão segue devagar, lotado, caindo de buraco em buraco, até pegar a pista e dobrar no beco da Mão de

Vaca. Quem desse satisfeito é Francisco dos Santos, 30 anos, que é recebido pelo irmão e a avó. Para se chegar até sua casa se atravessa um pequeno labirinto de telhas, caixões, cadeiras sem pernas e um úmido tapete formado por colchões carregados pelas águas. A assistente social pergunta o que falta para fazer a reconstrução de casa. Severino responde de imediato: "A senhora está vendo, deu dois metros d'água, só ficou o telhado do lado de lá, o resto tá faltando tudinho. Me dê 35 "enchames" (caibros), 160 telhas e cinco tábuas para fazer as portas que eu boto a casa em pé".

Enquanto a madeira vai sendo retirada do caminhão, com a ajuda dos outros flagelados, Severino conta sua história: "Eu trabalho em biscate, lá na Companhia Antárca Paulista, trabalho clandestino no descarrego de grades de cerveja. É 45 quilos por grade. Dá pra fazer 120 contos

continua na página seguinte

A volta aos mocambos

continuação da página anterior

mo que é contratado de lá há 14 anos tá pelejando prá eu ficar com carteira assinada e tudo".

A madeira é descarregada na frente da casa de Severino. Seus irmãos correm para ver. Junto com o material de construção, num saco de farinha de trigo, vem a feira: cinco quilos de feijão "macaçar"; dois quilos de farinha de mandioca; dois quilos de arroz; um quilo de café; dois quilos de açúcar; um pacote de sal; um quilo de leite; um quilo de charque; uma lata de óleo; um quilo de bolacha e um jerimum. A irmã mais nova de Severino vai chegando e diz: "Você declarou lá no abrigo que tinha 10 dependentes, agora vai dividir tudo com a gente". Severino não quer discutir. Vai até a porta do caminhão e se despede de todos: "E bondade de vocês, eu estava sem nada mesmo. Ainda ganhei quatro camas, três colchões e três lençóis. Daqui a dois dias quero terminar de levantar a casa. Vou trabalhar, cumpadre, vou pegar no serviço que nem pedreiro. Em três dias quero ver tudo tapado, só faltando o reboco. Depois vou sair para arranjar emprego".

A "Operação Retorno" tem por objetivo desalojar os 32 abrigos de flagelados, com 5.218 pessoas, que ainda estão desabrigadas no Recife e Olinda, após as enchentes. No interior de Pernambuco ainda restam 12.951 desabrigados em 10 municípios, sendo a maior concentração nas cidades de Palmares (três mil pessoas), São Lourenço (duas mil) e Limoeiro (1.172).

Além dos que ainda não encontraram casa para morar ou condições financeiras para reconstruir as que foram danificadas pelas águas, resta a diária disputa pelos empregos. Um concurso para 200 vagas num banco estadual já conta com sete mil concorrentes. Nas ruas centrais da cidade, triplicou o número de camelôs, que, contrariando todos os códigos urbanísticos, invadiram ruas há muito proibidas ao comércio ambulante.

Até meados de setembro, esse contingente de subempregados terão que esperar para conseguir novas oportunidades. Dentro de 30 dias, o governo estadual estará iniciando através do Serviço Social contra o Mocambo, a construção de duas mil casas populares, abrindo frentes de trabalho para duas mil pessoas, que poderão receber salários (provavelmente um cruzeiro por hora) ou trocar o trabalho por parte do valor da casa. No interior, o governador Moura Cavalcanti pretende implantar, o que já fez quando presidente do INCRA, com alguns insucessos, o sistema de "agravilas", com a construção de 30 mil casas na zona da mata em blocos de 1.500 residências.

As 10 horas da manhã o sol já está forte e a fila atinge seu maior momento e extensão: muitos mal entendidos e 700 metros de espera. Apenas dois guardas da Polícia Militar, com muita paciência, tentam organizar a movimentação. Em volta da fila para recebimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), driblando os carros que passam em velocidade, correm carrinhos da Kibon, vendedores de limãozinho, uma carrocinha do "Au-Au" (cachorro-quente) e um tabuleiro de laranja. Na fila, os grupos começam a se formar sentados na calçada. Um rapaz lê, em pé, um exemplar de "Tio Patinhas". Um senhor já de idade está lendo um livro de bolso do "FBI".

"Aqui a gente ainda vai rebolar muito para receber esse dinheiro", diz um rapaz que saiu da fila com a guia de recolhimento do FGTS na mão. Para ele, só falta ir ao banco, dar entrada na documentação e esperar uma média de 30 dias. Para o restante da fila só resta esperar a vez de ser atendido ou comprar, no cambio negro, por cinco cruzeiros as guias que são distribuídas gratuitamente. "Cheguei aqui às seis horas da manhã e só vou sair lá pro fim da tarde", diz uma senhora cansada de esperar e que, finalmente, resolve sentar no meio fio.

"Tenho que recorrer ao socorro, não fui atingido pela cheia, mas essa oportunidade não vou perder, é o único jeito que tenho para arranjar um dinheirinho e reformar o

Por outro lado também parece injusto deixar a espécie humana sob a suspeita generalizada de ser favorável à corrupção. O colunista Carlos Castelo Branco, no seu livro sobre a deposição do governo Goulart, conta uma história de Brochado da Rocha, presidente do Conselho de Ministros do presidente deposto, que ele considerava uma pessoa magnífica, envolvida pelas "espertezas, tramas e o rápido e desconcertante jogo de malícias que é a política". O episódio tem como pano de fundo a corrupção. Brochado teria recebido na Granja do Ipê, uma das residências presidenciais em Brasília, o coronel Jofre Lelis, um ex-chefe de polícia mineira, amigo de Juscelino Kubistchek e que por isso tinha sido nomeado presidente da Caixa Econômica Federal de Brasília. O cel. conversava com o primeiro-ministro pela primeira vez o tema era corrupção e o coronel disse:

— Como o sr. sabe dr. Brochado, no Brasil todo mundo é ladrão.

Brochado ficou tenso. Sua resposta foi desconcertante:

— Coronel, esta é uma conversa entre o Presidente da Caixa Econômica Federal de Brasília e o Presidente do Conselho de Ministros. Quanto a mim, não aceito sua acusação. No que diz respeito ao senhor, tomo como uma confissão. Temos conversados.

E o amigo de Juscelino teria sido demitido.

barracão, tenho quatro anos de carteira assinada, trabalho como sergente de repartição pública, ganho Cr\$ 417,00 por mês. E o jeito, onde eu ia arranjar outro dinheiro para botar o barraco em pé?" pergunta Almir Carlos Ferreira, 26 anos, casado.

"Ontem, o pão acabou duas vezes, tive que mandar o menino buscar lá em Olinda, ganhei Cr\$ 50,00 a mais com o movimento da fila", comenta um vendedor do cachorro quente "Au-Au". O menino do limãozinho diz que a venda é pouca, mas é o dobro dos dias normais de inverno. "A gente vende 20 a 30 copos quando está nesse tempo de chuva, mas com a fila dá pra chegar a 50 copos, é a metade do tempo de verão, mas melhor, nosso lucro é de 40 centavos por copo", diz José Severino Machado, 20 anos, vendedor de limãozinho desde os 17.

A fila continua caminhando lentamente. Alguns protestam contra a demora de atendimento da Delegacia de Trabalho e insinua que pessoas com "pistolão" estão sendo atendidas primeiro. Um operário, que conseguiu dispensa da fábrica por um expediente, abre a marmitta e resolve aproveitar o almoço. Na sua frente, um senhor distraído deixa voar as guias de recolhimento. Do que se aproveita um gaiato: "Ei, velinho, seu "fundo" caiu". Todos riem. Menos o velho que apanha o papel num gesto rápido.

A liberação de Cr\$ 450 milhões do FGTS, anunciada formalmente pela televisão em pronunciamento do presidente Geisel, foi a medida de efeito mais amplo para dar força aos assalariados para enfrentar as dificuldades advindas das enchentes em 35 cidades de Pernambuco. Enquanto que para indústria foram abertos créditos especiais (Cr\$ 45 milhões) e para a classe média, segundo anúncio o governador Moura Cavalcanti, após audiên-

cia com o presidente, "pode ficar descansada pois serão liberados Cr\$ 17 milhões numa linha especial de crédito", pouco restou ao assalariado senão a sua própria poupança.

"O trabalhador que já não tem a sua estabilidade e que foi atingido pela cheia, vai se despojar dos poucos recursos que são seus, acumulados compulsoriamente para as necessidades do futuro. O pouco que receberá agora não dará para repor a casa que perdeu, mas o deixará sem nada se, amanhã, vier a perder seu emprego. O fato é que milhares de trabalhadores empobrecem com o último flagelo, e não é justo que venham a ser "ajudados" com as suas minguadas reservas do FGTS", diz o senador pernambucano Marcos Freire.

"As liberações que estão sendo concedidas não estão sendo feitas com a computação dos juros e correção monetária referentes aos primeiros seis meses do exercício. Os que estão a retirar, em caráter emergencial, os seus depósitos do FGTS, poderão sofrer prejuízos de até 30% sobre os lucros que lhes serão creditados ao final do exercício, em dezembro, correspondentes aos juros e correção monetária que não foram computados. Essa sangria ao trabalhador representa um total aproximado de Cr\$ 80 milhões de lucros para o BNH, depositário direto do FGTS", explica o sr. Oliven Bezerra, do Clube de Diretores Lojistas do Recife.

E a liberação ampla, sem controle dos bairros atingidos, está provocando uma nova corrida ao FGTS, agora pela classe média melhor remunerada, como os profissionais liberais, que estão retirando polpudas quantias para aplicar em cadernetas de poupança e letras de câmbio, com melhores perspectivas de juros e lucros a médio prazo.



**AGORA QUE VOCÊ JÁ OUVIU FALAR TANTO
EM PRODUTO NACIONAL BRUTO,
EXPERIMENTE UM PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO.**

**CACHAÇA
DE SÃO FRANCISCO**

**O OUTRO MILAGRE BRASILEIRO
ENVELHECIDA 5 ANOS EM BARRIS DE CARVALHO.**



O BRASIL

“Todos nós temos o direito de sonhar — não só de realidades vive o homem” — Teotônio Vilela

DEPOIS DO SONHO

Teotônio Vilela subiu à tribuna do Senado às quatro horas da tarde da última quinta-feira, para um discurso que era aguardado com a expectativa com que se aguardam os grandes pronunciamentos. Daniel Krieger, “liberal histórico”, estava na primeira fileira. Dinarte Mariz e Eurico Resende, principais expoentes da “linha dura” da Arena, saíram minutos antes e foram escutar o discurso com o líder do partido, senador Petrólio Portela, em seu gabinete, pelo autofalante. O discurso de 1º de agosto do presidente Geisel, pondo praticamente um ponto final na distensão política, se entendida como uma volta ao Estado de Direito, deixou numa situação difícil os liberais arenistas, como Vilela, que passou boa parte de suas férias elaborando uma reforma da Constituição, confiando na distensão (Veja entrevista na página 7). Da mesma forma que a nota do presidente do MDB, Ulysses Guimarães, sobre o discurso de 1º de agosto, rompeu publicamente a identificação que havia entre a maior parte da oposição com a política de distensão do general Geisel, o discurso do senador Teotônio Vilela era esperado como a definição da nova posição e dos novos rumos destes liberais da Arena. Afinal, Geisel, até certo ponto, abdicou de um projeto político específico, atrás do qual eles haviam se alinhado — ostensivamente, como Vilela e José Sarney, ou discretamente, como Daniel Krieger.

Num discurso de 25 folhas, que vinha sendo redigido há dias e demorou quase uma hora para ser lido, num tom grave que o momento parecia exigir, Teotônio Vilela deixou as coisas bem claras, pelo menos de sua parte: sonhou demais com a distensão — mas o sonho acabou

No semestre passado, um discurso parecido com o do senador Teotônio Vilela, o do senador Paulo Brossard, do MDB gaúcho, também em defesa da institucionalização, teve dezenas de apertes. O pronunciamento de Teotônio Vilela souou forte, mas arrancou apenas um rápido aparte, do senador Leite Chaves, da oposição, para aplaudi-lo. Onde estava um liberal da Arena? José Sarney estava em Jau, no interior de São Paulo, cuidando dos negócios. Daniel Krieger, o liberal histórico do partido, estava à sua frente, mas dele Teotônio não recebeu nenhum gesto, de anuência ou discordância, apenas um abraço afetuoso, ao final.

Os liberais se forjaram na luta, no Estado Novo, contra a ditadura de Vargas. Otávio Mangabeira foi preso, exilado; a maioria dos mineiros que assinou o famoso manifesto de 1943, como Magalhães Pinto, Pedro Aleixo, Virgílio de Melo Franco, Bilac Pinto, Milton Campos, entre outros, acabou sendo perseguida por Getúlio e muitos deles foram afastados de cargos públicos e particulares. A persistência de Otávio Mangabeira, o manifesto dos Mineiros e a audácia de outros liberais contribuíram para a derrocada do Estado Novo e com o restabelecimento do Estado de Direito os liberais se juntaram na UDN e, em 1966, na Arena.

Os liberais morreram com Milton Campos, costuma dizer-se no Congresso. Hoje, realmente, os liberais se contam a dedo, a ponto de ser arrolado entre eles o senador maranhense José Sarney, ex-integrante da *Bossa Nova* da UDN, grupo que reunia alguns parlamentares udenistas simpáticos ao governo do ex-presidente João Goulart, a maioria, como Sarney, filiada à Frente Parlamentar Nacionalista. Como Krieger e Teotônio, Sarney também caiu em desgraça durante o governo Médici. Nos primeiros meses após a posse de Geisel, reapareceu fazendo discursos em defesa da institucionalização e logo era citado como um liberal. Não chegou a fazer nenhuma proposta concreta para a reforma da Constituição e ultimamente tem se dedicado mais à defesa do regime, envolvendo-se em debates com o senador pernambucano Marcos Freire, a quem acusou de estar desafiando a Revolução.

Ou outros liberais da Arena — além de Sarney, Teotônio e Krieger — seriam Célio Borja e Antônio Mariz, ambos deputados. Para alguns, também se poderia incluir na relação o senador Magalhães Pinto e o deputado Faria Lima, de 30 anos, sobrinho do brigadeiro Faria Lima, ex-prefeito de São Paulo, e do atual governador da Guanabara, almirante Faria Lima.

A fama de liberal de Célio Borja nasceu das conversas do ex-ministro Alomar Baleeiro, que o apresentava como um liberal, seu discípulo. Líder do governo Lacerda na Assembleia Legislativa em 1963, secretário do governo e das Finanças da Guanabara de 1964 a 1966, Célio Borja chegou à Câmara em 1971, passando os primeiros anos relatando projetos na Comissão de Justiça. No ano passado foi indicado líder do governo e este ano chegou à presidência da Câmara, mas em nenhum dos dois cargos, despontou como um discípulo de Baleeiro: ao contrário, desfez rapidamente uma imagem de liberal pacientemente

construída. O exemplo mais conhecido é o episódio em que o ex-deputado Francisco Pinto queria ocupar a tribuna da Câmara para defender-se do processo por crime contra a segurança nacional. Célio Borja, então líder da Arena, interveio junto ao presidente da Câmara para que não deixasse Chico Pinto falar, justificando que agia em “defesa da própria instituição parlamentar”. O Célio Borja de hoje defende o AI-5, o 477 e diz que “nada mudou” com o discurso de Geisel em 1º de agosto: “Nunca ouvi o presidente, nem em caráter particular nem em público, qualquer proposta de revogação do AI-5”.

Antônio Mariz, ex-PTB, ex-secretário de Educação do governo João Agripino, autor de um projeto em favor do respeito aos Direitos Humanos, diz que o discurso de Geisel “serviu para tirar qualquer ilusão de que a distensão pode ser doada”. Antônio Mariz foi o único deputado arenista, além da José Costa, a votar a favor do projeto do ex-líder do MDB, Pedroso d’Horta, pela revogação do decreto lei-477, submetido à Câmara há alguns anos.

Até agora, em termos práticos, nenhum desses liberais da Arena apresentou qualquer projeto de institucionalização. O projeto do senador Teotônio Vilela, que prevê a criação de um Conselho de Estado e a incorporação dos atos de exceção à Constituição, como os primeiros esboços do projeto do senador Daniel, possivelmente também de verã ir para à gaveta antes de ser apresentado ao Congresso. De qualquer forma, Teotônio parece disposto a continuar lutando por uma normalidade constitucional, acreditando, como disse no pronunciamento de quinta-feira, que “a democracia continua sendo o regime da Revolução” e

A falta de apoio ao seu discurso, durante o seu pronunciamento, mostra que no Senado ele continua lutando sozinho e na Câmara conta apenas com o apoio de alguns poucos deputados que seriam melhor definidos como *progressistas*, como Mariz, ou aparentemente bem intencionados, como Faria Lima.

O senador Krieger, aos 66 anos, ainda cita Alexandre Herculano: “A esperança é a última divindade que abandona o homem”. Ao contrário de Vilela, usa apenas uma frase para explicar sua posição diante da nova situação criada com o discurso de Geisel em 1º de agosto: “Sou o que fui, serei o que sou”. E acrescenta: “A melhor contribuição é o silêncio”.

O festival de besteira que assola o país

Por que riram tanto do senador Dinarte Mariz, imperturbável conservador do Rio Grande do Norte que já em 1935 chefiava uma coluna armada de perseguição aos rebeldes do movimento classificado como a intenciona comunista? Há exatamente dois meses, senadores da Arena e do MDB riam quando Mariz dizia que a única coisa concreta que Geisel tinha dito em seus discursos era de que não abria mão do AI-5. Com grande erudição, clinicamente elogiada por Mariz, durante um debate no Senado, Teotônio Vilela dizia que a mensagem do Presidente da República ao Legislativo em março mostrava que Geisel queria o Estado de Direito. Mariz dizia que Estado de Direito cada país tem o seu, que distensão era “paz e tranquilidade no lar, liberdade para o trabalho” e que isso era o que o AI-5 tinha garantido ao país. Vilela, com cautela, ainda lembrou que Mariz era “homem ligado ao Sistema” e queria saber em nome de quem ele falava. No debate porém o plenário ria, diante de Mariz, “o grosso”, o falador de asneiras. E se curvava respeitoso, diante de Teotônio, usineiro algoano da região dos “barões de açúcar”, liberal da terra onde o liberalismo é mais nocivo que as pragas da cana.

Na semana passada Vilela,

fazia uma espécie de requiem para a distensão, tá como ele a interpretava.

Afinal, Mariz tinha virado de pernas para o ar o que se parecia com um festival de besteiras que assolava o país? Parece que a realidade tem a complexidade que lhe permite às vezes apresentar o óbvio como absurdo. E assim o festival veio e prosseguiu.

Trata-se então de distensão social? O vice-líder do MDB na Câmara, deputado Israel Dias Novaes chegou ao que poderia se chamar de teoria “da distensão atômica”. Discursando no fim da semana retrasada ele explicava porque propôs que o dia 26 de junho, data da assinatura do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, fosse comemorado como “O Dia do Progresso”. Porque, diz ele, não se deve “gastar unha em porta de pedra”. O presidente disse que não lhe agrada a insistência do MDB em discutir o AI-5 e o 477. Não disse? Disse sim (Aliás o senador Eurico Resende, outro porta-voz que cresceu no respeito de seus pares do Congresso, com sua recente conversa com o Presidente e a exposição dos conceitos de Geisel sobre o nível da democracia brasileira, disse que o Presidente considera o MDB afastado da realidade). Dias Novaes então observa que tudo vai mudar com a vinda da ener-



gia nuclear. Antes “é a pré-história”, depois será “a história”. “V. Excia não pode ser ao mesmo tempo nuclear e inquisitorial”, disse apontando para um deputado, ao explicar que, através da distensão atômica, também se chegaria a uma distensão política. “Temos que fazer uma distensão cerebral”, dizia apresentando uma nova fórmula de distensão, “para ultrapassar todas as barreiras edificadas no momento”.

Não menos inserida no contexto do festival de besteiras foi a intervenção do deputado Alvaro Valle, da Arena carioca, ao definir o significado da nota de protesto de Ulysses Guimarães contra o discurso de Geisel. “Temos hoje, no Brasil, uma esquerda radical aliada aos interesses do capitalismo multinacional e à sua matroca estão alguns sonhadores que tresleram escritores medievais e ainda se inspiram neles, sem

saber que a América já foi descoberta e que o mundo já se transformou”. Valle prosseguiu numa explicação detalhada do que se poderia qualificar de a distensão matemática. Disse que o discurso de Geisel tinha 3.701 palavras, e só 306 sobre ações subversivas; que a oposição só viu essas 306 e não quis saber das outras 3.365, onde estaria, evidentemente diz ele, a qualidade maior das palavras do presidente Geisel.

O filósofo medieval treslido era evidentemente Giordano Bruno, que Ulysses citara

Mariz ainda uma vez iria ter a palavra final nessa questão, que leva a ciranda de declarações da semana mais para longe.

“Jamais uma revolução passará pacificamente o poder a outro poder contestador”, disse Mariz, “mera ilusão sonhar com o retorno do liberalismo, porque a democracia de hoje tem que ser diferente e sustentada no binômio economia e segurança”. “O sonho é sempre superior à realidade. Todos nós temos o direito de sonhar. Nem só de realidades vive o homem”, disse depois na quinta-feira Teotônio Vilela. Mariz

parecia tê-lo lembrado de que vive no chão.

No mesmo dia da semana passada em que recebeu Dinarte Mariz, o presidente Geisel recebeu também o senador Eurico Resende, seu vice-líder no Congresso. Resende saiu dizendo várias coisas em nome do presidente. “Não existe nenhum país 100% democrático e o percentual brasileiro neste campo é grande. O trabalho do presidente é elevar esse índice”. Ou: “O AI-5, na verdade, está sendo um instrumento de contenção em favor da democracia”.

O senador Eurico Resende também não vinha sendo muito respeitado como porta-voz do governo. Mas parece também ter chegado a sua vez. Um dia depois, na Escola Superior de Guerra, o general Augusto Frago, considerado um reformador entre os militares, disse porém coisa semelhante. “O decreto 477, por incrível que pareça, é um instrumento de liberdade”, disse complementando um raciocínio onde dizia que, essa regra odiada pela oposição, é quem garante a ordem e tranquilidade para a maioria dos estudantes e professores.

LEIA MOVIMENTO

1. O senhor acha que a taxa de democracia no Brasil hoje é alta?

José Bonifácio: Comparada com o resto do mundo a taxa de democracia no Brasil é alta, mas comparada com o passado é baixa. Mas não podemos aspirar a volta a esse passado. Havia democracia, mas era retrograda, negativa.

Dinarte Mariz: A democracia está boa. Estamos ajustando as coisas como é possível. Se analisarmos o passado a taxa está muito alta, por que hoje há garantia para todos que querem trabalhar. E ninguém pode se queixar de nada.

Jarbas Passarinho: As pessoas estão acostumadas a medir um regime sob dois parâmetros: democracia e ditadura e esquecem do meio-termo. A minha opinião é que nos próximos meses uma situação mais próxima da democracia que da ditadura.

2. A oposição considera o AI-5 o oposto da democracia. O senhor acha que a taxa de democracia pode ser alta com o AI-5?

José Bonifácio: O Ato 5 não coincide com a ditadura nem com o espírito democrático do presidente Geisel. Quanto à tese do MDB, não há nada de novo no que eles dizem. O MDB apenas atua como todas as oposições do mundo.

Dinarte Mariz: Democracia só é possível com desenvolvimento e segurança e o AI-5 é o suporte da segurança.

Jarbas Passarinho: O MDB tem um conceito purista de democracia. Concordo que o AI-5 descaracteriza a democracia plena, mas não é porque não existe democracia plena que haja ditadura.

3. Antes do AI-5 havia mais democracia?

José Bonifácio: Nem mais, nem menos. A única diferença é que temos hoje o AI-5 para assegurar a ordem.

Jarbas Passarinho: Antes havia democracia plena, mas era preciso corrigir a falha. O AI-5 representou uma concessão às circunstâncias e, na minha opinião, não havia pro-

QUALÉ NOSSA TAXA DE DEMOCRACIA

Os senadores Dinarte Mariz e Jarbas Passarinho e o deputado José Bonifácio falam a Movimento sobre o grau de democracia existente no Brasil



babilidade de se fazer diferente. Mas o AI-5 não é sinônimo de ditadura. Ele apenas dá ao regime um caráter autoritário. E nota-se bem a diferença. A ditadura to-lo-há completamente os direitos do cidadão. E num regime autoritário o cidadão não pode gritar como se faz na democracia plena, mas pode se

refugiar na oposição, nos limites de sua atuação e, em último caso, na maioria silenciosa. No Brasil o autoritarismo ainda é brando. Pode-se gritar, correndo apenas os riscos da legislação de excesso.

Dinarte Mariz: No Brasil nunca foi praticada democra-

cia plena. Hoje há um sistema político de absoluta liberdade. Só que essa liberdade não está sendo bem entendida, porque há muitos abusos. Os canais de imprensa usam dela para ataques pessoais. Mas uma coisa é certa. Nunca mais teremos um regime anárquico como o do passado.

4. Que país tem uma taxa de democracia comparável a do Brasil?

José Bonifácio: Talvez a Inglaterra. Só que a democracia brasileira tem a virtude de nos dar a tranquilidade. E a inglesa ressusitou as lutas religiosas medievais. É difícil qualquer comparação, porque nós temos um tipo de democracia nosso. O modelo brasileiro de democracia.

Jarbas Passarinho: Num primeiro instante me ocorreu a Espanha, mas você já viu uma oposição a Franco comparável à atuação do MDB? Ou temos algum exemplo semelhante na União Soviética, na Albânia, na China Comunista? Na América Latina estamos além do Uruguai, Paraguai, Chile, Peru, e estamos aquém da Venezuela. Talvez a democracia que mais se equipare à nossa hoje é a da Índia, mais recentemente, depois da implantação de um regime autoritário. Mas não há porque nos preocupar. Do passo em que estamos até a democracia, é só revogar o AI-5. Embora não haja intenção do governo.

Dinarte Mariz: Nós temos o nosso próprio regime. O que precisamos é ter coragem de completar as reformas que ainda faltam. Precisamos de um regime diferente do federativo, que só existe no papel. Estamos num unitarismo copiado de fora e nos falta adaptá-lo às nossas conveniências. E jamais podemos abrir mão do AI-5. Temos que ter democracia com segurança. O que é isso? É o AI-5. Quando o presidente falou no último discurso em aperfeiçoar o regime, ele queria dizer que é preciso aperfeiçoar o AI-5. E assim que eu traduzo as palavras do meu chefe.

Francelino Pereira,
novo presidente da Arena

“LIBERAL REALISTA”

Nem todos ficaram satisfeitos. Enquanto Francelino Pereira ainda recebia os cumprimentos de praxe, por ter sido escolhido presidente da Arena, na quinta-feira, parecia desabar uma tempestade nas imediações do gabinete do líder José Bonifácio. Um deputado mineiro dizia afobadamente a um companheiro: “Toda a bancada mineira ficou horrorizada. O Zezinho já recebeu telefonemas de vários deputados estaduais, de vereadores. Ninguém entendeu essa. Bem que o Petrônio andava estranho ultimamente”.

A escolha de Francelino Pereira piauiense criado em Minas, dester rapidamente o suspense criado em torno da escolha do presidente da Arena. Esperava-se “um homem forte” e sua atuação política é bastante tímida. “Liberal realista”, como ele se define, está ligado atualmente a funções burocráticas do partido, como vice-presidente. Ele chegou à Câmara dos Deputados em 1963, representando a UDN, e seu nome só veio ganhar certa projeção há dois anos, quando foi relator da CPI dos Tóxicos, criada pelo MDB e cujos resultados são ainda desconhecidos. Um deputado da própria Arena, Célio Marques Fernandes, denunciou no plenário o esvaziamento proposital da CPI, por influência direta das lideranças do partido, transformando num “relatório didático sobre os efeitos negativos das drogas”, um projeto que visava desviar dessas como o do assassinato da menor Ana Lídia, de Brasília.

Antes Francelino Pereira tinha se destacado em 1968,

quando foi afastado da Comissão de Justiça da Câmara, juntamente com o presidente Djalma Marinho e outros deputados, porque se recusavam a conceder licença para o julgamento de Márcio Moreira Alves pelo Supremo Tribunal Federal. Na época, ele chegou a dizer que não aceitava a medida, porque implicava na fim da imunidade parlamentar. Hoje ele convive plenamente (e sua indicação para presidente da Arena confirma) com os princípios calçados no AI-5.

Na sua juventude (hoje ele tem 55 anos), Francelino Pereira, como presidente do diretório Central de Estudantes da Faculdade de Direito de Minas, se agarrou aos princípios liberais, cujo expoente era, na época, Milton Campos. Liderou também o departamento estudantil da UDN e mais tarde se aliou a Magalhães Pinto. Entre suas grandes lutas figuram as campanhas pela deposição de dois presidentes, Getúlio Vargas e João Goulart, e em Minas, pela ascensão de Magalhães ao governo.

Os arenistas acham que não é de se esperar grandes modificações na conduta do partido com Francelino. A única diferença que identificam entre ele e Portela é que ele poderá ter mais acesso às várias alas do partido, pelo seu gênio moderado, o que Petrônio nem sempre conseguia pela sua excessiva agressividade.

A Movimento Francelino disse que não acredita em mudanças nas regras do jogo eleitoral em 1976. Mas prefere não dizer nada sobre as eleições de 1978.

Depois das convenções municipais realizadas no dia 13 de julho último, prepara-se o MDB para as convenções regionais do próximo dia 24 onde, além das eleições dos seus diretórios e comissões executivas, serão escolhidos os delegados à Convenção Nacional. Desta última convenção participarão com direito a voto, todos os 20 senadores e os 160 deputados federais do partido, os atuais membros do diretório nacional em número de 51, incluindo os dois líderes das bancadas na Câmara e no Senado e mais 361 delegados num total de 592 votos. Não serão 592 votantes porque a lei facultou o voto cumulativo. O convencional que for, ao mesmo tempo, deputado federal ou senador, membro do diretório nacional e delegado do diretório estadual terá direito a três votos. O novo diretório deverá ser constituído de 71 membros se for aprovado e sancionado, em tempo, o projeto que tramita em regime de urgência no Senado.

A pergunta formulada se vai ou não haver brigas na convenção do MDB responde o jornalista Carlos Chagas, em artigo no Estado de S. Paulo, que não. Acrescenta, antecipadamente, que “autênticos e moderados, ontem, (dia 12) após dois dias de entendimentos, chegaram a uma composição política definitiva”, para a reeleição de Ulysses Guimarães para presidente e Thales Ramalho para secretário-geral, ficando os autênticos com uma fatia minoritária do bolo.

Ulysses Guimarães exercia o cargo de vice e assumiu a presidência do partido em janeiro de 1971 com a renúncia do ex-senador e general Oscar Passos. Na convenção nacional de 1972 reelegera-se presidente. A ele se

O MDB BRIGA OU NÃO?

As convenções regionais, no dia 24, e a nacional, em setembro, mostrarão se há grandes cisões no MDB. Mas tudo indica que autênticos e moderados farão um acordo.

Jorge Barradas

opôs o grupo autêntico. Apresentou chapa própria para o diretório nacional, conseguindo um terço dos votos dos convenções, elegendo 16 dos seus membros, enquanto os moderados elegiam 33 que iriam se somar aos líderes das bancadas nas duas casas do Congresso.

Durante os três anos de mandato, o diretório nacional se reuniu, apenas, três vezes, uma na Guanabara e duas em Brasília, sendo que, uma delas, foi este ano, para decretar a interdição do diretório da Guanabara. Todas as decisões do partido foram tomadas pela sua Executiva, cuja composição atual é de 15 membros, incluindo os dois líderes. Na verdade, dois cargos apenas funcionaram, através dos seus titulares, dando a tônica política e administrativa do partido: a presidência e a secretaria-geral. Os demais são postos mais ou menos decorativos, embora não se saiba bem se pelas suas atribuições limitadas ou pelo imobilismo dos seus atuais ocupantes.

Se as divergências entre autênticos e moderados tivessem continuado possivelmente, este ano, haveria uma disputa mais equilibrada na convenção. Mas, após as eleições, autênticos e moderados reconciliaram-se, através de uma composição tão necessária e taticamente lúcida, mas da qual foram excluídos, por erro processual, os novos autênticos que, chegando deslumbrados

com os autênticos históricos, se sentiram marginalizados por estes.

O acordo para a convenção pode ter sido celebrado, como diz Carlos Chagas, no dia 12 mas, se o foi, a quase totalidade dos autênticos históricos e novos o desconhece, sendo produto de alguma “maconaria” que funciona e age em nome de todos, mas sem nada participar aos demais. E pelo menos isso, que dizem muitos dos representantes dos dois grupos. Tanto isso é verdade que, na reunião dos novos, na tarde do dia 13, a decisão adotada foi recusar a proposta dos moderados e apresentar chapa própria, cujas autorizações para sua composição começaram a ser imediatamente coletadas. Já na noite do mesmo dia, os “históricos” se reuniram e decidiram, na sua quase totalidade, continuar nos entendimentos com os moderados embora recusando a proposta apresentada por estes e, sem nada deliberar sobre sua participação numa chapa de oposição.

Autênticos velhos e novos confraternizaram no fim de julho deste ano e resolveram, por unanimidade, apresentar uma fórmula de unidade do partido, consubstanciada em exigências de ordem doutrinária, e em uma participação igualitária no diretório e na executiva. Pletearam ainda, um dos dois cargos-chaves do partido: a presidência ou a secretaria-geral. A

contra-proposta dos moderados foi de 43% do diretório, isto é, 31 vagas em 71 e 34% da executiva, isto é, 5 lugares em 15, mas recusavam-se a discutir a possibilidade de fazer qualquer concessão quanto aos dois postos-chaves, os cinco lugares destinados aos autênticos na executiva seriam assim distribuídos: a 1ª Vice-Presidência, a 1ª ou 2ª Secretaria, a Tesouraria e dois lugares de vogais.

Quando as conversações se encaminhavam para um desfecho favorável, com os autênticos pleteando, apenas, uma proporção idêntica na Executiva da que lhe foi oferecida no diretório, os moderados recusaram da proposta inicial, reduzindo o percentual oferecido para o diretório e afastando a possibilidade de ceder a 1ª Vice-Presidência e a tesouraria. Os novos autênticos, reunidos, definiram essa atitude como uma “moleçagem” e os históricos, embora irritados, mas bem mais moderados que antes, não romperam as conversações.

O que é curioso em tudo isso, comparando o comportamento de dois anos atrás com o atual, é que os moderados estão radicais nas suas posições, os novos também são radicais nas suas e os “históricos” estão flexíveis, maleáveis e demonstrando que são os mais preocupados com a unidade partidária. Um observador que acompanha o andamento dessas conversações e assiste a conduta dos antigos autênticos saiu-se com esta:

“Quem te viu e quem te vê, hem radicais de outrora!”

Quem são os históricos e os novos autênticos. “Históricos”: Deputado Jerônimo Santana (Rondônia), Paes de Andrade (CE), Marcos Gadelha (Paraná), Fernando Lyra (PE), Lysaneas Maciel e J.G. de Araujo Jorge (MG), Valtir Silva (RJ), Fernando Cunha (GO), Santili Sobrinho e Freitas Nobre (SP), Carlos Cota e Fábio Fonseca (MG), Alencar Furtado (PR), Jaison Barreto (SC), Amauri Müller, Alceu Colares, Eloy Lenz, Getúlio Dias e Nadir Rossetti (RS) e o Senador Marcos Freire. Dois dos antigos não se reelegeram: Severo Eulálio e Freitas Diniz; um renunciou à vida pública desentacando com os rumos políticos do país: João Borges; outro foi impedido de disputar as eleições por ter sido condenado a prisão por discurso pronunciado na Câmara: Francelino Pinto. Os novos autênticos são 27: Mário Frota (AM), Jader Barbalho (PA), Fernando Coelho e Jarbas Vasconcelos (PE), Antonio José e Nôde Cerqueira (BA), Jorge Moura (GB), Tarcísio Delgado (MG), Ailton Soares, Marcelo Gato, Frederico Brandão, Jorge Cunha, Lincoln Grilo, Otávio Ceccato (SP), Ademar Santilo e Genervino Fonseca (GO), Antonio Carlos (MT) Alvaro Dias (PR), Luis Henrique e Valmor de Luca (SC) Jorge Vequed, João Gilberto, Oldair Klein, Lidovino Fanton, Rosa Flores, Aloisio Paraguassu, (RS). Embora não façam

parte do grupo estão compreendidos com ele para a renovação do diretório, alguns novos e velhos deputados: Antonio Moraes (CE), José Costa (AL), José Mauricio (RJ), Cota Barboza (MG), Francisco Amoral (SP), Antonio Annibelli, Antonio Belinati, Expedito Zanotti, Gomes do Amaral, Olivir Gabardo, Osvaldo Bushei, Paulo Marques, Pedro Lauro, Walber Guimarães (PR), Ernesto de Marco, Francisco Libardoni, José Thomé (SC), Magnus Guimarães (RS).

Se se somarem a estes os delegados que seguem a orientação do Senador Orestes Quêrcia, a força eleitoral disponível é maior do que se possa imaginar.

Também não é de se desprezar, como muitos pensam, a força do ex-governador Chagas Freitas que, por outras razões, também defende a tese da renovação partidária. So esse grupo detém, 11%, da totalidade dos votos da convenção nacional.

Dos 72 delegados do Estado do Rio ele tem 60%, que, somados aos deputados, o senador e membros do Diretório Nacional que lhe são fiéis, representam mais de 60 votos na convenção nacional.

Tudo indica que haverá uma composição das forças mais agressivas em torno da candidatura Ulysses Guimarães Afinal, só haverá disputa se os moderados não honrarem os compromissos que assumiram. Desta vez, se houver luta, a responsabilidade é da cúpula partidária. Só existe, por outro lado, uma possibilidade de derrota da atual direção: se todas as forças descontentes com a direção se unificassem. Essa hipótese, se não é impossível, é de difícil e remota execução.

ENTREVISTAS

TEOTÔNIO VILELA

(senador da Arena)

Teodomiro Braga



“O regime atual é um regime de transição e ninguém melhor que os próprios presidentes revolucionários têm definido melhor o regime que hoje nos governa”.

M — Os juristas, preocupados com a institucionalização, falam em “Estado de Exceção”, e pregam o retorno a um “Estado de Direito”. Os que defendem o regime atual dizem que vivemos numa democracia “adaptada” às nossas condições, que pode ser “aperfeiçoada”. Como o sr. caracterizaria o regime brasileiro atual? Essa mesma pergunta fizemos a outro liberal, senador Paulo Brossard, e ele respondeu apenas que “no regime atual a exceção é a regra”.

T. V. — Preferia responder que o regime atual é um regime de transição e ninguém melhor que os próprios presidentes revolucionários tem definido o regime que hoje nos governa. Se estamos ainda numa fase revolucionária, evidentemente que não se pode caracterizar como definitivas as normas do governo que nos regem. Busca-se o modelo jurídico-constitucional e em torno desta busca é que se criou o projeto político de distensão.

sentou nenhum projeto. Da parte do MDB, surgiu apenas a manifestação do Ulysses Guimarães que, apesar de um estudo realmente profundo da nossa realidade é, entretanto, um trabalho de sugestões.

T. V. — Sim. Tenho que acreditar porque ela não está de maneira nenhuma eliminada na palavra do presidente Geisel. Pelo contrário, continua estimulando.

M. — Mas ela não ficou diluída?

T. V. — Foi ampliada...

M. — ... na prática, ampliar a distensão a outras áreas não foi uma maneira de restringir o que seria a distensão política?

T. V. Não, se verificarmos a revista *Fatos e Fotos*, numa pequena entrevista que dei 15 dias antes do pronunciamento do presidente Geisel e que entrou em circulação na sexta-feira cedo, horas antes do discurso. Está lá, em resposta à pergunta sobre o que entendo

M. — O sr. acha então que se fossem feitas, o governo aproveitaria as sugestões dos políticos?

T. V. — O próprio governo não repudiou, até agora, em termos concretos, qualquer possível manifestação nesse sentido. A verdade está que no próprio discurso o presidente reitera sua exortação aos políticos no sentido de que apresentem sugestões no aprimoramento democrático.

M. — Em síntese, o sr. continua acreditando na distensão?

Movimento — o sr. foi o único senador da Arena que aceitou a convocação do presidente Geisel para participar da distensão política, mesmo quando outros setores da Arena nela não acreditavam. Depois do discurso do presidente Geisel, como o sr. se sente dentro do partido, principalmente agora que começa a ser abertamente criticado dentro da Arena. Como, por exemplo, pelo pronunciamento do deputado Amaral Neto, pela televisão, há duas semanas, quando ao criticar uma minoria do partido que teria interpretado a distensão de Geisel de forma diferente da que verdadeiramente seria, ele se referia, evidentemente, ao senhor. O sr. ainda tem ambiente para continuar na Arena?

Teotônio Vilela — Tenho sim. Nenhum partido político vive de uma única ideia. A própria substância da democracia está no direito de divergir. Sinceramente, não sou eu o único no Senado que aceitou a convocação do presidente a desenvolver a imaginação criadora. Foram muitas as manifestações de muitos outros, cada um ao seu modo. Se porventura houve qualquer destaque com relação aos meus pronunciamentos, isso se deve menos a uma posição em relação à atualidade brasileira do que mesmo às posições que venho tomando ao longo de minha vida pública. A minha colocação em relação, quer política, quer social, quer econômica, não é um posicionamento de hoje, mas de sempre. A Arena, no meu entender, é um partido de homens livres que devem se pronunciar com absoluta franqueza, divergindo ou concordando pois só assim é que se pode formar uma mentalidade político-partidária e que de acordo com a minha resposta à primeira pergunta, não há porque não existir ambiente dentro do meu partido, no sentido da continuação do ideário democrático que prego por convicção e não por força de circunstâncias.

Secretário-geral do MDB desde 1971, o deputado Thales Ramalho integra a ala dos moderados, ao lado do presidente Ulysses Guimarães.

Nesta entrevista ao repórter Paulo Cezar, da sucursal de Movimento em Brasília, Ramalho afirma que o partido jamais apoiou a distensão, e que certo tipo de apoio que deu a Geisel se explica por ter o presidente de certa forma aderido a parte do programa do MDB:

Movimento — Por que o senhor acha que o Presidente Geisel esperou cerca de um ano para se pronunciar contra a distensão, enquanto retorno ao Estado de direito? O pronunciamento do Presidente é produto daquilo que se convencionou chamar de “pressões e contra-pressões”?

Thales Ramalho — O discurso de Geisel é, no mínimo, produto dos antagonismos do próprio “sistema”. No primeiro discurso que dirigiu à Nação, ele falou efetivamente num desenvolvimento integrado dos setores político, econômico e social, e enfatizou que, enquanto os demais estavam progredindo, o setor político estava estagnado. O seu último discurso, no meu entender, representa de fato o reconhecimento da estagnação e das dificuldades que ele encontrou para promover o desenvolvimento do setor. Acredito que certas pequenas etapas vencidas, como o levantamento parcial da censura da imprensa, permanecem. Mas que a distensão — aliás, prefiro o termo descompressão — estagnou, não há dúvidas.

M. — Então, o sr. acredita que o gen. Geisel recuou no seu propósito de liberalização?

TR — Prefiro não falar em recuo, é um termo muito subjetivo. Mas não há dúvidas de que ele deu um *stop* na distensão. A

THALES RAMALHO

(secretário-geral do MDB)

“distensão”, como ela foi colocada pelo general Geisel, continua. Mas a outra, a que todos os democratas do país esperavam, esta morreu.

M. — Como o sr. definiria o regime brasileiro, atualmente?

TR — A Constituição se resume em um único artigo — o artigo 182, que mantém os atos de exceção. No momento em que o presidente reafirma estes atos, ele elimina a possibilidade de uma Constituição legítima e, logo, de um estado de Direito.

M. — E como o sr. acha que deve se encaminhar este quadro político-institucional?

TR — Estamos caminhando para definições. O País real está impondo ao país oficial, a cada dia que passa, o momento crucial das definições. O país real, o POVO, já demonstrou claramente, através do voto de 15 de novembro, para onde quer ir.

M. — Qual deve ser o papel da oposição nesta procura do Estado de Direito?

TR — Antes de mais nada, devo fazer uma distinção muito importante. O MDB não representa mais a oposição brasileira. O MDB é um partido programático, e não um partido ideológico. E nele não está contido, ideologicamente, o pensamento integral de todas as correntes oposicionistas do



“O próprio governo deu motivos para que se pensasse em aliança” (com a oposição)

“Ele (Geisel) se aproximou do programa do MDB”

Brasil. Representa, sim, uma Frente Ampla. E é tão heterogêneo que há um grupo — e só por ilustração cito o nome do ex-Governador Chagas Freitas — que é muito menos oposicionista que qualquer arenista, com raras exceções.

Mas o papel do verdadeiro MDB, do que tem de oposição no MDB, é lutar em todas as suas tribunas pelo retorno do País ao estado de Direito. Esta é a única razão de ser do MDB, que desaparecerá fatalmente quando houver plena liberdade de associação política, no país.

M. — A vitória do MDB nas eleições de 76 e 78 respectivamente para vereadores e governadores, já foi considerada como praticamente certa por muitos correntes oposicionistas, de modo que foram conhecidos os resultados do pleito de 1974. O fato de o

MDB ainda permanecer aquém dos temas levantados na campanha de 74 — inclusive através do apoio à distensão — não compromete esta perspectiva de vitória?

TR — Acredito que não. A eleição de 74 foi plebiscitária. Foi uma definição do Povo muito clara, por sinal contra tudo que está aí. Então tanto faz ser o MDB como qualquer outro Partido que expresse os anseios do Povo brasileiro.

M. — O discurso do presidente Geisel é encarado por muitos como uma resposta aos oposicionistas que começavam a encará-lo como um aliado. O sr. não acha que o presidente afastou-se, definitivamente, de qualquer compromisso?

TR — O próprio governo deu motivos para que se pensasse em aliança, porque o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

por distensão: “A meu ver (a distensão) é a compreensão da realidade brasileira sob os ângulos político, econômico e social. O Presidente procura o abrandamento desses três setores. Vivíamos numa rigidez que se tornou insuportável. Duas místicas. Duas místicas pesaram muito sobre a Revolução: a do Produto Interno Bruto e da Arena como partido único. Da mesma forma que o partido único não interpretava a situação política brasileira — e o pleito de 74 comprovou isso — a concentração de trabalho para definir a economia nacional em termos de Produto Interno Bruto também não traduz a aspiração do nosso povo. O Presidente abriu a questão política ao debate e vem procurando injetar no meio social uma massa de recursos que bem definem a sua preocupação com a distribuição de renda. Obras santuosas como a ponte Rio-Niterói e a construção de rodovias foram preteridas em favor da canalização de recursos para o Nordeste e para obras essencialíssimas como o caso da Central do Brasil, abandonado anos e anos. São medidas dessa ordem, com a garantia do salário real ao trabalhador, que dão cobertura à distensão”.

A distensão, pregada pelo presidente Geisel exatamente nestes termos econômicos e sociais, eu preconizei nesta entrevista.

Ficamos frustrados porque entendemos que o caminho era diretamente a volta ao Estado

de Direito. Eu próprio em torno do disto desenvolvi tantas palestras por aí fora. E continuo a crer que o caminho da Revolução é o da institucionalização do regime democrático. Mas não vou exigir que o Presidente da República, como chefe de um Estado revolucionário, tenha de dizer isto. As palavras do presidente devem sempre ser interpretadas e analisadas do que rigorosamente tomadas ao pé da letra. Mesmo porque a Revolução não é uma pretensão. Não é um estado definitivo.

M. — O que mudou afinal com o discurso de Geisel?

T. V. — Esperávamos um avanço maior e ele apenas se restringiu o que já disse em relação à distensão política.

M. — Houve um recuo?

T. V. — Não se trata de um recuo. Fica no mesmo ponto que estava, tendo alargado mais o leque da distensão no setor social e econômico.

M. — Por que Geisel demorou um ano para esclarecer que a distensão, que muitos entenderam como a volta ao Estado de Direito, não era bem assim?

T. V. — Há uma razão superior para tudo isso. A Revolução, ou toda revolução, vive mais em função do que é factual do que em função do que é teórico. Evidentemente que dentro deste comportamento que, repito, é natural a todas as revoluções, se prende mais a Revolução aos fatos do que às ideias. Daí, essa viabilidade de posições, que pode parecer ao analista mais apressado uma manufatura fundamental, quando, quase sempre, como no caso brasileiro especialmente, entendo como um fortalecimento de posições a fim de que se possa atingir aquela intenção maior que preside o itinerário da Revolução.

presidencial ele deve passar a adotar um comportamento mais agressivo?

TR — Discordo da pergunta. O partido nunca teve uma atuação moderada. Sempre defendeu seu programa com a maior vitalidade.

M. — E como o sr. encara as críticas de que o MDB faz oposição no governo e não oposição ao governo?

TR — O MDB, como já disse, é um partido programático. Faz oposição ao sistema vigente no país. Fiscaliza o governo, seus atos, seus erros. E, por fidelidade ao seu programa partidário, se opõe ao sistema fundado num ordenamento institucional ilegítimo que tem como pedra angular a legislação de exceção.

M. — O presidente Geisel, em seu discurso, louvou a obra social de seus antecessores. O MDB ganhou as eleições criticando esta obra. O MDB reafirma o que disse na campanha eleitoral?

TR — Não só reafirma como, no meu entender, deve exigir do governo uma política de severa punição aos escândalos de malversação de dinheiros do povo que começaram a desmontar na chamada “magnífica obra” do governo de seus antecessores. Por que o governo não combate a corrupção com o mesmo rigor com que combate a subversão? Por que não cria um CODI, um DOI, uma OBAN, para recolher estes ladrões do dinheiro do povo?

M. — Deputado, depois do pronunciamento presidencial o sr. acredita que uma vitória do MDB nas eleições para governador em 78 trará um impasse institucional?

TR — Eu acredito que este quadro que está aí não é definitivo. Em outras palavras, não chegaremos a 78 sem que haja uma reforma institucional.

MOVIMENTO

Conselho Editorial

Alecar Furlado, André Forster, Aurélio Dantas, Chico Buarque de Holanda, Edgar da Mata Machado, Fernando Henrique Cardoso, Hermilo Borba Filho, Orlando Villas-Boas.

Conselho de Redação

Aquinaldo Silva, A.C. Ferreira, Bernardo Kucinski, Elías Andreão, Fernando Peixoto, Francisco de Oliveira, Francisco Pinto, J.C. Bernardet, Marcos Gomes, Maurício Azevedo, R.R. Pereira, Teodomiro Braga.

Diretor de Operações

Francisco Marsiglia

Diretor Responsável

Antônio Carlos Ferreira

Editor

Raimundo Rodrigues Pereira

Editores especiais: Bernardo Kucinski e Marcos Gomes.

Nacional: Sérgio Buarque (editor-assistente), Carlos Alberto Sardenberg (editor-assistente), Murilo Carvalho (repórter), Teodomiro Braga (editor-assistente, Brasília), Francisco Pinto (chefe da sucursal de Brasília), Fátima Murad (repórter), Genilson Cezar e Celina Whately (sucursal, Rio), Aquinaldo Silva, Percival de Souza (polícia), Bernardo Lerer (polícia paulista), Carlos Gentile de Melo (medicina), José Zatz e João Lizardo (ciência), Luiz Bernardes (repórter), Elmar Bones, Carlos Mosman e Jefferson de Barros (repórteres, Rio Grande do Sul), Ivan Mauricio (correspondente Nordeste) Luiz Pontual (correspondente Salvador), Lelio Fabiano dos Santos (correspondente Belo Horizonte) Dirceu Brisola, Mauricio Azevedo e Ricardo Kotscho (editores-contribuintes), Fernando Henrique Cardoso, Francisco Welfort, Hamilton Almeida Filho, Mônica Bandeira, Nelson Werneck Sodré (colaboradores).

Economia: Arlindo Munglioli (editor), José Roberto de Alecar (consumo, editor-assistente), Hélio Pereira (repórter, Rio), Paulo Cezar (repórter, Brasília), Francisco de Oliveira (editor-contribuinte), Paulo Singer e Ricardo Bueno (colaboradores)

Cultura: Fernando Peixoto (editor), Flávio Aguiar e José Miguel Wisnik (editores-assistentes), Ricardo Maranhão (história), Marcus Penchel (editor-assistente, Rio), Antônio Mendes Júnior, Carlos Nelson Coutinho, Gilberto Vasconcelos, Heitor da Luz, Luiz Roncani, Marco Aurélio Nogueira, Paulo Vidal, Paulo Sérgio Pinheiro e Sérgio Pechman (livros), Jean-Claude Bernardet (cinema)

Internacional: Flávio de Carvalho (editor), Izalco Sardenberg (redator), Paulo Esmeraldo (América Latina), J. M. Nunes Pereira (África), Carlos de Souza (correspondente, Paris), David Klatner (correspondente, Nova York) e Jayme Sauchuk (correspondente, Londres)

Arte: Elías Andreão (editor), Valdir de Oliveira (secretário gráfico), Joca Pereira e Silvio José Macedo (diagramação), Cássio Loredano, Chico Caruso, Carlos Clemen, Jota, Jayme Leão, Luiz Gê, Luiz Triunfo, Paulo Caruso, Rubem Griolo e Angeli (desenhistas), Iolanda Hussak, Leda Trindade, Ricardo Alves, Augusto Ramasco, Antônio Carlos d'Ávila, Márcia Rabelo, Juca Martins e Antônio Saggese (fotógrafos).

Pesquisa: Maria Cecília Magalhães (chefe), Jacqueline Tyssen (Internacional) e Eduardo Macedo Mussi (economia)

Revisão: Luiz Roberto V. de Jesus e Armando A. T. Sartori.

Publicidade: Pedro João Cury

Administração: Luiz Carlos Bitencourt (chefe), Luiz Augusto Caetano (auxiliar), Maria das Graças Rodrigues (secretária)

Movimento é uma publicação de Edição S.A. Editora de Livros, Jornais e Revistas: Administração e Redação: Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, Pinheiros, São Paulo. Telefones: 210-6622 e 210-6744. Sucursal Rio de Janeiro: Rua Voluntários da Pátria, 249-Sala 202. Telefone: 226.0625. Sucursal Brasília: Edifício Márcia, sala 1.007. Telefone: 24.1627. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial: Rua Emílio Goleidi, 575, São Paulo. Telefone: 65-5111. Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Pinheiros, São Paulo. Telefone: 282-2523. Material internacional via Varig.

ENSAIOS POPULARES

A oposição não está no Governo

Um dos méritos do último discurso do presidente Geisel foi ter esclarecido, mais uma vez, que não existe conciliação possível entre a linha do governo e da ARENA e o programa oposicionista do MDB. A advertência, apesar de óbvia, se tornara necessária porque a conduta e as declarações de certos setores "moderados" e "adesistas" do MDB vinham quase dando a impressão de que o MDB se encontrava no governo e a ARENA resvalara para a oposição. Isto acontecia principalmente porque o MDB marchava para converter-se numa espécie de "partido da distensão", e o equívoco da palavrinha comum permitia esconder as profundas diferenças de objetivos e de caminhos entre o governo e a oposição.

A bem da justiça, deve-se reconhecer que o presidente Geisel sempre deixou muito claro que o objetivo final de sua política de "distensão" era institucionalizar e aperfeiçoar o regime atual, por ele considerado democrático.

Enquanto isso, a proposição central do programa do MDB partia da tese de que o regime atual não é democrático. Não havia, portanto, como os dois objetivos pudessem ser confundidos. Se o deputado Ulysses Guimarães se enganou de rua e de repente foi apanhado na contramão, a culpa não pode ser atribuída ao presidente Geisel.

Desse ângulo, é uma questão secundária apurar se o governo mudou ou não sua prioridade de "distensão política" para a "social". Por que ingenuamente o governo não alterou seus objetivos estratégicos nem sua política básica, que sempre foi a de introduzir apenas "aperfeiçoamentos" e "reajustes" parciais, preservando o mesmo tipo de desenvolvimento econômico, social e político e de segurança nacional que vêm sendo administrados ao país desde 1964. Desde o começo, o governo Geisel adotou como sua diretriz básica a "continuidade estratégica sem imobilismo tático". Apenas acatei-o que, nos seus pronunciamentos iniciais, o

Presidente insistiu nas mudanças táticas que julgava indispensável promover; e agora sentiu a necessidade de enfatizar a continuidade de rumos.

De qualquer modo, o governo trouxe sua contribuição para que as forças sociais e as correntes políticas se alinhem corretamente. Espera-se que o MDB corresponda e que vários de seus integrantes renunciem definitivamente à vergonha de serem da oposição. Ou querer desfrutar ao mesmo tempo as vantagens eleitorais de ser oposição e as comodidades administrativas de ser governo.

Do episódio não há por que sair desalentado ou pessimista. Bem ao contrário, dispor e vestir adequadamente os tempos adversários não passa de um cuidado imprescindível para disputar qualquer partida séria de futebol. Os dois times não podem envergar a mesma camisa.

Os filhos devem pagar pelos pais?

Projeto de Código Civil, enviado ao Congresso pelo governo, mantém a discriminação dos filhos em legítimos e ilegítimos. Essa distinção velha e cruel, que já estigmatiza as crianças desde o nascimento, sobrevive graças a interesses econômicos e preconceitos religiosos. Por um lado, busca-se preservar a propriedade privada familiar, limitando o acesso dos filhos legítimos à assistência material e à herança de seus pais. Por outro, teme-se arruinar o casamento monogâmico e indissolúvel reconhecendo o fruto de relações extra-conjugais. Mas o resultado é de que os filhos extra-matrimoniais, que não têm responsabilidade pelas circunstâncias em que foram concebidos, são castigados pelo possível erro de seus pais e não recebem toda a proteção a que têm tanto direito quanto seus irmãos legítimos. Por isso a equiparação jurídica entre os filhos faz parte, ao lado da emancipação da mulher casada, dos esforços para substituir integralmente a família patriarcal por um Direito Familiar democrático.

No Brasil, o Código de 1916 diferenciava os filhos em legítimos, legitimados e ilegítimos. Legítimos eram apenas os filhos de pais casados. Legitimados eram os filhos de pais solteiros, depois que estes se casassem; a diferença não tinha nenhum

sentido prático, pois o Código equiparava os filhos legitimados aos legítimos para todos os efeitos; mas é sintomático que insistisse em registrá-la. Quanto aos filhos ilegítimos, o Código ainda os subclassificava em simplesmente naturais, adulterinos e incestuosos. Os filhos naturais (de pais solteiros) podiam ser reconhecidos. Já os filhos adulterinos (quando o pai, ou a mãe, ou ambos eram casados com outras pessoas) e os incestuosos (quando os pais eram parentes em primeiro grau) não podiam ser reconhecidos, mesmo que os pais quisessem. Só faltou ao Código incluir os filhos sacrílegos e os duplamente sacrílegos, categorias de inspiração canônica, que ainda subsistem em legislações hispano-americanas, para caracterizar os filhos de sacerdotes ou de padre com freira...

A resistência a essas discriminações injustas logo se manifestou e leis sucessivas foram remetendo o Código. Primeiro, para eliminar dos registros de nascimento a qualificação dos filhos. Depois, para permitir o reconhecimento do filho adulterino após a morte ou desquite do cônjuge impedido. Enfim, para conceder ao filho ilegítimo reconhecido metade da herança que coubesse ao legítimo ou legitimado.

O projeto em discussão no Congresso incorpora

essas emendas e até avança um pouco, quando possibilita o reconhecimento do filho adulterino não só após o desquite, mas também se o casal vive separado por mais de cinco anos. Ou quando, no artigo

2.018, dispõe que "os descendentes da mesma classe, legítimos, legitimados ou ilegítimos, têm os mesmos direitos a sucessão de seus ascendentes", embora o parágrafo único logo ressalve que, "se o filho ilegítimo for reconhecido na constância do casamento, a ele tocarão somente dois terços da herança cabível a cada um" dos legítimos ou legitimados. No entanto, apesar dessas correções parciais, no fundamental o projeto da Comissão dirigida pelo professor Miguel Reale se conserva na posição tradicionalista, resguardando a discriminação de 1916 entre filhos legítimos, legitimados e ilegítimos e até se referindo a "filhos adulterinos" e a "filiação incestuosa".

Isto contraria a evolução do Direito contemporâneo e as recomendações das Nações Unidas, que vêm batalhando para ampliar a proteção aos direitos da criança. Ainda em 1969, o Brasil subscrevia, na Costa Rica, a Convenção Americana de Direitos Humanos que consagra, entre outros, o princípio de que "a lei deve reconhecer iguais direitos tanto aos filhos nascidos dentro do casamento, como aos nascidos fora dele". Pois, se biologicamente não existe um filho menos do que o outro, por que introduzir uma graduação jurídica e social que só prejudica os direitos do filho inocente?

Incumbe ao Congresso a tarefa democrática de reformular o projeto de Código Civil e estabelecer a plena igualdade entre os filhos. Afinal, as crianças deveriam nascer iguais pelo menos diante da lei...

A SEMANA EM BRASÍLIA

Chico Pinto

O manto da corrupção

tução do vocábulo é bem mais ampla: "A corrupção é própria do gênero humano". Assim, dentro dessa perspectiva, é inútil lutar contra ela por que, sendo intrínseca ao gênero humano, incorporou-se ao patrimônio da humanidade. Combatê-la é combater o próprio homem que é corrupto na sua própria essência.

Mas para Eurico Rezende que, também, é advogado de múltiplas causas "o Governo não pode apagar a corrupção por que se o pudesse, suprimiria vários dispositivos do Código Penal".

Então, permita o Senador, que as denúncias sejam feitas para que o Código Penal possa ser acionado, já que ele existe, também, para isso e não deve enfejar.

O dep. José Bonifácio, líder do Governo, com toda a coragem histórica que Deus lhe deu e que, por ser histórica, é seguramente pesada, declarou em discurso da tribuna da Câmara, antes do recibo do Congresso, que o Presidente da República nunca falou em distensão. Todos ficaram perplexos diante daquela audaciosa impru-

dência mas, ninguém dispunha, no momento, do discurso do Presidente para contraditá-lo, com as provas na mão. Dias depois, no Senado, o representante de Pernambuco, Marcos Freire, lê sem ser contestado, trechos do discurso presidencial em que, a palavra distensão é usada, repetidamente. O dep. José Bonifácio de Andrade que, embora histórico, não revelou possuir memória histórica, ficou na dele. Não passou recibo, nem se julgou devedor.

No dia imediato ao último discurso presidencial, no entanto, José Bonifácio apareceu na Câmara eufórico e extrovertido. Com gestos largos, braços abertos, exclamava para quem quisesse ouvi-lo: "Não falei que não tinha nada de distensão. Não acreditaram em mim porque não quisram. Conveçam-se que o líder do Governo sou eu; quem fala por ele sou eu". Ninguém o contestou e ele continuou, pelos corredores agora, desafiando sem encontrar nenhum contendor.

Se a memória de José Bonifácio falou na tribuna, não falou a sua capacidade de prever o futuro próximo.

Ótima profissão para o futuro, deputado.

CONTAGEM!

O PREFEITO
MANDOU FECHAR
A FÁBRICA
POLUIDORA!

POÉZ
ENTÃO ACHA
ELA!

EM DEFESA DAS CHAMINÉS

Os ministros (todos eles) assinaram a exposição de motivos e o presidente Geisel baixou um decreto lei que faz da poluição provocada por atividades industriais um assunto de segurança nacional. Assim a fábrica de cimento Itaú em Contagem, Minas, que tinha sido ocupada pela polícia um dia antes, salvou-se do fechamento.

No sábado dia 9, José Gurgel, fiscal da prefeitura de Contagem apresentou-se na Fábrica de Cimento Itaú, passou por uma salinha onde se acotovelavam 15 jornalistas e cinegrafistas, e chegou a uma sala onde, numa única mesa, um homem de cabelos e bigodes grisalhos fingia ler um jornal. Entraram o fiscal, os jornalistas e os cinegrafistas. O homem baixou o jornal e Gurgel então leu a portaria número 1975, do prefeito da cidade que o mandava "dirigir-se à Companhia de Cimento Itaú, para promover a cessação de suas atividades". O gerente da Itaú em Minas, José Carlos Andrade Silva, sem largar o jornal, respondeu calmamente: — E, mas o senhor não vai poder entrar não. Nós já estamos com o caso na Justiça e vamos esperar a decisão. O fiscal não se afobou. Murmurou um "tudo bem", deu uns passos para trás e virou-se para a imprensa. Teve que repetir três vezes, para um cinegrafista de televisão, o que dissera ao gerente. A saída da fábrica, deu uma paradinha para os fotógrafos e comentou que se sentia "como Pelé em dia de grande jogo".

O "caso na Justiça" a que se referia o gerente era o mandado de segurança que a Itaú impetrou na sexta-feira, dia 8, contestando o decreto pelo qual o prefeito de Contagem mandava fechar a fábrica por poluição. Newton Cardoso que já dera entrevista na televisão para prometer "ou a Itaú ou eu", afirmava que recorreria à força policial para fazer cumprir seu decreto. Mas só na segunda-feira seguinte. Como se sabe, a burocracia da PM não dá expediente entre as 18 e 30 de sexta-feira e as 8 horas de segunda-feira, de modo que a prefeitura não tinha como encaminhar o ofício solicitando tropas.

Na segunda-feira, dia 11, o juiz Emerson Tardieu Pereira deu parecer contrário ao recurso da Itaú. Ficava mantido o decreto da Prefeitura. Newton Cardoso, que pareceu surpreendido com a decisão, comunicada a ele na hora do almoço, decidiu enviar o ofício ao comandante da PM. O documento relacionava as providências legais e pedia o contingente policial "não só para assegurar o cumprimento do ato administrativo, bem como para resguardar o patrimônio da empresa, contra as atividades nefastas de indivíduos inescrupulosos, que podem aproveitar da situação para sublevar a ordem política e social".

Newton Cardoso declarou então que lavava as mãos, ficando tudo entregue às autoridades militares. Mas o Comando da PM transferiu o problema para a Secretaria de Segurança do Estado, de onde o caso foi parar na mesa do governador Aureliano Chaves. Na terça-feira, dia 12, os principais jornais de Belo Horizonte asseguravam em manchete: "A Itaú fecha hoje". Mas ainda não era o dia. Nessa terça-feira, a Federação das Indústrias e o Sindicato da Indústria de Construção Civil de Minas encaminharam memorial a Aureliano Chaves solicitando seu empenho, inclusive junto ao presidente Geisel, para evitar o fechamento da Itaú.

O governador de Minas, que desde o início tentou não se envolver, acabou ficando no centro da disputa: tinha em mãos o ofício do prefeito, solicitando legalmente tropas pra cumprir um ato perfeitamente legal e exigido pela opinião pública. Já os empresários esperavam dele exatamente o contrário.

Depois de um telefonema a Brasília, Aureliano optou pela posição que aparentemente renderia melhores dividendos políticos: o fechamento da Itaú. Mas a empresa ainda teria mais uma oportunidade: apresentar espontaneamente até as 23 horas daquela terça-feira um cronograma de paralisação da fábrica. Esgotado o prazo sem qualquer resposta da companhia, Aureliano divulgou comunicado informando que, "sem outra alternativa", determinara o envio de tropas para fechar a Itaú.

A força policial enviada pelo governador Aureliano Chaves chegou à fábrica da Itaú, em Contagem, às 6 horas de 13 de agosto. Eram dois caminhões conduzindo mais de 50 soldados, armados de metralhadoras e cassetetes tamanho família comandados pelo coronel Joacir de Almeida Praxedes, cujas ordens eram fazer cumprir o decreto do prefeito Newton Cardoso que determinava a paralisação da indústria. A tropa da PM agiu como se fosse uma ocupação: soldados em todos os portões da fábrica, área isolada.

Pouco depois, a diretoria da Itaú entregou ao coronel Praxedes um cronograma para a desativação de seus fornos: 24 horas para esvaziar os silos de argila, 36 horas para paralisar os moínhos, 144 para esvaziar os silos de pasta, e mais 57 para o resfriamento dos fornos. Total: 201 horas, consideradas necessárias para impedir a perda de matérias-primas, estrago nos equipamentos, eventuais explosões dos fornos.

O coronel encaminhou o cronograma ao governo de Minas, e os técnicos da Fundação João Pinheiro, aprovaram o procedimento. Aureliano Chaves determinou que as 201 horas fossem contadas a partir das 18 horas daquele dia, 13 de agosto. A Itaú de Contagem pararia às 3 da madrugada do dia 22.

Quem não gostou

Mas se na última quinta-feira o coronel Praxedes declarava "tudo está tranquilo na Itaú", a intervenção policial começava a ser criticada. Não apenas pelos fabricantes de cimento e pela própria Itaú, mas também pelo secretário especial do Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto. Para o secretário, "a melhor solução seria um entendimento entre os governos federal, estadual e municipal, para evitar a paralisação da indústria e, com isso, prejuízos de ordem econômica e social".

Declarações surpreendentes, já que o próprio secretário reconhecia que a empresa teve suficientes oportunidades: "Desde 1941 a Itaú vem prometendo colocar filtros em sua fábrica", disse Paulo Nogueira Neto, mas ressaltando em seguida que "a fábrica não representa perigo iminente para a saúde da população".

De qualquer forma, mais 201 horas estaria terminada a novela do fecha-não-fecha, que, entre outras coisas, provocara esta sentença de um cidadão de nome Alcides, morador no bairro Eldorado, um dos mais empoeirados pela Itaú.

— Fecha nada, tá vendo? Esse negócio de poluição é assim mesmo. O pessoal fala, fala e na hora de fazer, ô, olha aí — dizia no dia 9 de agosto Alcides apontando para o fiscal de saúde pública de Contagem, que deixava a fábrica da Itaú levando no bolso a portaria e o decreto do prefeito mandando fechar a indústria. O gerente da empresa não recebera os documentos, nem permitira que o fiscal passasse da portaria. As quatro chaminés continuavam soltando poeira, 108 toneladas por dia segundo a prefeitura, "apenas 27" segundo a fábrica.

Se no dia 13 o comentário de Alcides parecia estar desmentido, no dia seguinte podia ser novamente interpretado como profético. Em Belo Horizonte, o governador Aureliano Chaves ordenava à sua assessoria o reestudo do caso Itaú em vista da nova legislação, isto é, o decreto-lei que o presidente Ernesto Geisel assinara horas antes com o propósito de regulamentar a poluição causada pelas atividades industriais. Num dos seus artigos, o decreto estipula que compete "exclusivamente" ao Poder Executivo Federal "determinar ou cancelar a suspensão do funcionamento de estabelecimento industrial cuja atividade seja considerada de alto interesse do desenvolvimento e da segurança nacional".

Aureliano Chaves apressou-se então em explicar que sua preocupação em cumprir a lei, a anterior, que permitia ao prefeito de Contagem mandar fechar a Itaú, e a nova, que ainda precisa ser interpretada. O que fazer? O prefeito de Santo André, Antonio Pezzolo dizia que o decreto presidencial deixava muitas dúvidas. Uma delas: o que se entende por estabelecimento industrial de "alto interesse do desenvolvimento ou da segurança nacional"? E mais: quem determina e aplica o critério? Há dias, Pezzolo tinha aplicado recente legislação municipal que autoriza a prefeitura a fechar indústrias. Continuar autorizada? Pelo sim ou pelo não, a prefeitura de Contagem resolveu voltar atrás e considerar que o decreto do Presidente tornou a proibição da prefeitura sem efeito. E a Itaú continuou produzindo — e poluindo — depois de nunca ter parado.

O decreto e os fabricantes

Houve algumas coincidências entre a nota divulgada sexta-feira pelos empresários da indústria do cimento e a exposição de motivos que antecede o decreto-lei sobre

controle da poluição assinado na quinta-feira pelo presidente Geisel. O decreto e a exposição de motivos — esta última assinada por todos os ministros de Estado, o que só acontece quando se trata de planos ou leis de extraordinária importância — parecem uma resposta à nota dos empresários.

A nota do Sindicato da Indústria do Cimento e da Associação Brasileira de Cimento Portland começava por "oferecer a solidariedade dos fabricantes de cimento do Brasil" à Companhia Cimento Portland Itaú e lamentava "a forma pela qual aquela empresa vem sendo ameaçada em suas atividades industriais, culminando agora com a intervenção policial e a interrupção de sua produção de cimento".

A exposição de motivos do decreto presidencial afirmava: "O surgimento em vários pontos do país de iniciativas locais, procurando, de uma forma ou de outra, resolver situações isoladas de estabelecimentos fabris já em funcionamento, com efeitos poluidores mais evidentes vem chamando a atenção das autoridades responsáveis pela preservação do meio ambiente, donde a urgente necessidade do estabelecimento de normas legais capazes de conciliar o resguardo do bem estar da população com o controle progressivo e racional das situações existentes, de modo a não desorganizar as atividades produtivas nem causar intranquilidade social".

O decreto assinado pelo presidente Geisel trata apenas da poluição causada por atividades industriais e centraliza poderes nos órgãos federais. As indústrias ficam obrigadas a "promover as medidas necessárias a prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos da poluição e da contaminação do meio ambiente". Cabe aos órgãos federais competentes definir tais medidas e apenas o governo federal pode fechar empresas de alto interesse do desenvolvimento e da segurança nacional.

Na medida em que se apresenta como "norma básica", o decreto-lei seguramente exige regulamentações complementares. Mas é certo, desde já que algumas das mais importantes reivindicações dos empresários foram atendidas. Na semana em que o prefeito de Contagem mandava fechar a Itaú e o de Santo André punia duas outras fábricas, o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, Tehobaldo de Nigris, julgou conveniente esclarecer alguns pontos: lembrou a política do governo Médici — combate à poluição não pode ser obstáculo ao desenvolvimento — e notou que as indústrias estão dispostas a colaborar, mas precisam de tempo e financiamentos para instalar os equipamentos anti-polução. Todos os princípios foram consagrados no decreto assinado pelo presidente Geisel.

Na verdade, os ministros de Estado têm razão quando a necessidade de normas básicas sobre o controle da poluição. A falta dessas normas e respectiva legislação complementar entre outros fatores, tornava demorado e às vezes impossível o processo de fechamento de indústrias contido comprovadamente poluidoras.

A deficiência tornou-se clara, e mais aguda, nos últimos meses, quando se repetiram os casos graves de poluição: mercúrio nas águas do mar da Bahia, a Borregard em Porto Alegre, a MBR em Minas, nuvens de fumaça branca descendo sobre bairros de Santo André e os índices de contaminação do ponto em que é preciso retirar populações.

Nenhum desses casos, a rigor, foi solucionado, apesar de algumas Comissões Parlamentares de Inquérito. A mais recente é a da Assembléia Legislativa de Minas, que condenou por unanimidade a Mineração Brasileira Reunidas por depredação da Serra do Curral. Mas, agora, qual o destino desse parecer?

Como exportadora de minério de ferro, a MBR não pode ser classificada como empresa de "alto interesse do desenvolvimento e da segurança nacional"? A pergunta indica que se a falta de legislação é um obstáculo ao combate à poluição, a existência de leis não é uma garantia decisiva. As vezes, dependendo da lei, pode ser até o contrário. E de qualquer modo, o decisivo é sempre a disposição ou a política que indicará qual o lado a ser privilegiado: o interesse da empresa ou o bem estar da população? Ou ainda, responder antes onde está e o que se entende por desenvolvimento.

A CONFERÊNCIA

O general Augusto Fragofo fala aos estagiários da Escola Superior de Guerra

Marcos Gomes

Bem na entrada na Baía da Guanabara, no fim do bairro da Urca, ergue-se o velho Forte São João, um dos quatro construídos pelos portugueses para compor o esquema de defesa da baía. No terreno do forte, além da bela e calma praia de São João, está o marco de fundação da cidade do Rio de Janeiro, numa praça situada no sopé do Morro Cara-de-Cão. O forte abriga várias unidades do Exército, como a Escola de Educação Física, o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento, mas seguramente sua principal atração é que lá funciona, num velho prédio, a Escola Superior de Guerra (ESG) que há vinte e seis anos vem doutrinando civis e militares em seus cursos.

Na quarta-feira passada, às 9 horas da manhã, o comandante e a turma de estagiários da ESG receberam o general Augusto Fragofo, hoje Ministro do Superior Tribunal Militar. O tema de sua conferência: "A Legislação de Segurança Nacional". Na sexta-feira anterior o conferencista fora o general Sílvio Frota e três dias depois quem compareceu foi o Ministro do Planejamento, Reis Veloso. As coisas na ESG são sempre imprevisíveis para o repórter que lá aparece em busca de notícias. A palestra do Ministro do Exército foi mantida em absoluto sigilo. A do ministro Reis Veloso foi distribuída à imprensa na íntegra, enquanto que só alguns trechos da conferência do general Fragofo — abordando o AI-5, o decreto 477 e o problema da corrupção — foram liberados. Mas, mesmo quando o texto integral é liberado, nunca se divulga o que talvez constitua a parte mais saborosa das conferências — o que se discute nos 45 minutos finais reservados ao debate. Há pouco tempo, o atual comandante da escola, general Walter Menezes Paes, ex-comandante do IV Exército durante o governo Médici, explicou aos repórteres que eles não tinham acesso ao auditório das conferências porque ali não há muito espaço e por isso ficariam mal acomodados. Quando recebeu a resposta de que ninguém se incomodaria em ficar de pé, se fosse necessário, o general disse que era preferível os jornalistas não assistirem as conferências porque "nós fazemos aqui, muitas vezes, o papel de advogado do diabo".

Estas palavras confirmam talvez a observação de muitas pessoas sobre a ESG, que a consideram como a única instituição do regime onde civis e militares discutem abertamente os problemas nacionais. Há outras evidentemente, onde estes problemas também são discutidos num nível de franqueza desconhecido até mesmo na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, como a Escola de Guerra Naval (EGN), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR), mas nestas, ao contrário da ESG, só os oficiais têm acesso. Sabe-se, por exemplo, que em 1973, quando o ministro Delfim Neto defendia publicamente que a inflação naquele ano não ultrapassaria os 12%, numa conferência na Escola de Guerra Naval, ele admitiu que o objetivo não seria alcançado. Por isso, os repórteres que foram cobrir a conferência do general Fragofo sabiam que o resumo de 10 páginas distribuído pelo serviço de relações públicas da ESG era provavelmente um tímido reflexo do que se passava no auditório onde o general falava para os 150 participantes do curso deste ano. E durante mais de duas horas, o jeito foi passar o tempo sentado num dos bancos da praça do forte tomando sol e passando os olhos no conteúdo das folhas.

Que diria o general sobre o AI-5? Mais ou menos o que já dissera o general Geisel em seu discurso de 1º de agosto: "Há os otimistas, sinceros sem dúvida, que julgam ter sido desnecessária a edição desse Ato em dezembro de 1968, argumentando que os instrumentos previstos na Constituição — o estado de sítio e as medidas coercitivas complementares — não chegaram a ser experimentados na ocasião. Há os malévolos — meros oposicionistas ou contestadores encaucapados — que defendem, agora, a revogação pura e simples do AI-5, sem que medidas da mesma índole das que ali se contém, sejam inseridas na Lei Magna ou na legislação ordinária, como se a cessação da vigência desse Ato devesse ser o passo inicial da distensão no campo político e não, como é evidente e lógico, o alvo a atingir no fim da marcha, segura e progressiva, no rumo da democracia plena, adequada à hora presente, que concilie a Segurança do Estado — ou melhor dizendo, a Segurança Nacional — com a segurança dos Direitos Humanos..." Uma marcha sem prazos definidos. Mais adiante o general Fragofo repete e assume conceitos preferidos em anos anteriores por outros conferencistas na ESG, como do professor Mário Pessoa, para quem "dentro do AI-5 não se encontram apenas normas repressivas, mas implicitamente toda a ideologia revolucionária brasileira, em preceitos concisos, de alta densidade, sendo nesse particular, mais afirmativo que a própria Constituição em vigor". A leitura é interrompida por um sargento que vem avisar que naquele dia os repórteres não poderão abordar o general Fragofo ao final da conferência, na saída da ESG, um caso inédito, segundo os frequentadores mais assíduos, pois é comum haver uma rápida conversa entre o conferencista e os jornalistas ao final

de cada palestra. E uma fotografia, será que se pode tirar? O sargento promete dar uma resposta.

Enquanto isso, os 150 estagiários, no auditório, continuam a ouvir o general Fragofo. Como sempre, o corpo discente é composto por oficiais, empresários, deputados, professores, juristas, etc. Entre os mais conhecidos desse ano estão os deputados arenistas Nina Ribeiro e Murilo Badaró e o empresário Omar Fontana, presidente da Transbrasil. Até hoje, entre os que fizeram os cursos na ESG, há predominância de civis, o que vem confirmar a finalidade de criação da escola, ou seja, a integração dos militares com os setores de influência na área econômica, política e jurídica. Para muitos, a fundação da escola significou no país o fim da teoria francesa do "exército mudo", segundo a qual as forças armadas deveriam apoiar o estado, mas as atividades econômicas e políticas deveriam ficar por conta dos civis. Passou a predominar a escola americana, que defende a função política das forças armadas e que seus integrantes devem conhecer profundamente os problemas econômicos, políticos e sociais e participar, juntamente com os empresários, políticos, diplomatas e juristas da solução desses problemas. Sem dúvida, a ESG significou a institucionalização dessa concepção, trazendo as forças armadas para a área política. O curso vai de março a novembro e para participar dele é preciso ter 35 anos e o nome aprovado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). Normalmente, ao começo de cada ano, os ministérios, autarquias e associações de classe dos empresários indicam ao EMFA os candidatos ao curso. Todos passam pelo crivo do EMFA e se tiverem seus nomes aprovados, são matriculados. Durante dez meses ficam dedicados à ESG: passam por um período de doutrinação, fazem viagens pelo país, estudam a conjuntura nacional, formam grupo de estudo para a elaboração

de cada palestra. E uma fotografia, será que se pode tirar? O sargento promete dar uma resposta.

As últimas três páginas são dedicadas ao tratamento que o Estado deve dar aos crimes de corrupção, segundo ele também atentatórios à segurança do país. Depois de citar Ruy Barbosa, que num discurso de 1920 dizia que "nenhum país salva a sua reputação com os abafos e mantilhas da corrupção encapotada" e que incentivava os homens públicos a "investir, sem piedade, contra esses desaforos, e entregá-los a uma publicidade inexorável", o general Fragofo conclui: "parece justificar-se a sugestão que, para ficar melhor ressaltada, será o fecho desta conferência: a de que se examine a conveniência — que em princípio aceitamos — de incluir os chamados crimes de corrupção no âmbito da legislação da Segurança Nacional...".

O sargento volta e informa que tirar fotografias pode,

mas só isso. São quase 11 e meia e os debates no auditório devem estar chegando ao fim. Alguns estagiários já descem a escada da ESG, com livros e textos mimeografados nas mãos e com um cartão preso à camisa indicando o nome. Os motoristas começam a manobrar os carros para a porta da escola. Descem mais duas mulheres. O deputado Nina Ribeiro aparece já de calção e tênis.

— Então deputado, como foi a conferência?

A resposta é reticente, mas diz que houve discussões até sobre a censura à imprensa. Sobre o decreto 477 diz que o general Fragofo o considera totalmente favorável aos estudantes e que citou o exemplo de um processo encaminhado à justiça militar de São Paulo contra dois universitários incurso no artigo 16 da Lei de Segurança, que prevê penas de até sete anos e meio de prisão (o exemplo consta do resumo distribuído à imprensa). Segundo o general, o juiz auditor não recebeu a denúncia e como os fatos tinham se passado no âmbito na Universidade de São Paulo, encaminhou o problema ao reitor para que os estu-



Gal. Aurélio Lira Tavares, gal. Walter Menezes Paes (no centro) e gal. Augusto Fragofo

de relatórios e viajam ao exterior. Nos últimos anos têm viajado sempre para os Estados Unidos e outros países da América do Sul e Central. Os professores representam o melhor que o regime pode oferecer. Este ano, já falaram na ESG os ministros Azeredo da Silveira, Simonsen, Dirceu Nogueira, Ueki, Paulinelli, Severo Gomes, Quandt de Oliveira, Rangel Reis, Arraripe Macedo, Azevedo Henning, Sílvio Frota, Reis Veloso. Nem o Congresso Nacional foi capaz de atrair tão proeminentes figuras. Ao contrário, o Congresso, através de deputados da Arena, é que se faz sempre representar nos cursos da ESG.

Lá dentro, de acordo com o que se lê no papel, o general Fragofo, considerado um intelectual brilhante no seio das forças armadas, dado ao culto de Machado, com obras publicadas sobre o assunto, antigo membro da "Sociedade dos Amigos de Machado de Assis", talvez esteja abordando para os estagiários o problema do decreto 477. "A despeito de imperfeições técnicas que podem ser apontadas em seu texto — e algumas, de certo, já terão sido — essas imperfeições, inerentes a qualquer obra humana, não elidem a real posição do decreto-lei 477, que há de ser interpretado não como peça isolada, corpo estranho a permanecer ameaçadoramente sobre a área estudantil, mas sim como medida bem inspirada visando assegurar tratamento excepcional, de todo favorável, aos que labutam nessa área, parte componente de um complexo jurídico, bem mais amplo e indispensável na hora presente, quando a ameaça totalitária e subversiva paira sobre a vida das Democracias". O general cita depoimento do deputado Vasco Neto, feito no congresso: "Sou pelo 477 — disse o deputado — porque com o Diretor da Politécnica da Bahia, só com ele ou com medidas coercitivas há liberdade para o professor dar aula e para o aluno assistí-la. Antigamente não havia aula. O 477, ainda que pareça incrível, é um instrumento de liberdade" (grifado no texto do conferencista).

dantes fossem enquadrados no 477, livrando-os da Lei de Segurança.

— Mas o general não citou outros exemplos onde a aplicação do 477 é prejudicial aos estudantes?

— Não citou não, disse o deputado.

Um repórter pergunta a Nina Ribeiro sobre os resultados de seu recente encontro com o general Geisel. Agora, bem mais animado, como se realmente estivesse fazendo uma declaração à imprensa, ele responde: "O presidente recebeu com simpatia a campanha que estamos fazendo em defesa do consumidor e os dados que tenho sobre os golpes das empresas. Para citar um só exemplo, veja o caso das lâmpadas: as fábricas produtoras, todas estrangeiras, resolveram diminuir a vida útil das lâmpadas de 5 mil para mil horas..." Um rebuliço na entrada na ESG leva os repórteres a deixar o deputado-quase que falando sozinho. Neste momento, aparece o general Fragofo acompanhado pelo general Menezes Paes e pelo general Lira Tavares, ex-ministro do Exército, ex-membro da junta que assumiu o governo após a enfermidade de Costa e Silva, ex-embaixador do Brasil na França durante o governo Médici. Lira abraça Fragofo, que entra num Galaxie preto. Os repórteres se aproximam:

— Gostou da conferência general?

"Claro, claro meu filho, mas não tenho nenhum comentário a fazer. Vocês deveriam conversar com o general Fragofo, mas ele já foi embora. Eu venho aqui sempre que posso, aprender um pouco. Nada do que se diz aqui se perde. Tudo é aproveitado, discutido e isso há vinte e seis anos, não é?" O general Menezes também diz que nada tem a dizer. Explica que no domingo os estagiários embarcam para uma visita às regiões norte e centro-oeste do país. "Nós sempre viajamos aos domingos para começar o trabalho na 2ª feira bem cedo"

ACI DA ARENA

A Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a atuação do Programa de Redistribuição de Terras no Norte e Nordeste - Proterra é um produto típico da Arena. Nasceu ingloriamente, no final do ano passado, de uma manobra do líder do partido, José Bonifácio, para impedir que o MDB constituísse outra CPI para investigar violações de direitos humanos no Brasil. Pelo compromisso verbal firmado entre José Bonifácio, pela Arena e Laerte Vieira, pelo MDB, a CPI que ainda falava para completar o número máximo de cinco comissões permitidas pela Constituição seria criada pelo MDB. Mas Zécinho Bonifácio apanhou o MDB desprevenido, no dia 15 de maio, completando com a CPI do Proterra a última comissão permitida. "Enquanto eles discutiam se formavam ou não uma comissão sobre os direitos humanos, nós resolvemos e formamos a do Proterra. Em quatro horas, recolhemos as assinaturas e encaminhamos o documento à mesa. Foi uma CPI instantânea", explica, na época, satisfeito, o deputado José Bonifácio, enquanto Lyziane Maciel atacava duramente a liderança do MDB por confiar na palavra de Zécinho Bonifácio. A justificativa da CPI dos salários, uma das cinco constituídas este ano, tem mais de 100 folhas. A exposição dos motivos da criação da CPI do Proterra, que antecedeu as 121 assinaturas conseguidas por Zécinho Bonifácio, não passou de 3 folhas datilografadas. Enquanto José Bonifácio reunia as assinaturas, alguns deputados da Arena, liderados pelo cearense Gurgel Valente, folheavam rapidamente a legislação encontrada na biblioteca da Câmara sobre o Proterra, atrás dos dados mínimos necessários para escrever a exposição de motivos exigida pela lei para a constituição de uma CPI.

Mas esse é apenas um sintoma do interesse dos deputados da Arena pela questão do Proterra, um programa que tem a mesma origem comum também aos outros programas de desenvolvimento regional criados, ao longo dos governos, para o Nordeste a partir de 1877: a seca. A Sude ne nasceu em 1959, um ano após a grande seca de 1958, o Proterra veio em 1971, após a seca que levou o então presidente Médici a visitar as frentes de trabalho no Ceará e Rio Grande do Norte.

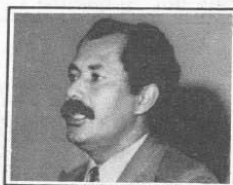
Nestes quatro anos de existência, pelo menos quanto à redistribuição de terras, objetivo que, teoricamente, seria o principal do Proterra, é irreversível o fracasso do programa, admitido, aliás pelo próprio ministro Rangel Reis, do Interior: desde a sua criação beneficiou apenas 0,04% - ou seja, apenas 491 famílias - do total de 1.300.000 famílias consideradas "excedentes populacionais" da região, sendo que a pretensão inicial do programa era atingir a extensa área de jurisdição da Sude, abrangendo ainda a vasta planície amazônica, a cargo da Sudam (em termos relativos, portanto, de acordo com o projeto "impacto" anunciado solenemente pelo general Médici, o Proterra atingiria 74% do território nacional e 29% de sua população). Uma das últimas distribuições de recursos do Proterra, há cerca de quatro meses, dá uma dimensão exata da sua falência como um verdadeiro "Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste". Os recursos, que totali-

zam Cr\$ 126.562.780,00, foram distribuídos em setores diversos da agropecuária, como "continuidade dos trabalhos de extensão das pesquisas agropecuárias e florestais, produção de sementes melhoradas, ampliação da rede armazenadora, regularização de abastecimento" e até mesmo foram entregues, em nome do Proterra, verbas para o "fortalecimento do setor pesqueiro".

Segundo proposta inicial de distribuição de recursos para este ano e os próximos dois anos, bem menos de 10% das verbas, que serão liberadas em nome do Proterra serão aplicadas na "redistribuição de terras", ainda mais levando-se em conta as tendências anteriores da aplicação de apenas 1% do crédito fundiário, liberado através dos bancos oficiais, para a aquisição de terras.

Com muita boa vontade, o que pode fazer, em termos concretos, essa CPI, composta de nove membros, com despesas limitadas a um máximo de 100 mil cruzeiros para um trabalho que não poderá exceder o prazo de 120 dias? Se o próprio governo mostra-se pouco disposto a reanudar um programa que falhou e com poucas chances de sobrevivência, por que, então, a criação de uma comissão parlamentar de inquérito que poderia ir pouco além de reparar erros, como a equivocada distribuição de terras do Proterra no município de Barreiros, em Pernambuco, onde dos 27 beneficiários de terras apenas três eram legítimos agricultores? Espera-se para 1977 uma seca tão dura como as de 1747 e 1877, que se prolongaram por meses e arrasaram a agricultura e a pecuária da região. Segundo Gurgel Valente, que se tornou o relator da CPI, ela visa a dar mais força ao programa. "Estamos convictos de que o Proterra é um programa útil ao país, pois nasceu de grande inspiração", diz ele, acrescentando: "CPIs não são exclusivamente destinadas a inquéritos para apurar irregularidades, mas também para apurar benefícios. Esta é uma CPI de colaboração com os instrumentos do governo".

A sessão inaugural da CPI do Proterra, na semana retrasada, não poderia mesmo merecer maior atenção. O convocado para depor, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Ceará - onde apenas 290 lavradores receberam terras pelo Proterra - nem apareceu. Mandou um representante, um engenheiro agrônomo cujo depoimento acabou impugnado pelo deputado Walter Silva, do MDB carioca e um dos membros da CPI, que achou ter a desconsideração ido longe demais. Para Walter Silva, apesar de tudo, a CPI do Proterra ainda serve, por exemplo, para, nas reuniões, debater a situação dos trabalhadores rurais brasileiros e a própria reforma agrária. Como fez José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) em depoimento na terça-feira passada. Representando 19 Federações e duas Delegacias Estaduais de Trabalhadores Rurais, cerca de 2 mil sindicatos e falando em nome de aproximadamente onze milhões e quatrocentas famílias de camponeses (quatro milhões sindicalizados) - defendendo, portanto, os interesses de mais da metade da população brasileira - o presidente da Contag aproveitou sua ida à CPI para, além de analisar o fracasso do Proterra, mostrar a situação do trabalhador rural brasileiro e pedir, mais uma vez, uma efetiva reforma agrária no país.



José Francisco da Silva

A Comissão Parlamentar de Inquérito criada na Câmara para investigar a atuação do Proterra nasceu como uma manobra da Arena para evitar que o MDB criasse outra CPI. A despeito de sua origem, ela tem permitido depoimentos importantes, como o de José Francisco da Silva, residente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG. Para realizar a reforma agrária no Nordeste, disse Francisco da Silva, o Proterra é ineficaz. Movimento publica trechos do depoimento do Presidente da CONTAG, que fala em nome de cerca de 50 milhões de pessoas, 11,4 milhões de famílias de camponeses.

O Brasil tem vivido nos últimos anos o impasse da existência de uma estrutura agrária em franca contradição com os objetivos governamentais expressos principalmente no 2º Plano Nacional de Desenvolvimento. Uma comparação entre o cadastramento do Incra em 1957 e o recadastramento de 1972 revela o aumento da mão-de-obra temporária e a diminuição dos contingentes de assalariados permanentes, parceiros, arrendatários, posseiros e pequenos proprietários. Isto significa mais gente sem terra, menos segurança, menos poder de barganha e de decisão sobre sua vida e trabalho.

Submetem-se os assalariados ao descumprimento da legislação, a níveis infra-humanos de vida para não perderem o emprego. Ou, lançam-se na aventura temporária, como bóias-frias ou volantes, deixando sua força de trabalho em detrimento das vantagens asseguradas por nossa legislação social. Igual situação atinge parceiros e arrendatários, sujeitos às exigências dos proprietários sob pena de ficarem desempregados.

A valorização das terras, principalmente nas áreas de incentivos fiscais (Amazônia) atraiu a especulação imobiliária, a ganância pela posse de grandes extensões de terra. Mas para conseguir tal intento, era necessário "limpar a área", despejar famílias inteiras de suas posses onde tranquilamente viviam e trabalhavam. Podemos afirmar que são os posseiros as grandes vítimas do abuso do poder econômico, pois os grileiros não hesitam em utilizar da corrupção à violência.

Os minifundistas, possuindo terra insuficiente para absorver a mão-de-obra familiar, usufruindo pouco dos programas oficiais de desenvolvimento

agrícola, carregam o peso de uma estrutura fundiária na qual 23% da totalidade dos imóveis, classificados como latifúndios, ocupam 78% da área cadastrada, enquanto os minifúndios, representando 72% dos imóveis, ocupam 12% da área cadastrada.

A necessidade de transformação da estrutura agrária brasileira, através da justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos, foi sentida na mensagem nº 33, de 1964, encaminhada pelo marechal Castelo Branco ao Congresso para aprovação do Estatuto da Terra. Nela, o ex-presidente reafirma os compromissos assumidos pelo Brasil na Carta de Punta del Este: "Impulsional, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral, encaminhada à efetiva transformação onde for necessária a modificação das estruturas dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por um sistema justo de propriedade, de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequada assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua para o homem que a trabalha em base de sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade".

A Lei 504, de 30-11-64 (Estatuto da Terra) não foge ao espírito da Carta de Punta del Este. É considerada revolucionária no campo das legislações agrárias latino-americanas. A ela seguiram-se decretos, portarias e instruções e foram criados o IBRA e INDA, órgãos, respectivamente, de reforma agrária e desenvolvimento agrícola.

Desde sua instituição, em junho de 1971 a Contag preocupou-se com os objetivos do

Proterra. Muito menos com aqueles estabelecidos no decreto - promover o fácil acesso do homem à terra, melhoria de condições de emprego e fomento à agroindústria - e muito mais com aqueles a quem o programa deixava de estabelecer: não havia referências ao Estatuto da Terra, à Reforma Agrária, ao Incra e não se cogitou na participação do Movimento Sindical.

Dois meses após sua promulgação, sofre o Proterra sua primeira regulamentação - e o Ministério da Agricultura passa a ter competência para promover a aquisição de terras ou sua desapropriação por interesse social, inclusive mediante prévia e justa indenização em dinheiro. A nosso ver, isso foi um retrocesso de ordem legal e funcional. O primeiro, por sua flagrante contradição com o que preceituaram o AI-9 e o decreto 554/69, isto é, o pagamento em títulos da dívida pública; e o segundo, e exatamente porque a História não registrou país algum que tivesse conseguido realizar uma reforma agrária a partir de indenização em dinheiro, para um aumento do valor da Terra. Mas o que nos chamou a atenção foi a distribuição de recursos, para 1972, estabelecida no decreto 70.677, de junho de 72, que atribuiu os recursos. Enquanto Cr\$ 210.000.000 eram destinados ao Fundo de Redistribuição de Terras, Cr\$ 300.000.000 visavam ao atendimento de financiamento de projetos destinados à expansão agroindustrial, modernização de propriedades, rurais, utilização de insumos modernos e garantia de preços mínimos.

Surgiram as interrogações. A quem realmente pretendia o Proterra beneficiar? A lei fala em "pequenos e médios produtores" sem explicar se a ideia era fortalecer pequenos e médios empregadores rurais ou facilitar o acesso à terra dos trabalhadores sem terra conce-

dendo-lhes o legítimo direito de propriedade.

Ao assumir o Ministério da Agricultura, o ministro Alysson Paulinelli assinou a portaria 343/74, que buscava corrigir algumas falhas da legislação anterior. Entre outras coisas, o Incra e não mais os latifundiários, passaria a elaborar e implantar projetos de parcelamento e excluiria do programa as áreas comprovadamente consideradas inúteis para a exploração agrícola.

Informações provenientes de nossas filiais acusaram os primeiros resultados da execução do Proterra, levado a efeito em Pernambuco nos Municípios de Barreiros, Agua Preta, Canhotinho e Cabo. Contrariamente ao que se deveria esperar, a implantação dos projetos em vez de criar empregos criou desempregos. No Estado da Paraíba, até o encerramento do recebimento das "Cartas" de Adeção, somente três proprietários aderiram ao programa e 113 agricultores se inscreveram como candidatos a beneficiários. Sendo que até a presente data não foi efetuada nenhuma aquisição pelo Incra. Embora não se disponha de dados concretos, têm-se verificado inúmeros despejos de famílias trabalhadoras rurais decorrentes da implantação da pecuária, através de financiamento bancário aos grandes proprietários. No Ceará de uma área total de cerca de 500.000 hectares sujeita à mobilização pelo programa, foram adquiridos pelo Incra 124.170 hectares.

De toda a análise apresentada podemos fazer duas constatações fundamentais: 1) O Proterra vem contradizendo o espírito reformista do Estatuto da Terra e legislação complementar, entre elas o AI-9; 2) O Proterra, como tentativa regional de solução do problema agrário, em seus quatro anos de existência não conseguiu modificar os sistemas de posse e uso de terra vigentes na área de sua abrangência.

Mais agricultores fora que dentro

A aplicação do Proterra em Pernambuco tem mais problemas do que deveria resolver. O presidente da Contag disse em depoimento na CPI, que nos municípios de Barreiros e Agua Preta, por exemplo, o Incra adquiriu 3.170,4 hectares de Usina Central Barreiros e distribuiu-os entre 124 pessoas, das quais "apenas três eram comprovadamente trabalhadores rurais". Ao vender a terra, a usina rescindiu os contratos de trabalho que mantinha com 211 trabalhadores assalariados permanentes. Uma parte deles abandonou o município "e viajou para o Sul, sem qualquer reparação trabalhista. Mas grande parte permaneceu na área", sendo socorridos pelo Fundo de Desemprego do Ministério do Trabalho. Depois de algumas gestões dos órgãos sindicais para resolver o problema, o presidente da Contag diz que o resultado foi este: 209 trabalhadores tiveram seus contratos rescindidos com a Usina; destes, 17 voltaram a trabalhar para a Usina, 24 foram embora, 26 permaneceram na terra, sem trabalho e 142 permanecem em regime de subemprego e só a metade recebe corretamente os salários pagos pelos novos parceiros. No município de Canhotinho, dos 40 beneficiários do Proterra, só 16 eram trabalhadores rurais. Como em Barreiros,

74 famílias tiveram que sair de terra. Algumas delas estavam lá, trabalhando para a Usina Craúá, há 20 ou 40 anos, e receberam indenizações entre 200 e 3 mil cruzeiros. No Cabo, a usina Maria das Mercês, ao vender terras ao Incra, imediatamente ordenou que 56 trabalhadores se desocupassem. Eles se recusaram, a usina negou-lhes trabalho e só depois que os trabalhadores foram à justiça, a usina redimiu-os. Até agora, nenhuma pessoa recebeu terras nesse município. Mas em São Caetano, 23 agricultores receberam os 615 hectares vendidos ao Incra pela Fazenda Vmgu. Mas o Incra não pagou o usineiro e ele mandou os trabalhadores suspendendo o trabalho, destacando capangas armados para obrigá-los a deixar a terra.

No município de Paulista, nas terras adquiridas a Companhia de Tecidos Paulista, o Incra deveria assentar 1.080 agricultores, mas só instalou 184, que viviam num campo de instrução do Exército. Outras 896 famílias que viviam nesse campo ainda aguardam o Proterra. "Indagada-se ainda, da sorte de outras 1.600 famílias, aproximadamente, que igualmente tiveram posse no citado campo de instrução e atendimento em ordem de desocupação", diz o presidente da Contag.

Cada vez mais gente sem terra, sem emprego permanente.		
	1967	1972
Assalariados permanentes	1,4	1,2
Assalariados temporários	3,9	6,8
Parceiros/arrendatários	2,1	0,5
Posseiros	0,7	0,5
Minifundiários	2,7	2,4
Totais	10,8	11,4

Fonte: Incra. Cadastro de 1967 e recadastramento de 1972 (em milhões de famílias)

Os crimes da Baixada Fluminense

Aguinaldo Silva

“A polícia costuma dizer que os homicídios ocorridos na Baixada Fluminense são praticados por delinquentes, mas não se tem certeza, pois as pistas nunca são examinadas até o fim. Um padre de São João de Meriti me disse que alguém viu um carro da polícia jogar dois corpos na estrada. Mas ninguém fala nada, pois a polícia causa medo à população”. Essa declaração, de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, foi feita 24 horas depois que a matança naquela região do Estado do Rio atingiu seu ponto máximo, nos últimos cinco meses: minutos após a entrevista com o bispo, o mesmo repórter era indicado para cobrir, na Estrada do Quebra-Coco, em Belford Roxo, o resgate do 15º cadáver encontrado nos últimos dez dias. Como os anteriores, ele tinha as mãos amarradas às costas, uma marca de bala na nuca, e muitas outras pelo corpo. E sua cabeça fora parcialmente queimada, de modo a dificultar a identificação.

O crime na Estrada do Quebra-Coco ocorreu no sábado, dia 11. Na sexta-feira, em Nova Iguaçu (900 mil habitantes, décima cidade do País, 85% das ruas sem esgotos), uma mulher e seu filho de 17 anos foram mortos com mais de 30 tiros, por seis desconhecidos; no distrito de Morro Agudo, na Rua do Saber, um homem foi encontrado morto com dois tiros, na Estrada do Areal, em Vila de Cava, havia três corpos — três rapazes nus, baleados e semicarbonizados (no dia anterior dois corpos tinham sido achados naquele local, nas

mesmas condições); e em Queimados fora achada a sétima vítima, igualmente nua, baleada e semicarbonizada.

Naquele mesmo dia, na Delegacia de Nova Iguaçu, telefonemas anônimos acusavam os policiais de descaço, pois não tinham se dado ao trabalho de tomar conhecimento de uma denúncia que indicava o local onde estaria um cadáver de mulher (nu, baleado, semicarbonizado).

As estatísticas, em virtude das últimas matanças, estão completamente desatualizadas. Mas sabe-se que de janeiro a junho, dos 235 homicídios ocorridos na Baixada Fluminense, 68 eram de autoria desconhecida e a maioria dessas vítimas não foi identificada. A idade desses mortos variava de 16 a 22 anos. Para a polícia, existe uma única explicação: trata-se de “guerra de marginais”. O delegado de Nova Iguaçu, Inácio Bagueira Leal, é mais explícito: “Esta cidade não é necessariamente violenta. O que acontece é que estão jogando os corpos aqui. De onde vêm, não sei”.

As características dos crimes, no entanto, permitem uma divagação: eles são idênticos aqueles praticados na região, com mais ou menos intensidade, nos últimos oito anos, pelo chamado Esquadrão da Morte: os mortos geralmente têm as mãos amarradas com cordas de nylon, e aparecem crivados de balas. As vezes são também carbonizados, para dificultar a identificação. A única diferença em relação aos antigos crimes do Esquadrão é que estes *Presuntos* (mortos, no jargão policial) não são mais apresen-



tados pelos matadores com inscrições pregadas aos cadáveres (por exemplo: “Este aqui não rouba mais carros”), talvez porque estes mortos não tenham um passado digno de nota: os poucos identificados eram garotos sobre os quais não pesava qualquer acusação. Esses crimes vêm num crescendo, a partir de abril. Naquele mês o policial Sérgio Rodrigues da Costa foi nomeado diretor do Departamento de Polícia do Interior, ao qual está afetada a Baixada Fluminense; esse Departamento, até agora, não se mostrou particularmente empenhado em que esses crimes fossem esclarecidos.

Se esses 68 mortos fossem todos delinquentes, seria de se supor que, a essa altura, o cri-

me estivesse em baixa na região. Isso, no entanto, não acontece, ainda a julgar pelas estatísticas. Em 16 meses, de junho de 1973 a outubro de 1974, a 3ª Vara Criminal de Nova Iguaçu recebeu 3500 processos de assalto a mão armada. “Este ano — informa o juiz Newton Paulo Azeredo da Silveira — já estamos com 2200 processos, o que mostra que a criminalidade está aumentando”. A maior preocupação da justiça, na Baixada, é com os assaltos, diz o juiz. E esse incremento das estatísticas demonstra, segundo ele, que na origem de tudo está um grave problema de ordem social: “Em geral, os criminosos são pessoas que vêm de fora, sem raízes na cidade e que, não encontrando

emprego, passam a enfrentar dificuldades econômicas. Esse também é o problema dos menores abandonados, futuros delinquentes de amanhã, o que gera um círculo vicioso”.

Já o bispo Adriano Hipólito tem uma visão diferente do problema: “Se dificuldade econômica fosse causa de criminalidade, toda a população de Nova Iguaçu seria criminosa e no entanto, seu povo não se caracteriza por nenhuma maldade especial. A problemática da Baixada é mais complexa, devido a seu crescimento caótico e a acentuada migração nordestina. A cidade não absorve essa gente do ponto de vista comunitário e os poderes públicos precisam ter esse poder aglutinador”.

De qualquer modo, a notícia de que num só dia foram achados sete corpos em Nova Iguaçu, todos com características de morte violenta e aparentemente executados pelo mesmo grupo, foi recebida com certa indiferença pela polícia do Estado do Rio; naquele mesmo dia, num local ermo da Barra da Tijuca, fora achado o corpo do menino Celso Eduardo Melchior, sequestrado três meses antes em Copacabana, e este crime, sim, mobilizou toda a polícia, e provocou reuniões sucessivas da alta cúpula da Secretaria de Segurança Pública.

E embora outros corpos tenham sido encontrados durante toda a semana, a Baixada Fluminense só voltou realmente ao noticiário policial na quinta-feira, por causa de um incidente cômico: a Subdelegacia de Morro Agudo (distrito de Nova Iguaçu cujo nome verdadeiro — e detestado pelos

seus moradores — é Comendador Soares) fora despejada no dia anterior, por falta de pagamento dos alugueis, atrasados desde 1968. O Subdelegado José Batista da Costa, depois de entregar as chaves ao representante do proprietário e mobilizar sua equipe — alguns homens que colaboram gratuitamente com a subdelegacia, já que esta não possui, além dele, um só funcionário, nem mesmo um escrivo —, jurou que ele, como comandante que era, “não abandonaria o barco”. E saiu a pé (a subdelegacia não tem carro) à procura de um lugar onde instalar a repartição policial.

Após andar muito (Morro Agudo, 130 mil habitantes, tem 70 km²), José Batista, já no anoitecer, anunciou aos “colaboradores” que encontrara o lugar ideal para instalar provisoriamente a Subdelegacia: um quarto em obras, num depósito de bebidas. “O proprietário ficou contentíssimo com a ideia — ele explicou —, pois é assalariado pelo menos uma vez por semana; e com a polícia lá dentro, certamente que isso não vai mais acontecer”.

José Batista da Costa prometeu ainda que não entregaria Morro Agudo aos delinquentes, e com isso mostrou-se mais firme que seu antecessor, Veldemiro Gomes. Este, no ano passado, um belo dia despediu-se dos “colaboradores”, fechou a Subdelegacia e foi embora para casa, em Niterói. Procura dois dias depois pelos colegas policiais, explicou porque não pretendia voltar a trabalhar em Morro Agudo: “Eu desisti daquele lugar, já não aguentava mais”.

O mistério dos sequestros

Devem os jornais sondar informações aos seus leitores sobre as ocorrências na área policial? A polícia carioca acha que sim; entre outras coisas, dizem os seus porta-vozes, “para não intranquilizar a população”. E os policiais não parecem ter mudado de ideia, apesar do despecho de dois casos de sequestro que vinham sendo sigilosamente investigados desde maio: no primeiro, Celso Eduardo Melchior, 14 anos, sequestrado no dia 13 daquele mês, foi finalmente encontrado, por indicação dos próprios sequestradores: sua ossada estava num local ermo da Barra da Tijuca. No segundo, Marcus Vinícius de Matos, 15 anos, sumido desde meados de julho, ainda não apareceu, embora seus parentes tenham pago o resgate exigido — Cr\$ 80 mil — no dia 2 de agosto, e tenham ouvido dos sequestradores, pelo telefone, naquele mesmo dia, a promessa de que o garoto estaria em casa “dali a meia hora”. Foram os próprios sequestradores que disseram à família de Marcus onde estava a ossada de Celso (conclusão brilhante da polícia: “trata-se, portanto, da mesma quadrilha”); com isso queriam — e conseguiram — apressar o pagamento do resgate.

Ao encontrar os restos de Celso Eduardo na Barra da Tijuca — além dos ossos, lá estavam espalhados seus documentos, e o material escolar que levava quando foi sequestrado —, e após ouvir da família de Marcus Vinícius a informação de que ele provavelmente também foi morto, a polícia final-

mente permitiu aos jornais que tratassem o assunto com o destaque que ele merecia. E aí, o que ela temia realmente aconteceu: mal tomou conhecimento da existência dos dois casos de sequestro, e do despecho aparentemente igual dos mesmos, a população do Rio — ou, mais precisamente, as classes média-remediada e média-alta, às quais pertencem as famílias de Celso e Marcus, entraram em um pânico justificado por esses motivos: 1) uma quadrilha de sequestradores, aparentemente bem organizada e de inteligência acima da média, vinha agindo impunemente há três meses; 2) essa mesma quadrilha teria ligações com uma outra (sobre a qual os jornais, igualmente a pedido, nada publicaram na época), que vinha extorquindo dinheiro de síndicos de prédios da Zona Sul, sob a ameaça de incêndios e explosões, há pelo menos um ano; 3) a polícia, como já acontecera há dois anos, no rumoroso sequestro do menino Carlinhos, nada fizera; tanto que, apesar da indicação dos sequestradores, ela só se deu ao trabalho de procurar a ossada de Celso Eduardo, seis dias após receber a informação.

Apressadamente, os jornais tentaram remediar o silêncio de três meses, num “alerta aos pais” cujo objetivo era fornecer características aproximadas do modo de agir da quadrilha (se isso tivesse sido feito à época do sequestro de Celso, dificilmente teria ocorrido o mesmo com Marcus: os dois foram sequestrados no mesmo quarteirão de Copacabana, entre os postos 5 e 6, e o modo como os seques-



“Não avisem a polícia nem chamem a imprensa”

tradores atraíram as vítimas foi aparentemente idêntico: conversas sobre pranchas de surf, possivelmente promessas de uma *presença de fumo* — um pouco de maconha. “De repente, a intranquilidade invadiu nossas casas” — dizia, na terça-feira de tarde, uma atormentada mãe de família, enquanto esperava que seu filho — um rapaz louro e bem nutrido — saísse do Colégio Zacarias, o mesmo onde Celso

estudava, e a caminho do qual foi sequestrado. “Como é que puderam esconder essa coisa terrível da gente durante tanto tempo? Podia ter sido meu filho”. A intranquilidade de senhora era mais que um exemplo: no Colégio São José, onde Marcus estudava, um pai igualmente intranquilo *preendeu* naquele mesmo dia uma reportagem e um fotógrafo que faziam uma reportagem no local, e só os *soltou* mediante uma pro-

messagem: o filme que eles tinham usado seria velado: “meu filho aparece nestas fotos, e se ele sair no jornal, pode chamar a atenção dos sequestradores”, justificou-se o pai, ao explicar à indignada repórter porque ameaçara entregá-la “às autoridades da segurança”.

E a polícia, como está em suas investigações? Há uma cópia portatada em poder do secretário de Segurança, Osvaldo Inácio Domingues, que proíbe os policiais de fazer declarações à imprensa, sob pena de suspensão. Com isso, o noticiário policial há alguns meses vem sendo montado pelos jornais quase sempre à base da especulação, o que certamente não é bom para os leitores, nem para a notícia. Neste caso, tudo o que se pôde conseguir foi a promessa de que em breve serão divulgadas “pistas valiosas”.

Mas, a propósito, é bom lembrar o que a polícia diz duas semanas após o desaparecimento de Celso Eduardo: não era um sequestro e sim, uma fuga; ele fora atraído por um homossexual, saíra de casa, e depois se ligara a um grupo de *hippies*, com os quais estava percorrendo o litoral, rumo ao Norte. Havia para a polícia, no final de junho, indícios de que o rapaz fora visto em Cabo Frio e Vitória e que aquela altura já estaria em Salvador, onde, com seus companheiros nômades, passaria as férias de julho, antes de voltar para casa. “Isso tudo — diz Leda Melchior, mãe do rapaz — apesar de terem ouvido várias vezes as gravações das conversas que o sequestrador manteve comigo” (as grava-

ções foram feitas por iniciativa da própria família, e não da polícia).

Segundo Leda, os policiais, “ao invés de investigarem o caso, procuraram justificar sua incompetência e fracasso, tentando desmoralizar o próprio menino, dizendo que ele andava com homossexuais e depois passaram a inventar problemas entre os pais. Essas histórias nunca existiram, e foram criadas pelos policiais para explicar a tese da fuga do menino” (é bom lembrar, a propósito, que há dois anos, no caso do sequestro de Carlinhos, toda a ação policial limitou-se à investigação da vida dos pais do garoto. Essa investigação foi num crescendo que culminou com a acusação — feita pelo delegado Moacir Bellot — ao pai do garoto, Carlos Ramires da Costa, de ter sequestrado o próprio filho: (ele chegou a ser preso, por isso, e o delegado Bellot também achou a ossada do menino — até hoje sumido, mas depois os peritos provaram que eram apenas os ossos de uma vaca que morrera afogada num mangue. Bellot é, atualmente, delegado Campos, uma das maiores cidades do Estado do Rio). A quem, nestes casos, interessa o silêncio dos jornais? A polícia certamente: é graças a este silêncio que o seu des-prepare para tratar de casos considerados “fora da rotina” permanece oculto. Mas, ainda mais, ele, interessa aos sequestradores: basta ouvir as primeiras fitas gravadas no sequestro, no trecho onde eles dizem aos pais dos meninos: “não avisem à polícia, nem chamem a imprensa”. (A.S.).

“Die Philosophie lehrt uns,

“A FILOSOFIA NOS ENSINA QUE
TODAS AS QUALIDADES DO ESPÍRITO
SUBSISTEM APENAS PELA LIBERDADE”.

Hegel

Pela 2.^a vez, neste país, você poderá ler
livros fundamentais, em português, traduzidos
primorosamente.

A 1.^a vez que isso aconteceu foi quando do
lançamento de “Os Pensadores”.

Agora, graças ao imenso interesse que
despertou, estamos relançando esta importante
coleção.

São 52 volumes e fascículos com a

mérito, e todo o seu dever consiste em pensar
corretamente.” Pascal

Mesmo que as pessoas nasçam iguais,
quanto mais o tempo passa, mais desiguais
elas ficam.

umas ficam mais cultas, outras menos.

A você, que aprendeu a usar sua
inteligência, que gosta de parar de vez em
quando para pensar, a você são dedicados
“Os Pensadores”.

Porque são eles que estabeleceram e
estabelecem as idéias.

do seu respectivo fascículo.

Mais de 90 pensadores estão de volta,
trazendo a você a base de toda a nossa maneira
de pensar.

Depois de Platão, a cada 15 dias, você terá:
Montaigne, Sócrates, Erasmo, Thomas
More, Maquiavel, Aristóteles, Sto. Agostinho,
Descartes, Montesquieu, Pascal, Rousseau,
Berkeley, Bergson, Hume, Voltaire, Diderot,
Campanella, Santo Anselmo, Bruno,
Abelardo, Galileu, Epicuro, Lucrécio, Cícero.

daß alle Qualitäten des Geistes

biografia e obras

de mais de 90 pensadores.

As traduções foram feitas
por gente que conhece
profundamente o assunto: entre
outros, José Cavalcante de
Souza, Sérgio Milliet, Livio
Xavier, Angelo Ricci, Fernando

Henrique Cardoso, Marilena de Souza Chauí
Berlinck, Alexandre Correia, José Aluysio
Reis de Andrade, José Arthur Gianotti,
Francisco C. Weffort.

Muitas obras aparecem pela primeira vez
em português, algumas traduzidas diretamente
do latim e do grego.

Alguns textos medievais, jamais traduzidos
para uma língua viva, também aparecem,
bem como contemporâneos nunca lidos
em português.

Em cada livro, você terá um prefácio que o
ajudará a entender melhor as obras.

Estes prefácios são de autoria de algumas
das maiores autoridades
no assunto: entre outros,
José Américo Motta
Pessanha, José Arthur

nur durch die Freiheit fortbestehen.”

Hegel

Gianotti, Marilena Chauí Berlinck, Paulo
Eduardo Arantes, Paulo Singer, Rubens
Rodrigues Torres Filho, Alfredo Bosi, João
Paulo Monteiro.

Tudo isso faz de “Os Pensadores” uma
coleção única no gênero e, certamente,
a melhor que já apareceu no Brasil até hoje.

“O homem é visivelmente feito para
pensar.

E toda a sua dignidade, e todo o seu

Pensadores gregos, romanos, medievais,
renascentistas, modernos e contemporâneos.
Nenhum deles, que tenha contribuído com
uma corrente de pensamento original, foi
esquecido em “Os Pensadores”.

Assim, tudo que o homem ocidental
pensou de significativo nestes últimos 3000 anos
está nesta coleção excepcional.

Platão espera por você nas bancas
de jornais.

Platão é o número 1 da coleção “Os

Pensadores”, com sua obra “Diálogos”, que
inclui: “Banquete”, “Fédon”, “Sofista” e
“Político”.

Junto com este volume, você receberá um
fascículo que traz a biografia de Platão:
a época em que ele viveu, o ambiente social
em que escreveu e os fatos mais importantes
que influenciaram em sua obra.

Isso se repetirá com cada um de
“Os Pensadores”: cada volume virá acompanhado

Sêneca, M. Aurélio,
Sto. Tomás, Dante,
Heidegger, Marx, D. Scot, Bacon,
Pré-socráticos, Espinosa,
Fichte, Schelling, Condillac,
Sraffa, Vico, Sartre, Comte,
Durkheim, Locke, Jefferson, Paine,
Federalistas, Ricardo, Ryle, Helvétius,
Degérando, Tocqueville, Newton, Leibniz,
Adam Smith, Ockham, W. James,
Dewey, Veblen, Hobbes, Kant, J. Bentham,
Bachelard, S. Mil, Weber, Schopenhauer,
Kierkegaard, Peirce, Frege, Russell, Moore,
Hegel, Nietzsche, Freud, Pavlov, Skinner,
Piaget, Husserl, M. Ponty, Carnap, Popper,
Malinowski, Schlick, Saussure, Hjelmslev,
Jakobson, Chomsky, Habermas,
Austin, Kalecki, Horkheimer, Strawson,
Quine, Wittgenstein, Robinson,
Keynes, Lévi-Strauss.

Uma coleção
excepcional, a um preço
muito em conta.

Você, que sabe o quanto é difícil adquirir
livros de filosofia, ou porque são caros, ou
porque não existem em português, ou porque
simplesmente não existem no Brasil, vai dar
valor a esta coleção de rara qualidade e a um
preço muito acessível: Cr\$ 30,00 cada volume
e respectivo fascículo.

“Os Pensadores”.
Cada 15 dias, nas bancas.
1 Livro e 1 Fascículo
por apenas Cr\$ 30,00.
Um relançamento Abril Cultural.



ECONOMIA

Há dois anos atrás o banqueiro Rotschild veio ao Brasil caçar borboletas na Amazônia. Na semana passada ele voltou.

Foi perguntar ao ministro

Mario Henrique Simonsen como o Brasil pretende pagar sua dívida externa que deve chegar a 22 bilhões de dólares até dezembro.

O recurso derradeiro do otimismo

O maior banqueiro da Europa desembarcou em Brasília discretamente na terça-feira da semana passada. Rotschild encontrou-se com o ministro Mário Henrique Simonsen, no Ministério da Fazenda e ninguém duvida que falará sobre a dívida externa do Brasil. Há dois anos atrás Rotschild não se preocupava tanto com essa dívida. Quando veio caçar borboletas nas vizinhanças de Manaus, o país ainda apresentava a imagem do "milagre econômico" e Rotschild a imagem de "grande amigo do Brasil", título reservado nos meios oficiais a pouco mais de meia dúzia de grandes banqueiros e investidores que mais confiavam no milagre. Na realidade, mesmo banqueiros experientes como Rotschild deixaram-se envolver pelo otimismo teimoso dos altos funcionários brasileiros (estudos diversos, mesmo anteriores à crise do petróleo, mostravam a inevitabilidade de o Brasil atingir um nível de endividamento perigoso). Na semana passada, enquanto Rotschild vinha conferir a situação de perto, esse otimismo deliberado — que agora já tem função nitidamente tática — permanecia: José Carlos Freire, Secretário Geral do Ministério da Fazenda, falando aos executivos das multinacionais norte-americanas reunidos sob a égide do *Council of the Americas* (ver a página ao lado), fazia estimativas extremamente irreais sobre o comportamento da dívida até o final do ano — 20 bilhões de dólares

na pior das hipóteses e 19,6 na melhor, era reforçado pelo presidente da Petrobrás, que anunciava (mais uma vez) para o fim de 1976 e entrada em cena do petróleo de Campos e, em São Paulo, o presidente da Vale prognosticava investimentos de 10 bilhões de dólares nos próximos cinco anos — sem nenhuma base concreta para a origem desses recursos.

Na realidade, a dívida bruta do Brasil já atingiu 19,3 bilhões de dólares em junho passado, enquanto as reservas caíram para 4 bilhões apenas. A se repetir o déficit de 1,8 bilhões de dólares na balança comercial do primeiro semestre e mais outro tanto no que o país gasta com serviços (frete, juros a esses mesmos banqueiros, royalties, etc), haverá um acréscimo de 3,6 bilhões de dólares até dezembro. Descontados cerca de 500 milhões de dólares de investimentos diretos de fora (mesma taxa do primeiro semestre e bem menos do que previa o governo), a dívida bruta chegará a 22 bilhões de dólares. Qualquer redução nessa estimativa, só pode ocorrer por conta de saques das reservas. O que não resolve o problema. O governo só tem uma arma para negociar com os banqueiros: o próprio tamanho da dívida.

Quando a saúde de um devedor importante cambaleia, quem dorme mal a noite é o agiota.

Em busca de jazidas

O esforço da Petrobrás para destruir um recorde brasileiro: o de ser o país subdesenvolvido que mais gasta com a importação de petróleo.

Ricardo Bueno

O presidente da Petrobrás, general Araken de Oliveira, estimou há cerca de 4 meses que a produção brasileira de petróleo deveria alcançar a média diária de 200 mil barris este ano — aumento superior a 12% em relação a 1974. Mas os resultados dos primeiros cinco meses do ano mostram um desempenho bem diferente: a produção nacional de petróleo bruto não ultrapassou a casa dos 176,4 mil barris/dia — um mingado aumento de 1%, em comparação com janeiro/maio do ano passado, insuficiente sequer para acompanhar os 3,5% de elevação do consumo.

Na sexta-feira passada, o General Araken voltou a fazer previsões otimistas — desta vez sobre a entrada em cena do petróleo de Campos, que ele previu para fins do ano que vem. Deixando o otimismo de lado, as perspectivas até o final do ano são de uma produção de 190 mil barris/dia, enquanto o consumo está em torno dos 850 mil barris/dia. Portanto, o país continuará dependendo em quase 80% do petróleo importado. Para reduzir essa dependência só haveria uma saída: cortar drasticamente o consumo, limitando a circulação de veículos particulares, por exemplo, e racionando a gasolina. Mas o consumo (que no período 1970/74 cresceu à taxa delirante de 12% ao ano) está sendo contido marginalmente apenas, através de uma política de aumentos de preços dos derivados de petróleo. O próximo aumento já está previsto para o mês que vem.

E o futuro?

A atual situação petrolífera brasileira é, sem dúvida, precária.

O Brasil é o país subdesenvolvido que mais gasta com a importação de óleo (pouco mais de 3 bilhões de dólares por ano). Mas quantidades razoáveis de petróleo já foram encontrados na plataforma continental do Nordeste e há fortes esperanças em relação ao litoral fluminense e à foz do Amazonas.

O litoral do Nordeste é a área que, a médio prazo, poderá contribuir para um aumento significativo da produção nacional. Essa região deverá enviar às refinarias cerca de 42 mil barris/dia até junho de 1976. Os campos que deverão contribuir para esse acréscimo serão Caioba (15 mil barris/dia), Guaricema (9 mil barris/dia) e Camorim (9 mil barris/dia). Além disso até o final de 1976 o campo de Ubarana (Rio Grande do Norte) começará a produzir cerca de 10 mil barris/dia.

Para o período 1977/78 é quase certo que diversos campos, como Robalo e Dourado (em Sergipe) e Mero (no Rio Grande do Norte), comecem a produzir e que outros (como Guaricema e Camorim, também no litoral sergipano) e Carmópolis (em terra) aumentem o número de barris que mandarão às refinarias. Além disso, a Petrobrás anunciou no final do mês passado a descoberta do poço I-RNS-7 (no Rio Grande do Norte), com uma vazão de 1200 barris por dia. É possível que com esse poço tenha sido descoberto um novo campo produtor. Mas há também a chance de que ele seja uma extensão de Ubarana, que duplicaria de extensão atingindo 35 ou 40 quilômetros quadrados.

A esperança de que produ-

ção nacional de petróleo seja, daqui a uns 5 anos, quatro vezes maior que a atual e atenda a, pelo menos, 40% do consumo interno, está baseada na perspectiva de que o litoral fluminense venha a se tornar a maior bacia petrolífera do país.

Campos

Até agora foram encontrados cinco campos produtores: Garoupa, Pargo e outros três ainda sem nome — de 6 poços perfurados no litoral fluminense. Cautelosamente, porém, eles observam que a empresa ainda terá que trabalhar muito para delimitar o que já foi descoberto e fazer furos pioneiros em pelo menos dez outras estruturas.

Apesar da descoberta de vários campos petrolíferos no litoral brasileiro, as atividades de perfuração da Petrobrás ainda não alcançaram um padrão de eficiência que possa ser considerado sequer razoável. A empresa estatal, embora tenha acesso à tecnologia mais moderna, está perfurando com lentidão.

Técnicos da empresa consideram que um poço de 2000 metros de profundidade no mar deveria ser perfurado em 25 dias. No litoral sergipano, por exemplo, esse prazo frequentemente tem sido ultrapassado. O poço Camorim-13 levou 54 dias para atingir 2.032 metros de profundidade. Alguns poços foram mesmo perdidos, como o I-RJS-9, no campo de Garoupa, abandonado quando estava a 100 metros da coluna de petróleo e o I-SES-30, na foz do rio Vaza Barris (em Sergipe), que já havia revelado indícios de petróleo.

Essas falhas na perfuração da plataforma continental ocor-

rem, em grande parte, porque a Petrobrás tem pouca gente preparada para trabalhar no mar. Para contornar esse problema, a empresa estatal tem alugado os equipamentos no mercado internacional acompanhados por equipes de trabalho estrangeiros. Dos 18 equipamentos que estão operando na plataforma continental brasileira, apenas quatro são seus. Além disso, para as empresas estrangeiras quanto mais o trabalho durar, melhor é. A razão é simples: a Petrobrás paga os equipamentos por dia (20 a 30 mil dólares). Logo, mais dias de trabalho, significam mais dinheiro em caixa. Se é assim, qual o interesse das firmas estrangeiras em perfurar com rapidez?

Essa situação é consequência de um erro de cálculo do departamento de Exploração e Produção da Petrobrás. Eles imaginaram que, como o barril de petróleo estava baratíssimo quando a empresa começou a voltar seus olhos para a perfuração no mar (1968/69), não haveria necessidade de acelerar os trabalhos na plataforma continental. Com a quadruplicação dos preços do óleo no início de 1974 e o consequente impacto sobre a balança de pagamentos, tornou-se urgente lutar mais no mar para reduzir a dependência do petróleo importado. Os equipamentos e a tecnologia a Petrobrás conseguiu. O problema é que o rápido aumento do número de equipamentos no mar — que este ano deverá chegar a 20, cerca de 7% do total mundial — não foi acompanhado de uma formação igualmente rápida de pessoal brasileiro. E isso retarda os trabalhos, numa época em que cada metro perfurado pode significar novas descobertas.

A proposta patronal de novos salários

Curiosamente, a luta por aumentos salariais começou numa entidade patronal: a Federação do Comércio de São Paulo, preocupada com o pequeno poder de compra do mercado.

Flavio Coutinho

Que motivos teriam levado a Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo a se preocupar com os níveis salariais dos trabalhadores? É certo que os comerciantes ficam com os estoques da indústria de bens de consumo e em geral dispõem de pouco capital de giro. Recebem diminutos auxílios financeiros oficiais sendo, portanto, extremamente sensíveis à retração das vendas.

Mas seria o marasmo dos negócios, provocado por uma possível pauperização da população, o responsável único pelo ciclo de debates, iniciado há pouco menos de um mês, com a palestra de um dos diretores da entidade, Mirco da Cunha Rego Miranda?

Aparentemente sim. O objetivo explícito dos encontros — o terceiro deu-se na semana passada — é discutir cinco proposições básicas levantadas na primeira palestra de Rego Miranda: "A política salarial põe em jogo a segurança nacional". "O salário deve ser adequado ao desenvolvimento do país". "O aumento salarial depende da aceleração da formação de profissionais qualificados". "A implantação de uma política salarial realista exige que se concedam às empresas maiores facilidades fiscais" e "Os aumentos salariais exigem, portanto, a reformulação da política fiscal brasileira". Para debater esses temas foram convidados, além de economistas tradicionalmente vinculados às diretrizes oficiais, como Dorival Teixeira Vieira e Alfonso Celso Pastore, o professor Walter Barelli, diretor do Departamento Interdisciplinar de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE), um órgão técnico dos sindicatos trabalhistas até há algum tempo visto de forma pouco simpática pelo patronato mais conservador.

Negociações diretas

Durante os debates iniciais não houve discordâncias sobre o fato de que Cr\$ 532,80, o maior salário mínimo regional vigente no país, é uma remuneração extremamente baixa. Mas o mesmo não ocorreu em relação às propostas concretas de se levar a efeito uma política de fortalecimento do mercado interno.

As intervenções de Teixeira Vieira e de Pastore não ultrapassaram o tecnicismo. O máximo que os dois economistas se permitiram foi oscilar entre considerações como "a elevação dos níveis salariais acima dos índices da produtividade tende a provocar inflação e, portanto, ao longo do tempo, não significa aumento do salário real".

Evidentemente mais acostumado a encarar as questões salariais sob outro ponto de vista, Barelli defendeu a necessidade de liberalização dos sindicatos como forma ideal de se promover uma distribuição de renda mais equitativa. "Os salários devem ser objeto da negociação coletiva entre sindicatos de trabalhadores e representantes das empresas".

Ampliando seu raciocínio, o diretor do DIEESE afirmou que a política salarial eliminou o empresário como interlocutor autorizado nas negociações coletivas. "O fantasma do CIP (Conselho Interministerial de Preços) — disse — sempre foi invocado para justificar a impossibilidade de se discutir um reajuste superior ao determinado pela política salarial. A redução do mercado interno e sua consequência, a redução da renda, é um subproduto dessa política".

Para os comerciantes, será certamente difícil adotar tais proposições. Eles podem entre tanto, por alterações menos ambiciosas. Como a da fórmula matemática que fixa os níveis de reajustamento salarial para as diversas categorias de trabalhadores.

O fator "M"

E através de uma complicada equação que o Conselho de Política Salarial determina as porcentagens de aumento dos salários.

Nos últimos doze meses, a inflação tem sido menor (24% de junho de 1974 a junho deste ano). Acontece que a 1ª de janeiro, a fórmula de cálculo dos reajustes salariais sofreu uma alteração que afetou o fator "M", e, em consequência, os rendimentos mensais das categorias que negociaram e negociarão aumentos anuais.

Né essa data, os cálculos levaram em conta a inflação média dos últimos 24 meses. A partir de janeiro, passou a ser calculada como a média dos últimos 12 meses.

Uma categoria, por exemplo, cujo acordo foi negociado este mês, deveria ter um aumento maior se prevalecesse a fórmula anterior (média de 24 meses). Os motivos são fáceis de compreender: a inflação de agosto de 1973 a agosto de 1975 pode ser estimada em 64,6%, uma média mensal de 2,1%. Já a inflação de agosto de 1974 a agosto de 1975 pode ser calculada, com razoável grau de exatidão, em 24,9%, ou seja uma média mensal de 1,85% (1).

Mais ou menos o mesmo deverá ocorrer com os reajustes das outras categorias cujos acordos vencerem até o final do ano. Beneficiários do novo cálculo foram apenas aqueles cujos dissídios ocorreram no primeiro semestre, que são em menor número, embora incluam duas importantes categorias — trabalhadores da construção civil e metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

(1) Sendo o cálculo da inflação cumulativa, não se chega à média dividindo o total por 24 ou por 12, conforme o caso. O cálculo da média mensal foi estimado com base em índices da Fundação Getúlio Vargas.

Desencontro em Brasília

Setenta dirigentes de grandes empresas norte-americanas reuniram-se em Brasília dispostos a fazer muitas perguntas. Quatro dias depois, eles se foram, sem que tivessem feito as perguntas mas talvez levando a resposta que queriam



De certa forma pode-se dizer que o Council of the Americas é uma dessas organizações que trabalham em silêncio. O Council é uma espécie de "associação de classe" das empresas multinacionais baseadas nos Estados Unidos, e com interesses na América Latina. Como esses interesses são enormes — 1.85 bilhões de dólares no Brasil — o Council não faz alarde de suas atividades. Mas o Council não é — longe disso — uma organização secreta. Publica livros e boletins e reúne-se periodicamente.

A reunião marcada para a semana passada em Brasília com 70 representantes das maiores empresas norte-americanas com fábricas, bancos e negócios de todo gênero no Brasil, foi avisada com boa antecedência — em fevereiro para ser mais preciso. Até mesmo o temário da reunião foi divulgado. Um temário, isso sim, um tanto surpreendente. Além das questões de rotina, do universo das multinacionais, como por exemplo, quais as previsões de crescimento da economia em cada setor espe-

cífico, e quais as oportunidades que essas empresas teriam nesses setores, havia uma série de temas que no mínimo precisariam ser chamados de usados. Os executivos das multinacionais queriam saber, por exemplo: "como funciona a conjugação entre civis e militares na liderança do Brasil", "qual será o efeito de uma frenagem na economia do país, sobre sua atual estrutura política?", "existem posições extremas no campo civil ou no militar?". Os dirigentes das multinacionais pareciam mesmo um

pouco mais preocupados do que o normal com o estado das coisas no Brasil. Ao final, a agenda da reunião dizia: "Será possível que nos ajudem nessas questões, que tanto nos preocupam?".

Quando eles chegaram no domingo da semana passada em Brasília para o primeiro dia do encontro de quatro dias, continuavam a ser essas as questões "quentes" da agenda: "Os executivos de alto nível precisam se informar sobre as tendências, possíveis soluções e estratégia atual da economia e da política do país; quem vai investir precisa saber onde está sendo seu dinheiro" disse a Movimento Jack Weyant, coordenador da reunião e diretor do Banco Lar Brasileiro, propriedade do grupo Rockefeller.

Conversas de terceiro escalão

O que acabou acontecendo com os executivos das multinacionais em Brasília foi ainda mais surpreendente do que o temário proposto para a reunião. De repente, os temas político-institucionais foram suprimidos da pauta, e nenhum ministro de Estado dignou-se a falar aos executivos, ao contrário de reunião muito parecida também em Brasília seis semanas antes do Business International, uma associação multinacional de multinacionais (o Council reúne só empresas norte-americanas).

Do encontro da Business International haviam participado sete ministros, o secretário do Planejamento Reis Velloso, o presidente do Banco do Brasil e quase dez altos funcionários do governo federal. Ao final, os executivos ainda foram recebidos pelo Presidente Geisel, no Palácio do Planalto. Desta vez, até mesmo algumas conferências programadas com técnicos do segundo escalão, foram substituídas por outras, de técnicos do chamado "terceiro time". Paulo Tarso Flexa de Lima, do Itamaraty, e Paulo Vieira Bellotti, secretário geral do Ministério da Indústria e Comércio, deram "forfait" — preferiram mandar substitutos. E um técnico da CADEX, Geraldo Stejzo Honorio de Almeida, disse a Movimento, que as palestras dadas não continham nada que não estivesse nos jornais.

O outro debate

O Council of the Americas chegou a Brasília na fase crítica de um outro debate — campanha seria a palavra mais apropriada — sobre a chamada "estatização" da economia brasileira. Campanha atribuída por muitos observadores à iniciativa das próprias multinacionais; "A empresa que compete com o Estado no Brasil é a empresa

multinacional", disse a Movimento um alto funcionário do governo. Mas havia a declaração de Reis Velloso, de que certas empresas estatais passariam a grupos privados.

Finalmente o próprio Secretário Geral do Ministério da Fazenda, reformou os participantes do encontro do Council of the Americas de que permaneciam as mesmas regras do jogo para as multinacionais, mas que os "espaços vazios da economia precisavam ser ocupados". Bens de capital e recursos minerais, são os principais setores considerados "espaços vazios".

Nada disso responde as perguntas políticas formuladas no temário enviado pelo Council seis meses antes. Talvez a essas, perguntas, tenha bastado a resposta dada alguns dias antes da reunião pelo próprio Presidente Geisel, no seu pronunciamento à Nação, em que ele reafirmou a permanência dos Atos excepcionais — entre outras medidas.

MOVIMENTO

Aço silício e testas de ferro

Manobras do cartel para destruir uma empresa nacional.

Não posso negar o que está na denúncia: "o que a denúncia contém expressa mais ou menos a realidade". Essas duas frases que marcaram o longo depoimento do ex-presidente da Aços Especiais Itabira S/A (Acesita), Wilker Moreira Barbosa, perante a CPI das Multinacionais da Câmara, na quarta-feira passada.

Durante três horas Wilker Barbosa, atual vice-presidente da Siderbrás, negou-se a apontar os responsáveis pelas manobras segundo denúncia encaminhada à CPI pela Codima Máquinas e Acessórios S/A, "destinadas a evitar que a Ace-

sita, empresa de capital notoriamente brasileiro (e controlada pelo Banco do Brasil) ingressasse no "clube fechado" dos produtos internacionais de aço-silício, em 1972."

Um dos deputados da CPI insistiu para que Barbosa "desse o nome aos bois": "Quem tumultuou o mercado e atentou contra os interesses da Acesita?", perguntou. Mas o vice-presidente da Siderbrás manteve-se irredutível, e não denunciou os personagens de uma história da qual há versões, aparentemente diferentes, mas possivelmente complementares.

Tudo teria começado quan-

do a empresa gaúcha Abramo Eberle, de Caxias do Sul, resolveu importar aço-silício "de grão orientado" em bobinas, para ser operado em equipamento moderno que acabara de instalar. Ao ser consultada pelo governo, a Acesita, que produz este aço especial, deu parecer contrário à importação, amparada na similaridade nacional. A Acesita já produz esse aço.

Assim mesmo, a Abramo Eberle, apoiada pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), continuou pressionando para importar com redução ou isenção de pagamento de direitos aduaneiros, que eram da ordem

de 45%". E obteve o que desejava, pois o Conselho de Política Aduaneira reduziu a alíquota de importação para 20%, e, em 1973, o aço-silício de grão orientado passou a entrar no país sem pagar qualquer imposto alfandegário.

Foi um golpe rude para Acesita, pois além de concedida a importação com isenção alfandegária, empresas multinacionais antes do depoimento de Barbosa na CPI — passaram a vender o aço-silício a preços de "dumping". "Na época — disse o ex-presidente da Acesita — tivemos de vender a preço marginal", e "tivemos quebras de um mês de faturamento, pois o aço-silício representava 1/4 do nosso faturamento".

Se o próprio ex-presidente da Acesita reconhece a veracidade da denúncia, mas hesita em citar nominalmente o que qualificou de "maus brasileiros" (também conhecidos como "testas-de-ferro"), o

mesmo não acontece com o professor Moniz Bandeira que em seu último livro, "Cartéis e Desnacionalização" (1), conta boa parte dessa história.

No livro de Moniz Bandeira, a história não começa na Abramo Eberle, e sim bem antes, na International Electrical Association (IEA), um cartel formado pelas hoje chamadas "multinacionais", do qual fazem parte empresa como a Siemens, a Brown-Boveri, a General Electric, Westinghouse — para só mencionar alguns dos mais famosos integrantes deste cartel.

Ao contrário de Wilker Barbosa, Moniz Bandeira não hesita em "dar nome aos bois". A CPI poderia começar por investigar, por exemplo, um certo José Manoel Azeiteiro Ugarte que, no dia 18 de março de 1964, solicitou ao 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos o registro do Instituto Brasileiro de Estudos sobre o

Desenvolvimento da Exportação de Material Elétrico Pesado (Ibemep), entidade representante da IEA no Brasil.

Pois a Ibemep não aplicou táticas de cartel apenas contra a Acesita, mas também contra as Construções Eletromecânicas do Ceará (Cemec), contra a Empire, contra a Zilomag S/A, contra a Eletromáquina Anel S/A, contra a Walia e contra um incontável número de outras empresas nacionais. (E.C.N.)

1) Moniz Bandeira — "Cartéis e Desnacionalização (A Experiência Brasileira, 1964-1974)" — Editora Civilização Brasileira, 1975. Ver o número 5 de Movimento, onde foi publicado o Capítulo VIII do livro: Moniz Bandeira trata ainda mais extensamente do problema no Capítulo IX.

NOTAS

O senador e o lucro

O senador do MDB, Paulo Brossard, inaugurou uma interessante discussão sobre a possível diferença entre "lucro lícito" e "lucro ilícito" numa economia capitalista, ao revelar os ganhos de certas indústrias de fertilizantes, no fim da semana passada, no Primeiro Simposio Nacional da Soja, no Rio Grande do Sul. Dizendo que possuía um "estudo completo" sobre essas empresas, o senador deu cinco exemplos: uma empresa (que ele chamou de "A"), ganhou 73 milhões de cruzeiros em lucro líquido em 1974, contra apenas um décimo disso, sete milhões, em 1973. E a empresa tem apenas 36 milhões de capital registrado. Lucro que chega "à raiz do ilícito", disse o senador. Os outros quatro casos são igualmente interessantes, incluindo uma onde o próprio Estado é acionista e que registrou lucro líquido de 68 milhões em 1974, quase 30 vezes o lucro de 2,5 milhões do ano anterior. Essa empresa tem capital registrado de apenas, 2,5 milhões, mas que vai ser aumentado para 105 milhões.

O deputado e o fundo

O deputado da Arena de Goiás, Siqueira Campos, apresentou projeto à Câmara Federal, na segunda-feira passada, proibindo discriminação contra pessoas idosas na contratação de empregados por empresas particulares. "O Fundo de Garantia eliminou a estabilidade e está provocando elevada dispensa de trabalhadores idosos e a discriminação injustificada não lhes vem permitindo obter empre-

gos", disse o deputado. Não ocorreu a Siqueira Campos que se os patrões preferem despedir os mais velhos, evidentemente escolhem os mais jovens na hora de contratar. Solução sensata seria a de proibir a dispensa de empregados idosos. Ou, para seguir estritamente a lógica do próprio deputado, acabar com o Fundo de Garantia, que como ele diz, "eliminou a estabilidade".

Inflação tipo "C"

Desde a semana passada o leitelho "C" passou a ter dois preços no país: subiu de 1,90 para 2 cruzeiros nas cidades do interior, mas permanece tabelado a 1,90 nas capitais. Essa curiosa discriminação contra os moradores do interior foi necessária para evitar que a alta no preço do leite fizesse subir muito o índice do custo de vida, porque o índice só é medido nas capitais, conforme explicou o coordenador-adjunto do Ministério da Agricultura, José Ramalho.

O governo vai pagar um bom preço para viabilizar essa enganosa solução: por cada litro de leite remetido para as capitais, o produtor do interior receberá um

A era do urânio

A República Federal Alemã fez um ótimo negócio ao ganhar acesso a reservas de urânio no Brasil. Segundo estimativas para o preço do minério de urânio nos próximos anos, feitas por comerciantes norte-americanos, haverá uma alta contínua nas cotações por um período de pelo menos dez anos. Daqui há cinco anos o minério de urânio beneficiado — chamado "yellow cake" — deverá estar custando 80 dólares o quilo, e com mais cinco anos, o preço irá a 100 dólares. Em 1970 um quilo de urânio custava apenas 17 dólares. Com a alta dos preços do petróleo foram incrementados os planos de implantação de energia nuclear na maioria dos países industriais-

zados, e o urânio se valorizou enormemente. Hoje o quilo já custa mais de 50 dólares. Numa conjuntura dessas, abriu o monopólio do urânio a grupos estrangeiros, como foi feito em outubro do ano passado pelo governo federal. Talvez não tenha sido uma boa ideia.

Fim dos montepios?

Durante muito tempo os montepios e as empresas de previdência privada vem operando sem fiscalização e sem uma legislação específica: as apólices de seguro de vida são vendidas como qualquer outro artigo de consumo.

No último dia 6, para decepção de boa parte dos empresários do setor, o governo divulgou um anteprojeto regulamentando os "fundos de pensão" que proíbe os montepios de realizar quaisquer operações comerciais. Com este veto, espera-se que aproximadamente 90% dos montepios que existem hoje — classificados no anteprojeto como "abertos" — não terão mais condições de permanecer no mercado. Os fundos nos quais os participantes são vinculados à empresa (ou grupos de empresas) — classificados como "fechados" — serão pouco afetados. Estes são os fundos que possibilitam de fato

a elaboração de planos de previdência.

Receita para a recessão

A revista norte-americana dos homens de negócios, U.S. News & World Report, revela na sua última edição, a nova tática das indústrias italianas para combater a recessão: usar mão de obra mais barata do que a italiana, contratando tarefas em países próximos da África do Norte e Oriente Médio. A Vestehene, por exemplo, uma indústria de confecções, está despachando as peças de roupa para serem costuradas em aldeias da Turquia e do Iaracocs. O custo da mão-de-obra, por hora, é de apenas 1 dólar nesses dois países, contra cinco dólares na própria Itália. A mesma revista, e na mesma página, revela também que já chegou a 15 milhões o número de desempregados nos Estados Unidos, Japão, Canadá e países da Europa Ocidental, incluindo a Itália. A Vestehene certamente não está contribuindo para aliviar o drama dos desempregados na Itália mas em compensação conseguem vender seus ternos no mercado internacional por 30 dólares apenas (cerca de 250 cruzeiros).

José Carlos Pace venceu o Grande Prêmio do Brasil com pneus Goodyear.



José Carlos Pace venceu o Grande Prêmio Brasil com pneus Goodyear. Veja aqui o que você ganhou com isso". O anúncio saiu nos principais jornais e revistas do mundo inteiro no dia seguinte à vitória do "Môco". Mas se não tivesse sido ele o vencedor da prova automobilística, o anúncio sairia do mesmo jeito. A Goodyear é hoje a única fabricante mundial de pneus para competições de fórmula 1. Se o "Môco" tivesse sido derrotado por Fittipaldi, sairia o mesmo anúncio com nome trocado.

Apesar de não revelar que a Goodyear corre sozinha, depois que a Firestone desistiu, o anúncio não pode ser chamado de desonesto. Se quiser, o leitor pode até ficar pensando que a Goodyear venceu todas as outras marcas em determinada corrida, ou em todas. Mas ninguém lhe disse isso. A fábrica só diz que quando o piloto vence — ou seja, quando há uma competição de Fórmula 1 — você ganha porque "toda corrida é uma forma acelerada de testar pneus em condições extremas".

Um dos resultados anunciados desses testes — "tão importantes que a maioria das inovações em pneus de passeio tem saído deles" — é o de ter "provado que os pneus mais largos oferecem maior aderência" (conceito consagrado pelos físicos, muito antes da invenção das corridas de automóvel — a força de atrito é proporcional à superfície de contato).

T. Rohonyi — gerente de propaganda, promoções e vendas da Companhia Goodyear do Brasil — explica que a ideia de explorar a publicidade da Fórmula 1 nasceu de uma pesquisa de mercado que demonstrou ter a empresa uma imagem "quadrada" e um público consumidor mais idoso. Como os consumidores mais jovens são mais nume-

CONSUMO

Terminada a corrida de Fórmula 1, não interessa quem venceu. A Goodyear noticia que venceu o pneu Goodyear.

O PNEU DO CAMPEÃO

rosos, a empresa foi buscá-los dessa forma. "Nada mais honesto", diz Rohonyi, "pois não há nada de falso em nossas propagandas". Afinal, diz ele, "a fabricação de pneus para Fórmula 1 visa só a promoção, pois não compensa o investimento".

Na sua fábrica inglesa, segundo Rohonyi, "já foram desenvolvidos mais de trezentos tipos de pneus; quase um para cada prova". E o fato de ter ficado sozinha nessa área, para Rohonyi, é sinal de que "o pneu Goodyear é o melhor do mundo". Cita inclusive o exemplo de Wilsinho Fittipaldi: "pediu à Goodyear e não à Firestone — que na época ainda produzia e teria lhe atendido com a mesma boa vontade — pneus e assistência técnica para tirar o máximo de rendimento possível".

Em troca, Wilsinho concede entrevistas lembrando as excelências do Goodyear, o melhor pneu do mundo. Na troca de gentilezas, a Goodyear — que no Brasil aplica quase a metade de sua verba publicitária total de dez milhões de cruzeiros anuais na publicidade da Fórmula 1 — ganha um mercado considerável. A julgar pelo consumo de borrachas sintéticas e natural, a Goodyear detém 34,1% do mercado brasileiro de pneus, quase junto com a Pirelli, que fica com 31,6%. (O restante é da Firestone e da Goodrich). E não é um mercado desprezível. Ano passado foram produzidos 15,94 milhões de pneus no Brasil e só no primeiro semestre deste ano a produção já chegou à casa dos oito milhões, dos quais 5,56 milhões eram pneus para automóveis, em grande parte vendidos aos torcedores do Emerson, do Pace, do Wilsinho, do Lauda...

A imprevidência do Ministério da Previdência

Médicos do INPS não são obrigados a receitar remédios da lista de medicamentos gratuitos elaborada pelo próprio INPS. Até onde vai a liberdade do médico de receitar medicamentos que o doente não pode comprar?

O Ministério da Previdência e Assistência Social adotou uma política curiosa na sua experiência piloto de distribuição gratuita de 54 medicamentos na Baixada Fluminense: os remédios são fornecidos de graça aos segurados do INPS com receita na mão, mas médicos do próprio INPS não são obrigados a receitar remédios da lista dos gratuitos. Resultado: os doentes, maciçamente dos setores mais pobres da baixada (ao ponto de enfrentarem filas desde as três da madrugada, porque não podem pagar um serviço médico particular) têm sido forçados com frequência a comprar similares, fabricados com exatamente os mesmos ingredientes, mas de marca diferente e em embalagens caprichadas da grande indústria farmacêutica.

"Os médicos têm liberdade de receitar os remédios que julgarem mais indicados para seus pacientes," é a resposta dada aos jornalistas no Rio, pelos funcionários do INPS. O próprio Ministro da Previdência e Assistência Social, Nascimento Silva, admitiu que não havia obrigatoriedade na indicação de remédios da lista dos gratuitos, pedindo a "colaboração dos médicos" e pedindo também que eles justificassem, sempre que receitassem similares. Quem saiu ganhando dessa inexplicável brecha na experiência piloto que já dura um

mês, de onde deverá se estender a outras regiões do país, foi a indústria farmacêutica — que mantém seu mercado avaliado no ano passado em quase 1 bilhão de dólares (equivalente), intocado. E os médicos, que razão teriam eles para não se ater a lista dos remédios gratuitos? A lista, em primeiro lugar, é reduzida, apenas 54 medicamentos, de um total de 293 da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais, elaborada pela Central de Medicamentos (CEME) no ano passado e que já era uma versão reduzida de outra lista, com 400, que a CEME julgava básica (e suficiente) para o atendimento dos males mais comuns da população.

Já aconteceu nos Estados Unidos

Mas os médicos não alegam o alcance limitado da lista como o motivo básico da prescrição de medicamentos vendidos no mercado convencional. Esse argumento abriria caminho à solução óbvia: ampliar a lista. (Nascimento Silva prometeu ampliar, mas para apenas 100 medicamentos, o que continua a não alterar muito o quadro). O que os médicos defendem é o seu direito de receitar o remédio que julgarem mais apropriado para cada doente, esteja ou não na lista dos gratuitos. Por três desse argumento, está um outro, muito sério. O de que o médico é, em última

instância, responsável maior pela terapia que aplica.

Uma denúncia recente do New York Times (de 20 de julho) revelou, no entanto, que nem sempre motivos "estritos de ética médica levam os médicos a se oporem a uma ordenação no mercado de medicamentos. Segundo a denúncia, um importante projeto de Lei, instituindo um Formulário Nacional de medicamentos para distribuição gratuita nos Estados Unidos, foi torpedeado por ação conjunta e coordenada da indústria farmacêutica e das associações médicas daquele país. (no caso a American Medical Association).

O chamado "lobby", a pressão de grupos com interesses específicos, contra ou a favor de iniciativas do Congresso, é comportamento tolerado, nos Estados Unidos, às vezes considerado parte mesmo do processo democrático, inclusive porque também sindicatos e outras associações populares podem exercer seu "lobby", ainda que com menos sucesso e menos recursos. Mas a Food and Drug Administration órgão controlador de medicamentos, considerou escandalosa a mancomunada da Associação Médica com o que nada mais era do que o exclusivo interesse comercial da poderosa indústria farmacêutica (e recomendou que o Serviço Social só reembolsasse

gastos com remédios segundo a lista básica). A denúncia ilustra até que ponto a classe médica foi envolvida pela indústria farmacêutica.

Nos Estados Unidos, essa ação conjunta levou ao arquivamento do ante-projeto do Senador Russel Long por oito anos — até a sua denúncia no mês passado. No Brasil, a valerem as quatro primeiras semanas de experiência do que deveria ser a distribuição gratuita de medicamentos essenciais, o esquema apresentado pelo ministro Nascimento Silva como "de profundo caráter social", não passará de mais um esqueminha de caridade, beneficiando segmentos muito estreitos da população e sem afetar essencialmente o mercado convencional de medicamentos. De fato, contra os quase 8 bilhões de cruzeiros desse mercado por ano, o esquema da distribuição gratuita é da ordem de apenas 100 milhões, conforme revelou o próprio Nascimento Silva. Mesmo atribuindo a esses remédios — declaradamente a comprados a um custo muito mais baixo pela CEME — o dobro de seu valor em termos de mercado convencional, teríamos um total de 200 milhões de cruzeiros em remédios gratuitos a serem distribuídos este ano, — por volta de 2% do que fatura a indústria farmacêutica. Sem falar que os remédios só comprados dessa mesma indústria. (B.K)

Apartamentos

O comprador enganado — II

Já revelamos neste jornal como certas construtoras forçam o cliente a receber o apartamento comprado "na planta", com acabamento muito inferior ao prometido no contrato.

Mas há um outro golpe: forçar o cliente a pagar parcelas extras, que também não fazem parte do contrato



Ficou decidido que casariam em fevereiro de 1974. Mercedes e seu noivo, como fazem muitos casais com recursos limitados, compraram um apartamento "na planta", em fase inicial de construção, para ser entregue um pouco antes do casamento. Enquanto isso, pagariam a entrada não financiada pelo BNH, a chamada "poupança", que já estaria saldada quando tivessem que começar a pagar as prestações do BNH na Caixa Econômica Federal, com a entrega das chaves.

Até a semana passada, Mercedes Lopes Guelli ainda não havia conseguido mudar para o apartamento do número 1521, da Alameda Campinas em São Paulo. O prédio permanece inacabado e a construtora Alberto Nagib Riscallah, dizem os futuros moradores, não quer terminá-lo, antes de receber uma "parcela adicional" de cada um dos compradores.

"Depois de dezessete meses de atraso e de ouvir muitas promessas", conta Mercedes Lopes, "meu marido foi chamado pelo incorporador, Madio Chiarella, para receber as chaves". Mas antes teria que pagar mais oitenta mil cruzeiros, além do que já havia pago segundo o contrato. "Ele não quis pagar", diz Mercedes, "e foi chamado outra vez para ouvir nova proposta, bastavam cinquenta mil cruzeiros". Ante a segunda recusa, tentaram nos pressionar, dizendo que "iríamos perder os quinze mil cruzeiros que havíamos pago pela garagem, sem recibo específico". Então o caso foi "parar na mão do advogado, pois tomara contatação muito séria".

Madio Chiarella, o incorporador, negou a Movimento que estivesse cobrando "parcelas adicionais": tratava-se apenas

de um reajuste de preços das UPC — a Unidade Padrão de Construção, que de fato é reajustada pelo BNH a cada três meses, obedecendo os mesmos índices de correção monetária das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Acontece que a "poupança", (ou entrada), não é financiada pelo BNH e portanto não é reajustável. Os compradores, portanto, tem ganho de causa garantido na Justiça. Mas uma justiça lenta demais para quem precisa mudar e tem poucos recursos. Restaria o recurso (antes de decidir entre ir à Justiça ou ceder) de apelar para o próprio BNH.

Se a Prefeitura não conceder o *habite-se*, o BNH não libera o financiamento de seu agente financeiro para os donos da obra (no caso o agente é a Caixa Econômica Federal), o que teoricamente induziria o construtor e o incorporador a cumprirem os compromissos do contrato. "O prédio já está em fase final de construção e já recebeu até o *habite-se* da Prefeitura", diz o incorporador. "Como o prédio não está pronto e a Prefeitura já concedeu o *habite-se*, agora temos que pagar o aluguel de onde ainda estamos morando e mais as prestações do apartamento que ainda não foi entregue, prestações que estão ficando cada vez mais caras, porque são reajustadas a cada três meses pelo BNH," diz Luis de Lúcia, outra vítima do mesmo golpe da Alameda Campinas 1521. (Francisco Malfitano).

Giordano Bruno 1548-1600

Causando admiração a uns e espanto a outros, o filósofo, astrônomo, matemático e dramaturgo italiano Giordano Bruno saiu das telas do cinema e entrou para a política nacional. Os admiradores, entusiasmados ou não, citam frases que a história ou a lenda registraram como sendo do infeliz filósofo, que morreu queimado em Roma. Já alguns de seus "inimigos" de hoje — segundo nota publicada no Jornal de Brasília, atribuída a arenista não identificado — comentaram que Giordano seria um "inconsequente", um "desrespeitoso", que deixou-se envolver pelos "radicais" de seu tempo e por isso chegou a fogueira (como se esses "radicais" e não a Inquisição o tivessem condenado).

Giordano Bruno ensinou e foi perseguido em muitas cidades da Europa. Antes de ser queimado pelos católicos, foi excomungado pelos protestantes luteranos na Alemanha. Os tempos eram árduos, campeavam as guerras religiosas e protestantes e católicos organizavam-se sob a proteção de poderosos senhores. Longe dessa proteção era difícil sobreviver. Entre as lutas, organizavam-se as modernas nações europeias; a sociedade deixava de lado as fechadas comunidades feudais e empreendiam-se os primeiros grandes projetos de capital mercantil: as navegações, as descobertas, os novos mundos, o comércio com terras distantes.

As contribuições de Giordano Bruno para a história do pensamento humano foram decisivas. Foi um dos primeiros, senão o primeiro, a ampliar o universo copernicano (que situava o Sol, ao invés da Terra, no centro do universo), prevendo, intuitivamente, que não haveria um "centro" para o

universo e que os mundos como o nosso poderiam se estender pelo infinito. Giordano definia a religião de sua época como um instrumento para se governar gente ignorante e falava que a filosofia era a disciplina de uma elite que sabia como se comportar para governar os outros. E pregava abertamente a necessidade de se fazer a paz e construir uma sociedade onde todas as religiões pudessem conviver entre si, num debate aberto. As obras de Giordano Bruno influenciaram todo o pensamento liberal do Ocidente. Nos fins do século XVI o debate sobre as concepções do universo perferia ao domínio público, das academias às praças, ruas e feiras. O que conseguiram o trabalho repressivo da Inquisição, de um lado e dos setores mais rígidos do protestantismo, de outro, não foi deter a pesquisa dessas concepções, mas restringir seu uso e debate às elites no poder. Poucos anos mais tarde da morte de Giordano, seu contemporâneo Galileu Galilei provava, com a luneta, que efetivamente a Terra não era o centro do universo e que ao redor do Sol giravam outros mundos. Forçado a "abjurar" de suas "ideias", para escapar ao mesmo destino de Giordano, Galileu conseguiu da Inquisição, no entanto, permissão para continuar suas pesquisas e trabalhos. Desde, e claro, que se mantivesse em regime de prisão domiciliar.

Giordano foi queimado talvez menos pelas ideias que tinha do que pela impossibilidade de haver uma "prisão domiciliar" para seu espírito irrequieto e combativo. Como se vê, ele não se deixou "envolver" por "radicais". Era, ele mesmo, um "radical". Isto é, um homem que desenvolveu o admirável e perigoso hábito de tomar as coisas pela raiz. (F.A.)

Pixinguinha, de sempre

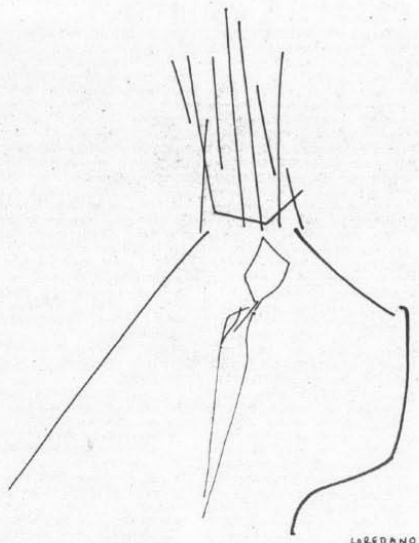
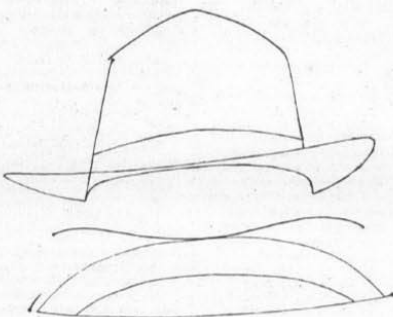
Apesar de Pixinguinha ser uma figura central na música brasileira, boa parte de suas centenas de composições nunca foi ouvida pelo chamado grande público. Os admiráveis choros, valsas e polcas, feitos entre os anos 50 e 60, já pertenciam a um Pixinguinha marginal ao sistema de circulação da música como mercadoria, embora ele fosse uma figura central em termos da cultura musical do país.

Habilidade de vender, certo tino comercial e senso de oportunidade eram os "talentos" extra que o mercado passou a exigir do músico. Assumir a competição, a seu modo selvagem num mercado onde, de quebra, o afluxo de discos estrangeiros se tornava cada vez mais presente foi uma tarefa a que o compositor preferiu não se entregar.

Quando "carregado" por outros músicos, chegou a gravar muitas composições. É o caso, por exemplo, de sua "parceria" com Benedito Lacerda, flautista que sem participar da composição das músicas participava os direitos autorais (penetrar no sistema, fazer contatos, conseguir gravações, já era uma atividade que, na época, se confundia com "criar").

Mas quando ficava por sua conta batalhar nas gravadoras para arranjar favores e gravar seus discos, Pixinguinha preferia satisfazer a sua vontade de fazer música através da prática popular e amadora do sarau de chorões na sua casa de Ramos.

As dez composições inéditas que aparecem em "Pixinguinha, de novo", LP que acaba de ser lançado pela Marcus Pereira, correspondem a esse Pixinguinha dos anos 50, que nos chega com um atraso de 20 anos. As músicas, pesquisadas nas partituras originais do compositor, são executadas em solos de flauta (por Altamiro Carrilho e Carlos Poyares), acompanhados de cavaquinho, violão de 7 cordas e percussão. Apesar do anacronismo aparente que as condições do lançamento podem suscitar, essas peças são continuamente surpreendentes. Os dois flautistas aproveitaram muito bem toda a riqueza imaginativa da música



LACERDA

de Pixinguinha, já adequada ao instrumento, cujas possibilidades estão potencializadas nas variações de timbres, conforme o modo de soprarna articulação dos sons ora destacada, ora ligada, ora escorregadia; nas modulações melódicas; no ritmo dos choros, que se aproveitava de desvios da métrica através de notas deslocadas dos tempos fortes do compasso. Esse é o caso, por exemplo, de "Sarrahulho", composta na hora para comemorar o sabor de um prato português que o compositor tinha experimentado num boteco de Olaria e que é um prodígio pelo modo como integra ritmo e melodia. O samba-choro "Caixa-alta" contém belas e constantes mudanças de tom, a polca "Salto do grilo", com sua proposta imitativa, combina agilmente pequenas frações de som e silêncio. Além de que "A vida é um buraco" (fato e música já conhecidos) constitui-se numa polca em moto quase-perpétua de um extraordinário humor.

É bom lembrar que as gravadoras, que a certa altura desconheciam o compositor Pixinguinha, não deixavam de utilizar suas virtudes de técnico arranjador: ignoravam sua capacidade de produzir música e de levar adiante a tradição popular do choro, mas o requisitavam no que lhes interessava, isto é, na habilidade para "vestir" instrumentalmente os acompanhamentos de melodias consideradas comerciais. Em suma, e se a moteava-se o melhor do músico, seu talento mais significativo e decisivo para a cultura brasileira. O que vale é que ele, como outros em sua situação, continuam a inventar. (J.M.W.)

Pixinguinha, de novo — com Altamiro Carrilho e Carlos Poyares. Contém duas músicas já gravadas anteriormente ("A vida é um buraco" e "Chorinho para Elizeth") e dez inéditas em disco. Produção: Luis Alberto Ferri. Direção artística: Carolina Andrade. Discos Marcus Pereira.

Ordem, família e virgindade

Uma pensão que só hospeda mulheres (bonitas e independentes) pode ser encarada por qualquer representante da moral machista brasileira como fonte de perspectivas excitantes. Mas ao mesmo tempo — já que todo o bom machão é quase um puritano — como um lugar maldito onde cada fato corriqueiro fica parecendo altamente imoral. De acordo com esses dois pontos de vista é que Clery Cunha e Joana Fomni fazem sua pornochanchada (ou "drama erótico"), em defesa da ordem, da família e da virgindade. Neste *Penitenciar de Mulheres* moram quatro "deusas" (ou seja: mulheres solteiras que já tiveram experiências sexuais e querem continuar), uma pecadora ingênua (idem, mas que "não sabia o que estava fazendo" e não quer repetir) e uma verdadeira inocente — a menina que chegou do interior totalmente indefesa, sem nunca ter visto um homem de perto. O filme como toda a chanchada nacional é feito para um público a quem a liberdade sexual ainda parece um monstro distante, mistificado e muito perigoso. É claro que para este público — isto é, para mantê-lo assim — o sexo praticado tão abertamente não pode dar em boa coisa. A dona da pensão (que ainda cai no erro de ser quarentona) recebe todo o desprezo de seu gigolô embora dese-

je "mais afeto do que sexo". É que ela também não merece. A ingênua, seduzida, como não poderia deixar de ser, fica grávida. Faz abortar com uma (como também não poderia deixar de ser) semi-acougueira e morre de hemorragia. Justamente essa tinha quem a amasse: um homem pobre, porém trabalhador, que lhe prometeu um lar e um futuro. A inocente convicta, essa resolve se cuidar e volta correndo para sua cidade. Pois num contexto desses, só há duas alternativas em relação aos homens: casamento ou distância. As pessoas não têm nem poder de determinação no que acontece em seu relacionamento com o sexo oposto. As mulheres são frágeis, indefesas, não sabem onde pisam. Os homens são maus, frios e duros — ou então são fiéis de bobos pelas próprias mulheres. Ninguém se dá bem, ninguém se entende direito e é assim que deve ser visto um homem de paz. O filme como toda a chanchada nacional é feito para um público a quem a liberdade sexual ainda parece um monstro distante, mistificado e muito perigoso. É claro que para este público — isto é, para mantê-lo assim — o sexo praticado tão abertamente não pode dar em boa coisa. A dona da pensão (que ainda cai no erro de ser quarentona) recebe todo o desprezo de seu gigolô embora dese-

Um passo para a unidade

Renovação no Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos Diversos do Rio de Janeiro: um grupo de artistas e trabalhadores conseguiu, no início deste ano, abrir uma discussão ampla sobre as possibilidades de revitalizar o órgão da classe. Uma necessária tentativa de redescobrir o significado da luta sindical. A classe teatral esteve unida há alguns anos atrás. Hoje está dispersa. E graves problemas trabalhistas se acumulam sem solução. A chapa de renovação foi eleita e agora o novo presidente, Otávio Augusto (ator, começou em S. Paulo em televisão e em 1966 ingressou no Ofício; está radicado no Rio há algum tempo, firmando-se como um dos principais atores jovens do país), assumiu seu posto. Em seu discurso de posse insiste na necessidade de mobilizar a classe na batalha pela regulamentação da profissão de ator (há mais de 6 anos um minucioso estudo sobre o problema continua nas mãos de uma comissão interministerial) e coloca graves denúncias: atores e técnicos entregam seu trabalho nas mãos de empresas que a todo momento manifestam "ardentes votos de fé no bem estar da coletividade e profundo empenho na construção da justiça social", mas impõem contratos de trabalho que "subtraem nossos direitos já consagrados". E esclarece o que todos os empregados de espetáculos diversos conhecem em sua vida profissional cotidiana: o trabalhador é iludido, obrigado a abrir mão de seu 13º salário, "uma vez que parte do seu salário

mensal é desmembrado à guisa de parcelamento e adiantamento de um 13º que não existe". Isto apesar da lei nº 4.749. E ainda: "Contratos que exigem coercitivamente a cessão de todos os direitos autorais e conexos, como o direito de interpretar, para exploração comercial do trabalho contratado *ad infinitum*. Não obstante a lei 5.988, o contratado de trabalhador é obrigado a negar seus direitos de remuneração sobre horas extraordinárias, folgas e feriados previstos pela Legislação. E até casos de contratos onde são extraídos do salário do trabalhador os encargos sociais devidos pelo empregador. Contratos que condicionam o cumprimento dos direitos do trabalhador à liberação da produção pela censura. Contratos enfim, que visam extrair do trabalhador seu maior rendimento pelo mais baixo salário e com o mínimo compromisso social".

Otávio Augusto tem um trabalho imenso pela frente. Sobretudo porque, como ele mesmo diz, é possível sempre recorrer aos instrumentos da Justiça. "mas o preço deste atendimento é perda da oportunidade de trabalho". Em seu apelo pela unidade de ação, por recolocar o Sindicato à serviço das reivindicações mais imediatas e urgentes da classe, Otávio encerrou seu discurso com justas palavras de apreensão. E declarou: "Estas são as nossas palavras. Sem os elogios próprios de uma recepção festiva porque não temos nada a festejar".

(Fernando Peixoto).

"Pré-estilizar a realidade antes de atacá-la equivale a esquivar-se do problema. O problema consiste em manipular e filmar a realidade não estilizada de tal maneira que o resultado tenha estilo."

"Embora seja verdadeiro que a arte comercial esteja sempre em perigo de terminar como uma prostituta, é igualmente verdadeiro que a arte não comercial corre sempre o risco de terminar como uma solteirona."

"É essa exigência de comunicabilidade que torna a arte comercial mais vital do que a não comercial, e portanto muito mais efetiva para melhor ou pior."

Estas três frases foram retiradas do ensaio de Erwin Panofsky, "Estilo e Meio do Filme" e acredito que, cada uma, a seu modo, sirva muito bem de apoio a uma estimativa de *Lilium M*.

A história de *Lilium M* é, num primeiro plano narrativo, a história simples de Maria que sai da roça seduzida por um caixeiro-viajante. Abandona o marido, José, os dois filhos, vai para a cidade, se prostitui, ganha o nome de guerra, Lilium. Amante sucessiva de vários tipos, emprega-se ainda como massagista profissional, incursiona na baixa prostituição, mete-se com um grileiro, utiliza os serviços de um detetive particular. O final é um despatamento. *Lilium-Maria* volta para a roça. A cena tem toda a aparência de um final feliz. Abraça os filhos, o marido, faz amor com o marido, mas, cedinho, de madrugada, com a família ainda adormecida, retoma a estrada na direção da cidade.

O filme inteiro é um longo *flash-back*. Lilium Maria recostada na larga cama cafona de seu apartamento (dado por Braga, o primeiro amante) narra sua história para alguém que maneja um gravador. Este alguém pergunta pouco e, ao longo do filme, sua presença praticamente se anula. Sua presença e (ou pode ser) tanto a do cineasta que filma como a do espectador que assiste. Não se envolve na problemática de Lilium-Maria, não oferece alternativas, não comenta. A presença do entrevistador se confunde com a do gravador, sinal que objetiva a sua neutralidade. A confidência ganha o caráter frio do relatório. Quando a fita do gravador acaba, acaba o filme.

Outros planos: uma proposta popular

Num segundo plano do filme é, em sentido amplo, uma paródia ou utilização crítica e burlesca de várias modalidades formativas: a do filme de aventuras, da reportagem policial, do comercial de publicidade para tevê. O filme absorve em tempo recorde (105 minutos) que resultaram da montagem final para a exibição) esta variedade na utilização do espaço visual contemporâneo dentro da ficção cinematográfica.

Em um terceiro plano ressalta do filme a proposta de uma obra popular que não exclua a formação de um pensamento crítico e de uma possibilidade criativa nova. Esta posição exige o enfrentamento direto da condição industrial do cinema e, em consequência, o reexame do significado de comercialização para o filme. A "burrificação" do público é o resultado de um entendimento extremamente pobre do conceito de *comercial*. Claro, o filme comercial é em última análise aquele que rende. Mas um filme pode render ou não por mil e um motivos. Todos eles (fora os problemas estritamente técnicos, mais os estritamente econômicos) remetem ao plano cultural. O estudo sócio-psicológico de públicos, por meio das conclusões simplificadoras que complementam usualmente as badaladas pesquisas de mercado é o responsável pelo estrangulamento do filme popular no popularejo. Não só da ótica do produtor, como do fruider, esta posição leva a um embasamento diante do status quo. *Rendeu? Valeu.* A crítica, atualmente, é, em parte, a culpada. Depois de pairar nas nuvens durante anos, de repente resolveu ligar o econômico ao cultural com demasiado acoadamento. Julga-se realista ao aceitar uma realidade comercial pela metade: encantar o público pagante como simples quantidade e ficar nisto. Não se atreve a realizar uma pequena magia, ainda assim complexa: a conversão da rentabilidade em um público concreto, formado de indivíduos concretos e portanto diversos. Tal público deve sempre existir no horizonte da consciência crítica. Não para negar a média de gostos mas sim para *problematicá-la* e se perguntar sobre a diversidade que a sustenta.

C. O. Reichenbach Filho procura sem dúvida a abertura em direção ao popular, com uma revitalização da noção de filme comercial. Não acredito, porém, que a tenha entendido por inteiro, a se dar crédito a depoimento seu transcrito em jornal, referente ao público do *Marabá*, o cinema lançador. (1) Por outro lado, o filme em si mesmo é poderoso, seduz, merece ser visto como simples divertimento e também na sua dimensão mais rica por todos aqueles interessados em cinema nacional ou cinema simplesmente. Ainda assim é um filme desigual.

Reichenbach se confessa influenciado pelo cineasta francês Jean Luc Godard. A influência é marcante. A outra, de Shohhei Imamura, não sou capaz de determinar, pois desconheço o autor japonês. O que importa porém é o reconhecimento rápido que o cinéfilo tem condições de

A solteirona, a prostituta e o cinema popular

ENSAIOS

A "burrificação" do público é o resultado de um entendimento extremamente pobre do conceito de "comercial"

Zulmira Ribeiro Tavares

Lilium M — Relatório Confidencial — Confissões amorosas, de Carlos Reichenbach Filho. Produção da Jota Filmes Ltda. Roteiro, fotografia e direção de Carlos Reichenbach Filho. Com Célia Olga Benvenuti, Benjamin Cattan e Sérgio Hingst. Colorido.

fazer das várias propostas pertinentes ao cinema contemporâneo existentes em *Lilium M*. Uma delas, por exemplo, é a do cinema anti-retórico, limpo da pompa de um tipo de narração cinematográfica que na História do Cinema (segundo o mesmo cinéfilo) traduz sua moral "inchada" por meio de uma técnica aparatosas. (Exatamente o que tal faixa da crítica contemporânea entende por cine-



ma retórico exige um papo à parte). Outra proposta se reflete na utilização do arsenal das possibilidades audiovisuais de vários veículos e que atualmente vai muito além do emprego que lhe deu Godard: legendas introduzindo o tema, músicas pré-existentes coladas à imagem, grifando ostensivamente a trama, a máquina (no caso, o gravador) rompendo a ilusão fílmica, os ostensivos sinais externos da violência como na crônica policial, etc. Tais recursos condicionam a composição dos personagens dentro de uma estereotopia proposital e podem ou não ser bem sucedidos.

Aliás, tudo isto está muito na moda na alta crítica, uma espécie de alta sociedade da crítica. A alta crítica, como os elementos da alta sociedade, muitas vezes adotam uma astuciosíssima simplicidade (cinema anti-retórico). Comem o frugal, procuram os restaurantes mais sujinhos, frequentam o sub-mundo (cinema "marginal"), se "desvestem" com extrema cautela. Afetam uma simplicidade superficial como os sinais contraditórios de uma aristocracia de gosto. Na qual o mau-gosto naturalmente tem parte.

Não é este o caso de Reichenbach. Contudo acho que o filme sofre um pouco a influência de todo o processo. Nem sempre a obra de Reichenbach ataca a realidade como exige Panofsky para a constituição do estilo e muito menos se atraca com ela. É que a passagem da visão mais rasteira, naturalista, para a estilização e a distorção mais forte, exige, antes de tudo, uma forte paixão por esta "realidade de primeiro grau", matriz mímética de todo o arranjo ou construção estética ulterior. Em muitos momentos o filme não convence porque o estilo se sobrepõe à necessidade de expressão. A gente gosta mas nem sempre acredita. A gente enxerga primeiro o estilo antes de ser tocada por uma realidade nova.

Aqui em S. Paulo foi muito destacado, pela divulgação em jornal, o pronunciamento do autor sobre o público do *Marabá*, popular por excelência, desprezado, inocente, etc. Para ele teria sido fiel o filme e não para o público do Belas Artes elitista, aquele, todavia, acrescento eu, capaz de detectar a marca de uma discussão sobre o cinema hoje e aquele também interessado em estender esta discussão

às páginas dos jornais. Contradição? Sem dúvida, porém que não deve causar mal-estar se não se reduzir esta questão de público (popular, elitista), ao confinamento de compartimentos separados. O que seria muito perigoso. Seria, a meu ver, invalidar no nascedouro a discussão sobre um bom e vigoroso cinema popular nacional. Por que o estudo honesto e franco da rentabilidade, se pressupõe a diferenciações dos públicos, luta justamente pela sua integração através de um forte apelo no plano do entretenimento que inclui igual e forte identificação no plano de uma realidade experimentada (ainda que por meio do imaginário). Desprezar o *Belas Artes* pelo *Marabá* é não considerar o processo de integração do filme popular e ficar preso a uma proposta de cinema comercial do tipo das que a burocracia oficial e econômica nos tem oferecido. Na qual a diferenciação integrada é substituída pela uniformização dissociada: os compartimentos fechados dos públicos em classes: a, b e c.

O público do Marabá gostou do filme? Só um levantamento sistemático de opiniões por meio de questionários e entrevistas permitiria sair do campo da pura especulação. Ainda assim, estudando reação do público: quando ri, quando silenciou, algumas frases captadas aqui e ali, me permitiu adiantar que sim, que gostou, mas um tanto intrigado e distante. Ficou retido nas formas mais superficiais do entretenimento e, ainda assim essas mesmas formas não o satisfizeram por completo. Pois é o entretenimento vivido em profundidade que pode levar o mesmo público a uma identificação com problemas seus ou ao confronto com a variedade de uma realidade possível. Este processo de percepção: do entretenimento para uma realização de mundo, geralmente se dá quando da parte do autor este partiu do processo inverso: de uma realização de mundo para o entretenimento.

Dois olhos: um para cada lado

Todavia, às vezes, o enfrentamento direto e sem subterfúgios com o gênero ou a modalidade formativa, abre o caminho de volta para uma apreensão crítica da realidade. Por exemplo, o *Chinatown* de Polansky.

Claro, *Reichenbach* nem pretendeu nem logrou tanto. Porém a comparação cabe. As vezes — e é nestes momentos que a narrativa cai — tipos e diálogos nem confirmam o gênero nem o relativizam criticamente. A credibilidade da intriga empalidece e emerge dos tipos, cenas e diálogos, uma certa gratuidade pretenciosa.

Cortado — o que tira parte do sentido à cena de Lilium com o industrial Braga — o filme todavia com isso ganhou uma qualidade narrativa mais tensa, que não possuía anteriormente. De toda a galeria de tipos e situações, a sequência de José, o lavrador, na roça e a de Shell Scorpio, o detetive, na cidade, constituem os dois extremos do filme. Na interpretação e no cenário de José, não se nota paródia, grifo, sua figura e seu meio são construídos quase com um acento neo-realista. De outro lado, o papel de Shell Scorpio é construído a partir de um arremedo completo, a caricatura do detetive. Ambos convencem. E acredito que ambos toquem profundamente essa entidade difícil de ser determinada, "o público tout court". E por que, já que opostos? José, por ganhar a sua credibilidade de personagem a partir de uma reprodução fiel. E o que comumente se diz: "uma figura arrancada à vida." Shell Scorpio ao contrário, obtém sua credibilidade retirando ao tipo do detetive qualquer espécie de convicção com uma reprodução fiel. O arremedo do detetive, assim como das situações vividas por ele, libertam o tipo de qualquer outra pretensão que não a do puro divertimento.

Assim, entre uma e outra sequência, em um extremo, a roça e o lavrador e, no outro, o escritório do detetive e suas incursões, fica o todo do filme. Desigual, repito, mas estimulante. Um filme de autor, concebido e fotografado por Reichenbach. Um filme comercial, dentro de um esquema de produção comercial. Com toda uma aura publicitária muito bem bolada: um olho no espectador ávido de sensações, outra no cinéfilo ávido de inovações é que faz do "mau-gosto", enfim, uma bandeira tão exata e previsível quanto o bom-gosto. Visa dois públicos, a publicidade. Mas de forma dissociada, sem considerar o aspecto de integração discutido atrás: trocando em miúdos: o fluxo dos públicos *Marabá* — *Belas Artes*.

O êxito de audiência que se pode prever a partir das primeiras exhibições de *Lilium M*, o interesse da crítica, o vigor imprimido por Reichenbach à obra assim como a excelência de muitas passagens, fazem com que a própria análise aqui rascunhada dilua sua pretensão a um juízo de valor certinho para ganhar outro rumo bem mais interessante: ampliar e dinamizar a discussão do que pode ser o cinema popular no Brasil.

(1) Ver *Jornal da Tarde*, de São Paulo, de 29/7/75. Na entrevista, diz o cineasta: "Não faço questão de conquistar o público que vai ao Belas Artes. Meu filme é feito para os frequentadores do cinema Marabá, para a gente que consome e que gosta do filme brasileiro." Explique-se que o *Marabá* é um cinema do centro, considerado popular e o *Belas Artes*, é um cinema de bairro, com programação dita de arte, sofisticada.

MEDO

Manoel Lobato

Embora acostumado às madrugadas, o motorista de táxi se entenece com esse mistério que se torna imperceptível nos outros horários. Por causa do frio, verifica se os vidros das portas estão levantados, bateando-os; boceja, o hábito ofusca o pára-brisa, tira do porta-luvas uma flanela que está sobre o revólver, limpa a vidraça pelo lado de dentro; aperta o botão que borrija água pelo lado de fora; a neblina também umedece a vidraça; liga o limpador de pára-brisa, não funciona; lembra-se de ligar a chave do arranque, põe o automóvel e o limpador em funcionamento; o barulho não acorda os companheiros, cada um debruçado no seu volante. Deliga o limpador e gira o dispositivo que aquece o veículo por dentro com o ar vindo do motor; a temperatura continua abaixando; liga o rádio, a estática o assusta, desliga. Olha através do pára-brisa, a refração aumenta a nebulosidade e ele tem consciência de que está sozinho. Liga de novo o limpador de pára-brisa, desliga-o: o vaivém lhe permite ver — pelo semicírculo desenhado na vidraça — um homem caminhando em direção ao ponto de taxi.

O motorista pisca os faróis, sai da fila. O homem responde ao sinal com um aceno; os faroletes traseiros refletem um foco vermelho no asfalto molhado, a freada; o motorista abre a porta, o homem entra com uma corrente de ar. Bate a porta com força.

- Direto pela avenida.
- O doutor manda.

O homem levanta a gola do paletó, apalpa os bolsos. O chofer o observa pelo retrovisor.

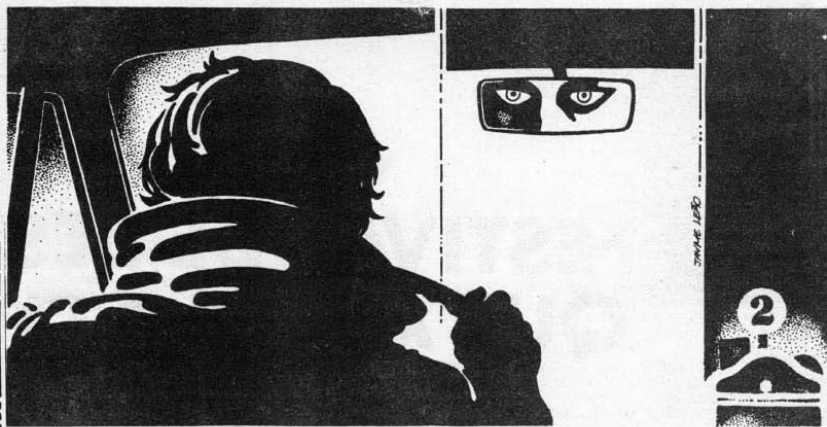
- Cigarro?
- Não fumo.

Fiz tudo pra deixar, tomei pastilhas de farmácia, mas a gente que fica esperando passageiros precisa de distração.

- Deixar o vício só com força de vontade.

A força é tudo. O cigarro sobe de preço toda hora; a gasolina também subiu três pra quatro vezes, sem se falar no óleo; ainda por cima, inventaram o psicotécnico...

- Na primeira à esquerda.
- Os fiscais... nem vou entrar no assunto.
- O senhor não entrou na rua que pedi.



- Mudaram a mão.
- Acelere menos.
- Os pequenos são os mais sacrificados.
- Está forçando a máquina.
- A imprensa malha só os motoristas.
- Avançou o sinal.
- Nenhum jornalista escolhambra os de cima.
- Cuidado! Vermelho prá nós.
- Isso não vai longe.
- Está perto. Pare na esquina.
- No distrito?
- E.
- O doutor está de plantão?
- O motorista pára o carro, acende a luz interna, confere o taxímetro, bandeira dois. O homem faz o pagamento.
- O troco é seu. Gorjeta pouca, também ando sacrificado. Não posso reclamar, sou autoridade.
- Então é dos nossos!
- O chofer guarda o dinheiro e tira sua carteira de investigador. Começa a manobra para o retorno.
- O homem caminha em direção à delegacia, finge que

vai entrar na porta da frente, aumenta os passos, contorna o prédio, mete-se num beco, chega à sua rua. E se o detetive lhe pedisse os documentos? Encolhido, o homem está correndo. Se o sentinela do distrito flagrar o vulto, pensará que a pressa é por causa da chuva. O veículo parecia uma cela, a fumaça o sufocava; livre, ainda se aflije, os dedos molhados procuram no bolso pegajoso a chave da casa; chega ofegando, respira fundo, apalpa a fechadura, enfia a chave, abre a porta, pula para dentro, bate a porta com força, julga-se salvo. Torna a respirar, agora com alívio. Afinal, consegue raciocinar: seria verdadeira a identidade do motorista? Com certeza, a carteira é graciosa. Talvez o chofer seja tão mentiroso quanto ele que se passou por delegado. Deveria ter dito uma frase de efeito, ambigüidade na inflexão: *vou anotar sua placa para ficar freguês.*

Acende a luz, começa a tirar a roupa respingada. Trema mas é por causa da umidade, barraco sem forro, telhas quebradas. Pelas goteiras entra um vento vertical.

O PALETÓ

Manoel Lobato

O alfaiate aperta com o pé direito o pedal do motor elétrico, acelerando a máquina de costura, curva o corpo sobre o pano, os olhos na estrada escolhida pelos dedos, as mãos dirigem obedientes ao jato luminoso do cabeçote, a agulha vai deixando o rastro, a velocidade vencendo a volúpia e de repente há um choque surdo como num desastre; o ritmo vai diminuindo, o automatismo tentar frear; só então ele para. Rencos na noite: a mulher, cansada de esperá-lo, já está dormindo. Começa a examinar as peças; sabe que a linha se partiu.

As pernas estão dormentes, pesadas, pés sujos de pó. Os fios se embarçam — a evidência da desunião: nas entra-nhas do mecanismo a linha seria a promessa desfeita, no carretel desenrolado haveria o desamparo — o tecido enrugava-se, o alfaiate apruma o corpo, levanta os braços, esfrega os olhos, vê no chão, descoberto pela claridade lançada pelo foco, um botão. Solitário, sem dono, o botão continuaria perdido, não fosse o acidente. O alfaiate ergue-se, apanha o botão, joga-o na gaveta e vai recomençar.

Há um instante nunca esperado em que o homem precisa parar para pensar. Não fosse alfaiate, o botão continuaria despercebido. Ao emendar os pedaços de linha, ele talvez se distraísse com o nó. Não fosse o seu vizinho um médico, nem lhe teria notado a palidez:

- Você vive em cima da máquina, precisa tomar sol numa praia dessas, passear com sua mulher.
- Ela não gosta de sair; é muito nervosa. Qualquer dia vamos a seu consultório.

O médico a examinou. No regresso, a mulher fingiu ciúmes do marido, mentindo:

- O doutor me disse que a atendente gostou de sua elegância.
- Ela tem bom gosto; capricho nos meus ternos.

Nos serões o alfaiate faz suas roupas. O barulho do motor aumenta o nervosismo da mulher; ele traz a máquina para o quarto da frente, onde achou o botão, do qual já se esqueceu, pelo que não irá averiguar o motivo de seu

aparecimento. Os objetos iguais a seus donos: uns têm certo mistério no destino, outros nada significam.

O alfaiate sequer desconfiou que a enfermeira talvez nem o conhecesse. É possível que o amor seja tecido de confirmações, mas há instantes de idílio feitos apenas de espera: são emoções quase palpáveis, elaboradas na excitação mental. Nesse momento — o reencontro não previsto — é que se anula o passado; o reencontro da parte perdida pode alinhavar as vidas, unificando-as ao acaso.

O alfaiate costumava distraído, autônomo, quando começou a fantasiar seus êxitos de conquistador, pensamentos provocados pelo cheiro do óleo de máquina ou pelo som do motor elétrico ou pelo contato da fazenda engomada ou pelo gosto do frio de linha — sim, ele molhou de saliva a ponta da linha para enfiá-la na agulha: o gosto de cera ficou na língua — então fechou os olhos para melhor pensar na enfermeira. Se houvesse um modo de dissolver o casamento — será que todos se arrependem logo em seguida? — o alfaiate iria vestir seu melhor terno para galantear a assistente do médico. Vestiu o terno novo:

- Vou comprar aviamentos.
- Foi ao consultório. Antes de chegar, pensou em comprar bombons que ofereceria à enfermeira, no entanto nada comprou. Perguntaria pelo doutor; sorriria e ela haveria de entendê-lo. Quando há interesse de ambos, qualquer gesto basta:
- O doutor...
- Ainda não veio. O senhor tem hora marcada?
- Não. Sou o alfaiate.
- Ah, sei. A consulta é pra sua esposa?
- Também não. Estivemos aqui ontem. Agora eu ia passando... resolvi entrar para saber uma coisa...
- Espere um pouco.
- Vou esperar.
- Foi até bom o senhor chegar porque agora mesmo eu estava pensando...
- Em mim?
- ... pensando como encontrar um botão exatamente igual a este aqui.
- Deixa ver.
- O doutor nem sabe como perdeu o botão; acho que

são pregados à máquina, basta um puxão na ponta da linha e lá se vai tudo.

- Melhor é pregar à mão.
- É sim.
- Me dá o paletó que resolvo o caso. Sou vizinho do doutor.

— Eu sei.

- Devo ter em casa um botão igual a este.

Lá vem de volta o alfaiate. O embrulho atrapalha sua elegância; muda o pacote de mão, os dedos apertam o volume, coloca-o debaixo do braço; sem o movimento do braço, os passos vão perdendo a naturalidade, ele tropeça, chuta uma pedrinha para disfarçar, o embrulho quase cai; rompe-se o papel — folha de revista com artigos sobre Medicina, desenhos de órgãos: braço, antebraço, mão e coxa, perna, pé — o esparadrapo está descolando, não havia barbante no consultório nem papel manilha.

Está aparecendo o paletó; o alfaiate muda o pacote de braço, coloca o rasgão debaixo da axila, aperta, enfia a mão no bolso, suspira, descobre um modo de carregar o peso; o paletó é um sudário, o médico transfigura-se em deus com sua presença invisível, quase incômoda. A enfermeira talvez seja anjo, suas limitações e sua pureza; deve estar aceitando tudo sem indagações, com o espanto comum aos homens e aos santos.

Vem chegando o alfaiate, diminui as passadas, lento agora, quase aliviado, já não lhe pesa tanto o pacote. Os dedos suam e estão marcados pela tinta do papel, tira o lenço, limpa as mãos, a nódoa esmaece como sangue que se esvai. A blasfêmia não redime o espírito aflito; sujeitar-se ao jugo às vezes conduz ao consolo. Como matar um mito?

O alfaiate está entrando em sua casa; o templo não deve ter sido profanado pela visita do doutor. Devagar ele vai para o quarto da frente, rasga o papel, segura o paletó, abre a gaveta, apanha o botão, confere a igualdade; procura o carretel, desenrola a linha, parte-a com os dentes, molha-a nos lábios, enfia-a na agulha que lhe fere o dedo. Não xinga nem geme, apenas leva o dedo à boca sugando o sangue, enxuga-o no lenço, agora sim, o sangue se coagula, coloca o dedal e começa a pregar o botão, cabeça baixa, resignado e piedoso como se estivesse diante de Deus, reconhecendo sua culpa e aceitando a provação.

Manoel Lobato é mineiro e já possui alguns livros publicados. Mora em Belo Horizonte, e costuma dizer que "tudo é signo", vale dizer, por outra, que tudo é transformável em literatura. Como em "Medo" e "O Paletó".